



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EUCLIDES TEIXEIRA NETO



ANÁLIA MACIEL: a educadora, a escola, a cidade.

NATAL

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

**ANÁLIA MACIEL: a educadora, a escola, a cidade.**

Natal  
2012

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

**ANÁLIA MACIEL: a educadora, a escola, a cidade.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arisnete Câmara de Moraes.

Natal  
2012

Seção de Informação e Referência

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Teixeira Neto, Euclides

Anália Maciel: a educadora, a escola, a cidade / Euclides Teixeira Neto. –

Natal, RN, 2012.

120 f. : il.

Orientadora: Maria Arisnete Câmara Morais.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.

1. História da educação – Dissertação. 2. Instituição escolar – Dissertação. 3. Leitura – Dissertação. I. Morais, Maria Arisnete Câmara. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 37:9

EUCLIDES TEIXEIRA NETO

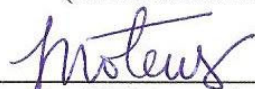
**ANÁLIA MACIEL: a educadora, a escola, a cidade.**

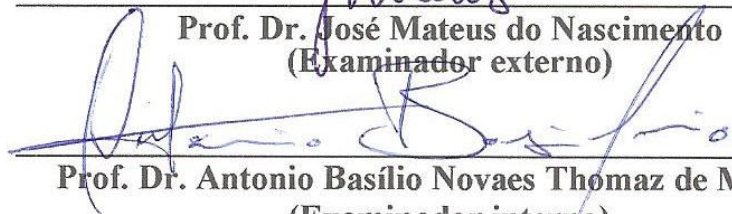
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arisnete Câmara de Moraes.

Aprovado com conceito final,   A   em 29/ 02/ 2012.

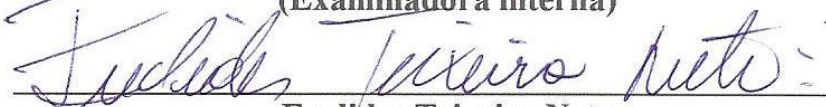
BANCA EXAMINADORA

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Arisnete Câmara de Moraes  
(Orientadora)

  
Prof. Dr. José Mateus do Nascimento  
(Examinador externo)

  
Prof. Dr. Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes  
(Examinador interno)

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlúcia Menezes de Paiva  
(Examinadora interna)

  
Euclides Teixeira Neto  
(Mestrando)

Aos meus pais, pela geração da vida;  
À minha esposa Sandra Moreira, por sua paciência;  
À minha orientadora Maria Arisnete, por sua amizade e solidez.

## AGRADECIMENTO

A Deus, pela sua Inefável bondade, e o dom da vida e coragem de cada dia

À Maria Arisnete Câmara de Moraes, minha orientadora, pela dedicação, incentivo e carinho despendido durante os anos de orientação acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de uma bolsa de estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação pelo discernimento no trabalho, em especial, Edenise Kelle, Letissandra Silva, Milton José que muito ajudou.

Às professoras, Maria Inês Sucupira Stamatto e Marlúcia Menezes de Paiva e ao professor Basílio Novaes Thomas de Menezes pela leitura atenta e sugestivas contribuições durante as disciplinas que lecionaram.

Ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte Enélio Petrovich, (*in memoriam*) e aos funcionários, Antonieta, Lúcia e Manoel pela ajuda em localizar as fontes históricas.

Ao professor Walter Pinheiro por aceitar que pudesse fazer a Docência Assistida em sua companhia e de seus alunos. Da mesma forma a professora Rossana Pinheiro por ter me ajudado muito no início como aluno especial do Grupo de Pesquisa, História da Educação, Literatura e Gênero.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa, Janaina Silva, Amanda, Karoline Louise, Érika Martins, Maria das Dores, Francisco Anderson Tavares e a Francinaide de Lima, pelo convívio nas horas de estudo.

Aos amigos (as): Maria da Conceição Silva, Geísa Melo Silva de Assis, Sandra Silva, Flávio José (O Ganjão), Kilza Fernanda, Olívia, Marta Bezerra, Ana Luiza, Sebastião Maia (Tião) e tantos outros que a amnésia não deixa escrever.

Aos meus entrevistados que deram o máximo de suas memórias para contribuir para minha pesquisa. Agradeço em especial à professora Terezinha Rodrigues do Nascimento, que me concedia entrevistas mesmo pelo telefone sem distinção de horário. Enfim, a todos, os vivos e aos que já descansam em paz.

Ao casal Josué e Conceição e a todos os meus familiares: minha mãe, meu pai, meus irmãos e irmãs, meus cunhados e cunhadas.

À minha eterna namorada Sandra Moreira por ter sido a companheira de todas as horas, e a minha sogra Maria Vanda que subiu ao céu para me ver por um ângulo melhor.

## RESUMO

Este estudo tem como propósito reconstruir a História do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos e as atividades exercidas pela professora Anália Maciel, na cidade de Senador Elói de Souza, situada na região Agreste do Estado do Rio Grande do Norte. Por se tratar de uma investigação na perspectiva da História Cultural, enfocamos a história do Grupo Escolar e as presenças de mulheres professoras, em particular a de Anália Maciel. Para o estudo, recorreremos aos conceitos dos autores Chartier (1990), Burke (1992), Le Goff (1992) e Morais (2002), para compreendermos os processos pelos quais se deram as transformações do ensino no âmbito local, bem como no âmbito estadual, nas ações educativas deixadas pela professora. Utilizamos como fontes documentais os registros disponíveis, tendo como principais suportes: Mensagens Governamentais, Leis e Decretos do Governo, provenientes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e do Arquivo Público do Estado/RN. Investigamos também, os registros disponíveis nos jornais: *A República*, *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte*, além de entrevistas com contemporâneos que vivenciaram a criação desse estabelecimento de ensino e foram alunos da referida professora. Optamos por analisar o decurso das décadas de 1930 e 1940, e elencamos, História da Educação e Instituição Escolar como palavras norteadoras. Os resultados desta pesquisa fornecem subsídios para uma leitura da educação na cidade de Senador Elói de Souza/RN, e reflexões acerca das práticas pedagógicas da época a fim de compreendermos um passado – ainda tão presente – e todo o processo de desenvolvimento da educação no contexto da própria história de Senador Elói de Souza. Constatamos, ainda, que a criação desse Grupo Escolar representou um marco na educação deste município, contribuindo de forma determinante na formação dos alunos.

**Palavras-Chave:** História da Educação. Instituição Escolar. Leitura.

## ABSTRACT

This study aims to reconstruct the story of Education of the School called *Desembargador Vicente de Lemos* in the city of Senador Elói de Souza in Rio Grande do Norte in Natal-Brazil. This is done considering activities that were realized by the teacher Anália Maciel. Since the work deals with an investigation that is related to Cultural History field, the research emphasized the school as well as the presence of female teachers, in particular Anália Maciel. Concepts present in the work of Chartier (1990), Burke (1992), Le Goff (1992) and Morais (2002) were used in order to comprehend the transformation process in which local schools have been through. This is also done considering the state educational actions of behalf of the teacher. The documental fonts regarded available records such as Governmental correspondence, Law and Decrees. The information fonts used were available at the The Geographical and Historical Institute of Rio Grande do Norte as well as the State's Public Archive. Other information fonts were newspapers such as *A República*, *Diário de Natal* and *Tribuna do Norte*. Some people that were contemporary with the teacher and were there when the school was created were interviewed. Discourses from the decades of 1930 and 1940 were analyzed. The research was guided by the History of Education and Scholar Institution field of analysis. The research also allows to reflect on the pedagogical practices of the time and permits to understand a past-still present -as well as all the development of process that the education went through in the historical context of the city of *Senador Elói de Souza*. It was also possible to acknowledge that the creation of the school represented thoroughly a landmark in the education in this city and it contributed in a determinant manner for the formation of the students.

**Key-Words:** History of Education. Scholar Institution. Reading.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 1 – Gráfico da divisão da população por zona .....	34
Imagem 2 – Mapa da cidade de Elói de Souza .....	35
Imagem 3 – Centro da Cidade de Senador Elói de Souza – 1940 .....	40
Imagem 4 – Poste da Luz a motor década –1950 .....	42
Imagem 5 – Praça Nossa Senhora de Lourdes – 1960, com a residência da professora Anália Maciel ao fundo .....	44
Imagem 6 – Galeria dos prefeitos de Senador Elói de Souza .....	45
Imagem 7 – Tabela do cadastro geral de ensino do 1º e 2º graus – 1987 .....	46
Imagem 8 – Vista aérea atual da cidade de Senador Elói de Souza – 2008 .....	47
Imagem 9 - Relatório da gestão dos negócios municipal da Intendência do Município de Macaíba, relativo ao exercício de 1913 .....	50
Imagem 10 - Escola Rudimentar de Caiada de baixo (1923-1926) .....	51
Imagem 11 - Fachada atual da Escola Isolada de Caiada – (1930 – 1940) .....	52
Imagem 12 – Desenho da Fachada do Grupo Escola Desembargador Vicente de Lemos feito pela professora Terezinha Rodrigues do Nascimento no ano de 2011.....	56
Imagem 13 – Placa de Inauguração da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos – 1987 .....	57
Imagem 14 – Fachada atual da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos 2011. ....	58
Quadro 1 –. Nomenclaturas do Grupo Escolar a partir das legislações .....	58
Imagem 15 – Documento assinado pela Diretora Iris Rodrigues - 1975 .....	61
Imagem 16 – Planta Baixa do Grupo Escola Desembargador Vicente de Lemos -1956 .	62
Imagem 17 – Ata de resultado de finais – 1976 .....	63
Imagem 18 – Decreto Governamental – 2001 .....	64
Imagem 19 – Ata de eleição de diretor 2005 .....	66
Imagem 20 – Corpo de funcionários da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos – 1987 .....	68
Quadro 2 – Diretores da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos a partir	69

dos livros de Registro.....	
Quadro 3 – Disciplinas contidas nos mapas de resultados finais da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos .....	70
Imagem 21 – A professora Anália Maciel – 1933.....	74
Imagem 22 - Livro dos Diplomados da Escola Normal de Natal – 1933, 24ª turma .....	75
Imagem 23 – Diploma dos formados – 1933 .....	76
Imagem 24 – Professores da turma de formados – 1933 .....	77
Quadro 4 – Denominações do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos .....	80
Imagem 25 – Mulheres no executivo –2010 .....	82
Imagem 26 – Ata de incineração – 1985 .....	88
Imagem 27 – Folha do Livro de Matrícula – 1937 .....	91
Imagem 28 – Detalhe da folha do livro de matrícula – 1939. Encerramento do ano letivo .....	91
Imagem 29 – Capa do Livro Aritmética Elementar – 1945 .....	95
Imagem 30 – Lição 33: Correspondência Infantil - <i>O pequeno Escolar</i> – 1942 .....	96
Imagem 31 – Alunos da Professora Anália Maciel - Desfile da Independência – 1940a .....	100
Imagem 32 – Alunos da Professora Anália Maciel - Desfile da Independência – 1940b .....	101

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	10
<i>Capítulo Um</i>	
<b><i>Caminhos da Pesquisa</i></b> .....	13
<i>Capítulo Dois</i>	
<b><i>Caminhos Metodológicos</i></b> .....	27
<i>Capítulo Três</i>	
<b><i>A Cidade de Senador Elói de Souza</i></b> .....	34
<i>Capítulo Quatro</i>	
<b><i>O Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos</i></b> .....	49
<b>4. 1 – Os Diretores</b> .....	59
<b>4. 2 – As Disciplinas Escolares</b> .....	69
<i>Capítulo Cinco</i>	
<b><i>O encontro com Anália Maciel</i></b> .....	74
<i>Capítulo Seis</i>	
<b><i>A educadora Anália Maciel</i></b> .....	88
<i>Algumas Considerações</i> .....	103
<i>Referências</i> .....	107



## *Apresentação*

O estudo em foco tem como propósito reconstruir a História do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, enfocando a presença da professora Anália Maciel na educação norte-rio-grandense, durante as primeiras décadas do século XX, em particular, as atividades educativas exercidas pela referida professora na cidade de Senador Elói de Souza-RN, durante as décadas 1930 e 1940. Dividimos o nosso trabalho em seis capítulos, para que possamos dar uma sequência na nossa escrita.

No primeiro capítulo, denominado *Caminhos da pesquisa*, ressaltamos o nosso papel do pesquisador enquanto leitor, onde tivemos os nossos primeiros encantamentos com a Literatura de Cordel. Destacamos, também, a nossa formação escolar e a nossa carreira como docente, elencando fatos importantes para a reconstrução da história, na qual construímos e delimitamos nosso objeto de pesquisa.

No segundo capítulo, *Caminhos metodológicos*, recorremos aos fundamentos teórico-metodológicos da História cultural, especificamente no conceito de representação de Roger Chartier (1990), e enfocamos os arquivos e fontes utilizados na pesquisa. Na re-escrita, da História, junto a Instituição Escolar e a presença da professora, recorremos aos documentos oficiais, jornais, pesquisas bibliográficas e análise dos documentos e, entrevistas com contemporâneos, além das Leis, Decretos e as Legislações de Ensino vigentes no período. Assim, construímos o caminho para compor “corpus” do trabalho em tela.

No terceiro capítulo, *A cidade de Senador Elói de Souza* era um povoado do município de Macaíba, que passou a ser cidade em 1958, desmembrando-se da vizinha Serra Caiada, e recebeu o nome atual em homenagem ao defensor das secas, o senador Eloy Castriciano de Souza. Às margens do Rio Jundiá, surgiu um povoado que ficou conhecido também, pelos seus habitantes, como Caiada de Baixo.

Toda a localização geográfica, sua história, dados estatísticos, sua economia, a organização administrativa, aspectos da sua religiosidade, as denominações que teve no decorrer do tempo e a justificativa para a mudança de nome. Destacamos que a cidade foi palco de grande inovação política, quando elegeu, na década de 1970, uma mulher para o executivo municipal: a professora Anália Maciel. Todos estes dados serviram de suporte para que pudéssemos mostrar como se desenvolveu a educação junto à estrutura municipal em seus vários aspectos.

No quarto capítulo, intitulado de *O Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos*, uma instituição escolar localizada no interior norte-rio-grandense, na cidade de Senador Elói de Souza-RN, que foi nosso ponto de interesse pela nossa convivência com a realidade local e por conhecermos e termos participado de certa forma, da sua história.

Para compreender seu contexto histórico, fizemos uma seleção de todas as suas denominações, as Leis que o ampararam, os seus personagens durante sua existência, onde podemos inserir os sistemas escolares, as práticas de professores, aspectos da vida humana, a história das instituições escolares, os professores, os diretores, as disciplinas escolares bem como as festas que acontecem no seu interior. Dessa forma, seguimos em busca de documentos, uma vez que “tudo tem uma história” como nos adverte Burke (1992).

No quinto capítulo, elegemos *O Encontro com a Professora Anália Maciel*, procuramos sua presença no grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos e também no povoado de Senador Elói de Souza, ainda Caiada.

A professora Anália Maciel de Souza candidatou-se ao cargo do executivo municipal e se tornou a primeira mulher Prefeita no município em 1970, sendo reeleita em 1977.

Reconstruímos sua formação acadêmica, sua chegada na cidade, sua atuação docente, política e administrativa e a herança educacional e cultural deixada por ela. Destacamos o seu falecimento, as homenagens póstumas feitas à educadora que é símbolo da educação do povo desse município. Este trabalho também é uma homenagem à Educadora.

No sexto capítulo, intitulado *A Educadora Anália Maciel*, elucidamos sua prática educativa no interior do Grupo Escolar Desembargado Vicente de Lemos, através de fontes documentais, entrevistas e relatos com os ex-alunos e os contemporâneos, de momentos cívicos, datas festivas, comemorações. Foi através dessas fontes que representamos partes da prática da professora no período em que a mesma atuou como professora e diretora no referido estabelecimento escolar. Portanto, a pesquisa sobre a educadora foi, também, uma fonte muito importante para a história da educação do município.

Finalmente, tecemos nossas *Considerações*, nas quais fazemos nossas observações sobre o desenvolvimento da pesquisa, nossos objetivos futuros, mostrando as contribuições dadas pela professora junto ao Grupo Escolar, abrindo possibilidades de novas discussões, uma vez que as pesquisas em educação nunca estão prontas e acabadas.



*Capítulo Um - Caminhos da Pesquisa*

## *Capítulo Um - Caminhos da Pesquisa*

A trajetória na busca de um objeto bem definido é o primeiro e fundamental passo para pesquisa. Essa construção se dará na “[...] relação íntima e estreita do historiador com seu objeto de estudo”, como afirma Pinheiro (2003, p. 12). Este mundo da pesquisa é instigante, exige dos que o acolhem dedicação, persistência, muita paciência, bem como humildade para superar as dificuldades encontradas.

O estudo em foco tem como propósito reconstruir a História da Educação do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, enfocando a presença da professora Anália Maciel na educação norte-rio-grandense, durante as primeiras décadas do século XX, em particular, as atividades educativas exercidas pela referida professora na cidade de Senador Elói de Souza, situada na região Agreste do Estado do Rio Grande do Norte.

O projeto de construção do objeto desta pesquisa tem sido longo, tortuoso e começou no modo diferenciado de observar o mundo e de construir realidades.

Nesse entendimento, de compreensão de mundo, e as realidades de outros sujeitos, apresento parte da minha trajetória como pesquisador na história da educação. Essa trajetória está relacionada ao processo de minha formação como leitor. Formação que está ligada às minhas primeiras “[...] leituras de mundo, que precederam as leituras das palavras [...]” (FREIRE, 2006, p. 9).

Esse processo de construção de leitor, que paulatinamente me apropriava, teve sua construção nas leituras oralizadas da Literatura de Cordel, que faziam parte da minha infância e que me encaminhavam para a compreensão das coisas e/ou o mundo que me cercava.

Eram literaturas – leituras que representavam vários aspectos e, que imperaram no Nordeste, no século XIX até o século XX – que são, em linhas gerais, a poesia popular impressa e herdeira do romanceiro tradicional, da literatura oral, em especial, os contos populares, com predominância dos contos de encantamento.

Sobre esses aspectos, foram muitos os meus encantamentos, com as proezas, as pelejas, as aventuras, os sofrimentos, as histórias do cangaço e as histórias dos amores proibidos. Lembranças que ora rememoramos, as noites que ouvíamos, sentados ou deitados no alpendre de casa à luz de candeeiro, as oralizações dos versos.

Entre as histórias, as que mais me chamavam a atenção eram aquelas que traziam o destaque para as personagens femininas que apresentavam mulheres fortes, que eram marcadas, umas por sua beleza, seu amor, seus sofrimentos e outras pelo seu trabalho, angústias e coragem para enfrentar a vida.

Dentre estas histórias, podemos destacar aquelas que mais chamavam a atenção para compreender a representação feminina: *Coco Verde e Melancia*, do autor José Camelo de Melo Resende; *Os sofrimentos de Alzira* do autor João Martins de Athayde; *A História de Zezinho e Mariquinha*, de Silvino Pirauá de Lima; *A Força do amor – Alonso e Marina* e *O Valor da Mulher* do autor José Bernardo da Silva.

Na história de José Camelo de Melo Resende, a história de *Rosa e Armando*, relata um amor proibido, que, para ficar juntos, usavam os pseudônimos de *Coco Verde e Melancia*. O autor João Martins de Athayde relata o sofrimento de uma jovem Condessa por nome de Alzira, que fora dada em casamento para um primo Duque que ela não o amava e, fora forçada a casar-se.

Na História de *Zezinho e Mariquinha* e o *A Força do Amor – Alonso e Marina*, dos autores Silvino Pirauá e de José Bernardo, relatam amores proibidos entre meninos pobres e meninas ricas, que, impedidas por seus pais, lutaram até a morte para terem e viverem seus grandes amores.

O cordel intitulado *O Valor da Mulher* evidencia os valores e os zelos que se deveria ter com as mulheres, como também é ressaltada a importância social feminina.

Bastará para haver grande harmonia  
 cada casa ter dentro uma mulher  
 pois não há casa alguma com mister  
 se faltar-lhe a mulher para alegria  
 se a mulher faz nascer a poesia  
 sem mulher não gosto nem vantagem  
 sem mulher nem um homem tem coragem  
 sem mulher não há festa nem brinquedo  
 sem mulher todo riso finda cedo  
 sem mulher vive o homem sem imagem.  
 (SILVA, 1974, p. 2)

Nessas leituras e representações, me indagava sobre o que significava o papel de ser mulher, pois imagens se constituíam na figura forte deste sexo, na força de vontade e nas

ações demonstradas por minha mãe, ao abraçar as lides diárias, sendo algumas delas destinadas ao meu pai.

Chartier (1990, p. 8) afirma “[...] que as obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamados num palco de teatro.” Desse modo, inquiria as leituras do mundo e a compreensão das coisas, num palco simbolicamente representado pelo terreiro de minha casa.

Para compreender as realidades inscritas, nesse mundo teatral, fantástico e de faz-de-conta, busquei uma formação no Curso de Magistério. Esta nomenclatura era dada aos Cursos de formação de Professores em nível médio de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 5.692, DE AGOSTO DE 1971).

Formação esta que ocorreu no período de 1990 a 1992, na Escola Cenecista de 1º e 2º Graus Dalmério Maurício, por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), que tinha como clientela estudantil alunos provenientes de famílias carentes onde a renda familiar não atingisse um salário mínimo, característica em que minha família se enquadrava.

A referida Escola foi fundada no ano de 1980, tendo seu nome escolhido para prestar homenagem póstuma ao filho da então prefeita e professora Anália Maciel, educadora fonte de nossa pesquisa.

Com uma formação direcionada para a execução do magistério em sala de aula, os cursos tinham o foco no que preconizava a Lei 5.692/71, em seu artigo 1º, que afirma:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Nestes termos, a legislação em vigor determinava que aqueles que investissem na carreira do Magistério deveriam comportar uma formação integral, compreendendo a escola como um espaço de produção de conhecimento e os sujeitos como agentes de transformação social.

Na formação do curso de magistério, tive o contato com as disciplinas que iriam me conduzir à formação de professor, e pude perceber que o magistério era um espaço

predominantemente feminino, dadas as proporções do número de mulheres em relação aos de homens.

Entre as disciplinas, podemos destacar as mais significativas: Orientação Educacional; Psicologia Educacional; Filosofia da Educação; Sociologia Educacional e História da Educação, sendo esta última a que mais tive interesse, pois me conduziu para melhor compreender o percurso da história da educação.

A partir dos conhecimentos nessas disciplinas, compreendi como ocorriam as relações do conhecimento nessas áreas e, como os mesmos foram sendo estruturados. Esse novo saber fez surgir em mim uma nova percepção sobre a relação entre o saber do senso comum e o saber sistematizado.

Em discussões sobre a educação, pude conhecer a educação no período Colonial, Monárquico e Republicano, as participações dos Jesuítas, as escolas de primeiras letras, as concepções de educação no Estado Novo, bem como as reformas educacionais, fatores marcantes na história da educação no Brasil.

Nestas discussões, pudemos entender como foi o processo de organização do ensino no Brasil em seus respectivos períodos. Percebemos que, no período colonial, a expansão e organização do ensino se davam pela fé católica e, na conversão dos nativos, os colonizadores cobriam o território com escolas de ler, escrever e contar.

Os jesuítas, no processo de conversão dos índios à fé católica, iam, ao mesmo tempo, ensinando a leitura e a escrita, organizando o ensino nas aldeias. Com isso, ficaram responsáveis pela educação dos filhos dos Senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos. Desta forma, dedicavam as duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo, naquilo que fora denominado “salvar almas”.

No processo de organização do ensino no período monárquico, o ensino se estruturou com leis que foram estabelecidas. A exemplo disso, a Constituição de 1824 determinava que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (Art. 179, XXXII). Esta reforma permitia a sequência na organicidade aos estudos, de modo que deveriam ser criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos (LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).

A Constituição de 1934 traz para a educação atribuições, nas quais o Governo Federal passa a assumir um papel de traçar diretrizes, controlar, fiscalizar e supervisionar os sistemas de ensino.

A Lei de 1934 estabelece ações para as deficiências e/ou iniciativas, sejam de recursos ou de estímulo, às ações educativas em todo país, estabelecendo princípios e normas como estão dispostos no Artigo 150.

a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934)

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, versava pelo mesmo caminho, como fica evidenciado no seu primeiro artigo:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Esse mundo novo se descortinava para mim; eu adentrava no conhecimento daquela cidade, através das leituras sobre a institucionalização escolar, dos novos métodos e da organização do ensino. Sobre este último, o ensino, nas nossas discussões em sala junto com companheiros de classe, indagávamos sobre como ser um profissional, um professor que tivesse uma prática educativa reconhecida, como de uma professora chamada Anália Maciel. Prática que configurava a época, e que sempre norteava as discussões como poderia ser um profissional de educação, que levasse para o universo da sala de aula uma postura ética, compromisso de elevar os conhecimentos no processo de formação do saber.

Desse modo, conhecer a história dessa professora despertava as lembranças dos meus primeiros anos de estudo, entre os anos de 1981 a 1984, dando os primeiros passos rumo à aprendizagem, onde a via pessoalmente, em visitas à escola que levava o seu nome: a Escola Municipal Anália Maciel, localizada a 06 quilômetros da cidade, na localidade chamada Palestina, às margens da Rodovia RN-226, entre as cidades de Senador Elói de Souza e São Paulo do Potengi.

Mesmo tendo o conhecimento sobre a vida e a prática desta mulher, naquele momento não passava pelo meu desejo, talvez por falta de orientação, fazer um estudo sobre a mesma. Esta representação sobre a mulher-professora Anália Maciel, para mim em particular,

era configurada através de relatos de pessoas que a exemplificavam sobre seus variados aspectos: professora exemplar, que educava mesmo fora de sala de aula, mulher de postura firme, tinha o respeito de todos e que dedicou sua vida em prol da educação.

Nesta época, a professora exercia o cargo de supervisora de ensino, supervisionando todas as escolas no município. Lembro-me que fazia inspeções nas carteiras dos alunos para verificar se estávamos com os cabelos penteados e as unhas cortadas. Sua presença causava respeito em todos, pois, ao adentrar na sala, tínhamos que ficar de pé, até recebermos autorização para nos sentar.

Essas atitudes demonstradas pelos alunos faziam parte da reverência feita às pessoas importantes, que assumiam algum cargo e/ou aquelas reconhecidas pelo seu trabalho dedicado em uma determinada área. A professora Anália Maciel tinha este respeito e reverência, pois era conhecida na comunidade escolar como uma professora mestra, que mostrou sua dedicação em educar e prezar pelo zelo, respeito e uma boa conduta.

Diante da classe, tomava sempre uma postura de educadora, mesmo atuando como supervisora, e logo conduzia seus ensinamentos. Com seu jeito peculiar, dava bom dia e perguntava como estávamos. Cumprimentava a todos e, em seguida, nos orientava para que continuássemos nos dedicando aos estudos, cumprindo todas as tarefas solicitadas pela professora.

Esses ensinamentos ecoam e conduzem as memórias longínquas, que nos fazem reconstruir um presente, considerando o passado tão distante e tão evidente.

Sobre estas lembranças, Moraes (2003, p. 9) afirma que “[...] por que são memórias, implicam em construção, desconstrução, exclusão, inclusão, recuos, avanços, tensão, medo de se expor para, finalmente, selecionar o que se permite emergir das lembranças julgadas perdidas no tempo.” Diante do que fala Moraes, essas memórias faziam com que, na minha formação inicial de professor, pudesse refletir sobre o papel do educador, como deveria me portar quando estivesse exercendo a profissão. E nessas indagações sempre me perguntava: Se a professora Anália Maciel fora uma pessoa que mudou a visão da educação no município, como poderia, sendo homem, trilhar pelo mesmo caminho? Como adquirir o respeito e o reconhecimento na minha atuação como professor?

Essas inquietações faziam com que continuasse a compreender melhor o processo evolutivo na educação, com as mudanças promovidas pelo Estado Novo – como a garantia do ensino nas instituições públicas para a infância e adolescência; o ensino primário obrigatório e

gratuito. A educação proposta no Manifesto dos Pioneiros da Educação na revolução de 1930, que norteava novos aspectos no sistema da educação, seguindo normas do Governo Federal, com as criações do Ministério de Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. Eram conhecimentos que me apropriava e me norteavam para o exercício da prática na sala de aula, e como se deu a evolução na história a educação.

Assim, para melhor compreender as práticas educativas, no ano de 1997, por concurso público, tornei-me professor efetivo da Escola Municipal Dalmério Maurício. Escola que além de levar o nome do filho da professora Anália Maciel, ela mesma a inaugurou no ano de 1980, quando exercia o cargo de prefeita municipal de Senador Elói de Souza/RN. Cargo esse que exerceu por dois mandatos: primeiro entre 1970-1973 e o segundo entre 1977-1983.

Foi durante essas atividades em sala de aula que pude compreender como ocorreram as ações educativas da professora Anália Maciel. Mesmo não tendo conhecimento sobre a relação entre mulher e educação, continuava minhas indagações acerca do seu papel de mulher e educadora.

Nesses fazeres em sala de aula, meu universo se aproximava do universo da prática educativa da professora Anália Maciel. Conforme Pinheiro (1997, p. 285), “[...] investigar o que ocorre no dia-a-dia e nos lugares onde se dá a prática educativa escolar é de fundamental importância para se entender questões maiores da educação.” Diante do que nos afirma Pinheiro, pude perceber como se configura a sala de aula, focalizando questões como a organização do espaço educativo, as relações entre professores e alunos e entre alunos e alunos, que configuram as relações de gênero, os conteúdos e os métodos de ensino, para que possibilitasse a compreensão de outras facetas e significados na ação escolar.

O curso do Magistério me dava a oportunidade de ser professor, pois, como afirma Freire (2002, p. 26), “[...] ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar”.

Almejando voos mais altos, retomo Freire (2002, p. 55), onde ele afirma que “[...] ensinar exige consciência do inacabamento [...]”, e por este viés, em 2001, prestei vestibular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para o Curso de Pedagogia, obtendo êxito na minha aprovação.

O Curso de Pedagogia era ministrado na cidade de Senador Elói de Souza, em um dos Pólos do Programa de Qualificação Profissional para Educação Básica (PROBÁSICA),

atendendo à Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em substituição ao antigo Magistério, no qual tinha me formado.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (LEI nº 9.394, DE DEZEMBRO DE 1996, p. 38).

Atendendo ao disposto na Lei nº 9.394/96, o convênio fora firmado entre a Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, junto à Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura (FUNPEC), e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no primeiro semestre do ano de 2001. Como afirma Oliveira (2001), o Probásica “[...] se constitui num grande campus universitário, [...] ao celebrar parcerias com Governo do Estado e Governos Municipais, visando a oferecer formação de nível superior aos professores.”

No semestre 2001.2, fui apresentado às disciplinas do curso de Pedagogia, que mantinham uma relação com as do Curso do Magistério. Pude rever e aprofundar os conceitos já apropriados na antiga formação. Conceitos esses que suscitaram novamente as discussões sobre como se estruturou o ensino no Brasil em seus respectivos períodos.

Na nova grade curricular, pude conhecer os vários fundamentos: socioeconômicos, metodológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos e históricos da educação. Foi com a linha desses pensamentos que pude me debruçar sobre as questões relativas à educação de uma forma mais geral, as quais ressoavam no município.

Ao manter o contato com a disciplina *Historia da Educação*, compreendemos melhor os conhecimentos e as transformações ocorridas na educação e ao grupo de pensadores e filósofos inseridos nas concepções de construção do pensamento pedagógico. Entre eles, podemos citar: Comenius, Rousseau, Dewey, Gramsci, Pestalozzi, Freire dentre outros. Alimentado por esses pensamentos, começava a estabelecer um maior interesse pelo estudo no campo da História da Educação.

Realizamos uma pesquisa no ano de 2001, para as atividades do Curso de Pedagogia, dando ênfase à disciplina História da Educação, juntamente com o Professor José Correia Sobrinho (*in memoriam*), onde procuramos fazer um levantamento de informações

para uma ‘re-construção’ da História Educacional do Município de Senador Elói de Souza/RN: “do início até os dias atuais - 2001” (TEIXEIRA NETO, 2001).

Na pesquisa, focalizamos uma professora que iniciou as transformações no cenário educacional local: a professora Anália Maurício Maciel de Souza. Procuramos fazer buscas de documentos e fontes que subsidiassem nosso trabalho. No transcurso da pesquisa, as fontes mais evidentes, além dos documentos oficiais, foram as presenças dos ex-alunos da professora Anália Maciel.

A partir da identificação de documentos que referenciavam a professora, fizemos entrevistas e rodas de conversa com moradores e ex-alunos. Entre eles estão: Felismina Bezerra da Silva, 89 anos, Demétrio Constantino da Silva, 77 anos, estes falecidos; e Francisca Cassimiro de Farias, 89 anos, e Terezinha Rodrigues do Nascimento, 80 anos, dentre outros, a fim de compor o corpus da pesquisa que tinha como foco o trabalho para a disciplina, sendo este, no momento, o objetivo final.

Desta forma, podemos coletar informações que nos levaram a compor parte da história da educação do município de Senador Elói de Souza e recuperar parte da prática educativa da professora Anália Maciel, pois “As fontes orais, pela sua subjetividade, mais do que nunca, necessitam de um discernimento objetivo que permita desvendar, nas histórias de vida recuperadas pela memória, aquilo que se propõe estudar.” (ALMEIDA, 1998, p. 106).

Como resultado, obtivemos informações de que a professora, em foco, era oriunda de Natal/RN, tinha iniciado sua prática educativa na cidade de Senador Elói de Souza/RN, nas décadas de 1930 e 1940, era uma normalista formada na Escola Normal de Natal, no ano de 1933. A partir destas informações genéricas, finalizamos o propósito do trabalho da disciplina História da Educação. Contudo, permaneciam a vontade e o interesse por algumas lacunas que ficaram sem respostas.

Como esta professora lecionou no Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos em Elói de Souza/RN, surgiu o interesse em conhecer mais profundamente a história desta instituição de ensino, desde o período de sua criação. Desta forma, analiso, também, a presença da professora Anália Maciel na instituição em foco. Este é o objetivo que tentamos responder ao longo deste trabalho.

Com o objetivo de compreender esse novo universo que despontava no campo da História da Educação, me inscrevi, no segundo semestre de 2006, como Aluno Especial, na disciplina *Educação, História e Práticas Culturais*, ministrada pela professora Dra. Maria

Arisnete Câmara de Moraes, que coordena o grupo de pesquisa *História da Educação literatura e Gênero* tendo como ênfase o desenvolvimento de estudo na área da História da Educação, tematizando a Categoria Gênero, analisando as práticas de mulheres, professoras, jornalistas, bem como as literatas que contribuíram para a formação da sociedade letrada norte-rio-grandense e brasileira. Nela tivemos a oportunidade de também conhecer obras que tratam das questões de gênero, promovendo “uma compreensão histórica do papel da mulher na sociedade, para melhor compreender a interação homem e mulher, segundo valores e interdependências historicamente constituídos.” (MORAIS, 2007, p. 03).

Durante as atividades realizadas no referido Grupo de Pesquisa, conhecemos o trabalho de Moraes: *A Mulher em nove versões* (2001); *Leituras de mulheres no século XIX* (2002); *Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher* (2003) e *Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito* (2006), além das teses e dissertações produzidas pelo grupo de estudo.

Na leitura *A Mulher em nove versões* (2001), uma coletânea de textos que são resultados de pesquisa de professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), resultados de dissertações e teses, bem como de estudantes de iniciação científicas, através dos quais verificamos que a mulher é percebida em vários campos de atuação, nas relações sociais, atuando no âmbito da educação, bem como na literatura e no jornalismo.

Em *Leituras de mulheres no século XIX* (2002), podemos compreender a condição da mulher nas relações de gênero e o seu processo de inserção e aquisição da leitura, bem como da cultura letrada, representada no contexto do Rio de Janeiro no Brasil do século XIX. Moraes (2003), em *Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher*, nos mostra os vários campos de atuação da mulher, no campo social, na educação, na dramaturgia e o pioneirismo feminino no Rio Grande do Norte, com ocupação de setores importantes no Estado, como o Instituto Histórico e Geográfico.

Da mesma forma, Moraes (2006), em *Chicuta Nolasco Fernandes*, apresenta a postura da mulher no convívio social, sua parcela importante e significativa na formação de gerações, provedora de conhecimentos e mudanças na sociedade, uma das maiores educadoras do Rio Grande do Norte, uma *intelectual de mérito*.

Foram leituras que fizeram com que pudéssemos compreender a presença da mulher na luta pela instrução feminina e a educação, bem como a atenção de toda a sociedade. Essas representações remetiam às mulheres representadas na literatura de cordel, que se revestiam na minha figura de mulher e professora Anália Maciel, pois como afirma Moraes

(2002, p. 76) essas mulheres “Não se limitavam apenas a ser mães de família e cultivar somente a leitura de romances, mas também conquistavam diploma de médica e as páginas dos jornais.”

Através dessas leituras e discussões, as leituras nos conduziram a novos conhecimentos, que fizeram com que compreendêssemos as práticas de mulheres que atuaram nos espaços sociais, tanto na capital como no interior do Estado, que subsidiou nosso direcionamento na temática proposta.

Tivemos, também, acesso a autores como Galvão (1996), Burke (1992), Chartier (1990), Duby (1993), Elias (1994), Perrot (1992) e Le Goff (1992), além das discussões em sala dos textos, dissertações e teses que trataram sobre as mulheres e suas ações, atuando no jornalismo, na literatura, no magistério e/ou no espaço público e privado.

Com a leitura destes autores pudemos perceber a diversidade de fontes e como utilizá-las em nossas trajetórias da pesquisa, pois

[...] a emergência de novos objetos no seio das questões histórica: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar. (CHARTIER, 1990, p. 14).

A partir dessas leituras e do contato com esses autores, pude compreender a função que cabe a um historiador, na função de reconstruir histórias, que a partir de seus escritos, também reconstitui a sua. Então pudemos apreender nas suas falas as relações complexas que cada um de nós construímos.

Diante disso, nas apresentações dos seminários doutorais e nas defesas de teses e dissertações, íamos nos familiarizando com esse referencial Teórico-Methodológico e, apreendendo que as discussões do grupo versavam sobre a temática das relações de gênero, como se dá a relação entre homem-mulher, uma vez que o estudo de um depende do outro. Continuamos em busca da pesquisa em arquivos e fomos sintetizando os primeiros textos sobre o tema em estudo. A princípio, fizemos uma apresentação do nosso objeto em forma de Pôster, no XIII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA/UFRN, em agosto de 2007. Em 2009, por um convite feito pela professora Maria da Conceição Silva, apresentamos os aspectos de uma ação pedagógica da prática educativa da

professora Anália Maciel entre 1936 e 1946, no 1º Encontro de Pesquisa em Assú, na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Participar nesses eventos científicos foi, para mim, uma experiência enriquecedora. São momentos de aprendizagens e trocas juntamente com professores e pesquisadores.

Percebendo, também, que estes estudos eram voltados para práticas de professores e professoras que se formaram na Escola Normal de Natal, instituição de formação de professores no Rio Grande do Norte, e as relações entre as mulheres e a educação, retomo ao nosso trabalho de pesquisa realizado, ou iniciado, no ano 2001. Surge o interesse em estudar a história da instituição denominada Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos e a presença da professora Anália Maciel em seu interior.

A orientação da professora Maria Arisnete Câmara de Moraes, com suas indagações, como: “Qual sua ‘intenção’ aqui na base?” “Quem é seu objeto?”, foi imprescindível para a definição do nosso objeto de estudo, que, a cada momento, ficava evidenciado no meu interesse particular.

Na busca por aprofundar as minhas indagações e inquietações, submetemo-nos a um primeiro processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação para ingressarmos no Mestrado, no ano de 2007, onde não obtivemos a aprovação. Sempre ouvindo as sábias palavras da professora para que não desistisse, pelo fato de não ter conseguido a aprovação num primeiro momento, em 2009, submetemo-nos a um novo processo de seleção para ingressar no Mestrado, onde logramos êxito.

Optamos por analisar a história da educação primária no Rio Grande do Norte, durante as décadas de 1930 e 1940, por meio das práticas educativas de Anália Maurício Maciel de Souza, professora na cidade de Senador Elói de Souza, enquanto denominada Caiada, entre os anos de 1936 a 1946. Da mesma forma, analisar a história da instituição grupo Escolar, desde sua criação e como se deram as práticas em seu interior na década em questão.

Construímos nosso texto a partir dos registros disponíveis, tais como: os programas de ensino, Regimentos Internos dos Grupos Escolares, os Relatórios dos Inspectores de Ensino, as Leis e Decretos que orientam a educação, bem como os relatos dos ex-alunos, configurando o que se almejava para um ideário modernizador da época e o que caracterizavam a educação no início do século XX.

Dentro desta perspectiva, buscamos compreender o sentido da História Cultural que emerge com novos objetos na compreensão dos fatos históricos: “Não existem objetos históricos fora das práticas, móveis, que os constituem, e por isso não há zonas de discurso ou de realidade definidas de uma vez por todas, delimitadas de maneira fixa e detectáveis em cada situação histórica.” (CHARTIER, 1990, p. 78).

À medida que buscava explicações, sentia a necessidade de novos estudos. Para tanto, busquei estudos mais avançados em nível de pós-graduação. Hoje, com a fundamentação teórica que busco incessantemente, encontro algumas explicações para os meus questionamentos e vejo luzes que clarearão para fundamentar a explicação dos fenômenos do saber, principalmente de um período e de um povo.

Pensando e repensando a minha prática, a minha vivência, percebo que aprender a ler, a escrever, e se alfabetizar foi, antes de tudo, aprender a ler o mundo, pois percebê-lo necessita de buscas, perguntas, registros e anotações, a compreensão dos fatos, surge naquilo que alude Freire (2002, p. 77), “[...] que somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada.”

Eis o motivo maior para o desenvolvimento do trabalho que passamos a seguir, onde retomo Freire (2006, p. 24) que nos convida a compreender que “O ato de ler, implica sempre na percepção crítica, na interpretação e ‘re-escrita’ do lido.”



*Capítulo Dois - Caminhos metodológicos*

## *Capítulo Dois - Caminhos metodológicos*

Para compreender o contexto no qual se insere o Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos e a presença da professora Anália Maciel de Souza, onde exercia sua docência, utilizamos os conceitos da História Cultural, para o tratamento das diversas fontes, orais e escritas, que proporciona uma melhor condição para análise do objeto historiográfico.

Ao se trabalhar com História da Educação sobre este enfoque, ampliam-se as possibilidades para que o historiador possa obter a maior diversidade de fontes, uma vez que as mesmas não se restringem somente aos documentos oficiais, mas a todos os eventos que retratam o dia-a-dia de um período e objeto estudado.

Nessa diversidade de fontes, podemos inserir os sistemas escolares, as práticas de professores, aspectos da vida humana, e a história das instituições escolares, no caso em foco o Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos e a presença da professora Anália Maciel de Souza.

Morais (1996, p. 31-32) nos mostra que na perspectiva da história cultural, “[...] pequenos gestos, os sentimentos, os valores, a mulher, a infância, a morte, a loucura, o corpo, a festa, a maneira de ler, maneiras de escrever, por exemplos, são práticas culturais que não estão perdidas para a história.”

Nessa perspectiva, amplia-se o universo do historiador junto aos objetos a serem pesquisados. Desta forma, as fontes não só se restringem ao que é descrito nos documentos oficiais, mas nas práticas descritas e que retratam o cotidiano.

[...] as fontes não mais se restringem aos documentos oficiais escritos, ganhando tanta importância quanto esses a fotografia, a pintura, a literatura, a correspondência, os móveis e objetos utilizados, os depoimentos orais, etc. Qualquer indício de uma época pode ser utilizado como fonte pelo historiador. (GALVÃO, 1996, p. 102).

Desse modo, lançamos mãos à investigação aos novos horizontes, onde configuramos nossos objetos através da representação contida nas fontes que se apresentam não como algo pronto e acabado. Assim, para a história, as fontes representam possibilidades de construção de sentido e, uma representação do passado e jamais o passado (LOPES, 1994).

Para representar o passado, as fontes que nos forneçam respostas para que possamos apreender o objeto em construção, “[...] seja pela seleção feita pelo próprio passado, seja pela nossa capacidade de apreensão [...]” acrescenta Lopes (1994, p. 21).

Nesta perspectiva, abre-se espaço para o desenvolvimento do nosso objeto de estudo. Conhecer a história da educação e professoras que contribuíram para a sua efetivação, é o que nos faz analisar as maneiras de ensinar da professora Anália Maciel na instituição denominada Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos.

Esta proposta corrobora a assertiva de Burke (1992, p. 11) de que “‘Tudo tem uma história’, [...] tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado.”

Logo nos lançamos à tarefa de compor um *corpus* documental para tentar responder as questões colocadas.

[...] para apreender o todo, o real, que, é bom que se lembre, já nos é dado em pedaços, seja pela seleção feita pelo próprio passado, seja pela nossa capacidade de apreensão e pela nossa subjetividade, é preciso fragmentá-lo ainda mais através de um metódico e consciente trabalho de pensamento. (LOPES, 1994, p. 21).

Assim, a diversidade de fontes e a confrontação de suas informações auxiliam o historiador a articulá-las e compará-las, possibilitando possíveis leituras sobre a realidade que se pretende reconstituir.

Posta a nossa questão, nos resta irmos ao encontro das fontes, para que possamos obter respostas sobre o propósito lançado, com a consciência de que a pesquisa se apresenta para o pesquisador de forma limitada, pois, como diria Lopes (1994, p. 26) “O desafio que se coloca ao historiador é, relacionar o cotidiano de seres humanos individuais concretos – objeto do seu estudo – aos processos históricos em que estavam inseridos.”

Diante disso, como proceder na busca pelas informações? Onde encontrá-las? Como selecioná-las? Questionamentos estes que foram o marco da nossa investida em busca de dados para a pesquisa e para a análise de nossa investigação.

Nosso garimpo começa pela leitura do livro de Azevedo (1988), *História de Senador Eloy de Souza*, onde o mesmo fez uma pesquisa histórica sobre a cidade de Senador Elói de Souza-RN. No estudo, o autor discorre sobre vários aspectos no município: antigos povoadores, as famílias tradicionais, criação da cidade, aspectos políticos e educacionais. Sobre seu fazer historiográfico, Hélio Fernandes ao prefaciá-lo nos fala que “[...] Em realidade, historiador nato que é, ninguém melhor do que ele [...], com a perspectiva do

historiador e com a paciência do pesquisador, arregimentar todos os elementos informativos da vida do município”. (AZEVEDO, 1988, p. 5-6).

O livro traz no seu corpo interno, nos capítulos V e XII, nas páginas 37, 38 e 67, informações sobre a personalidade de Anália Maciel de Souza, dando ênfase ao aspecto político, destacando os mandatos para que a mesma fora eleita prefeita e menciona sua atuação como professora e uma Escola que levava seu nome. Nas palavras do autor, “[...] a professora Anália Maurício Maciel de Souza lecionou nesta cidade o período de 29 anos e meses.”

Sobre a escola que leva o nome da referida professora, cito, Escola Municipal Anália Maciel, localizamos o registro de sua construção na Secretaria Municipal de Educação, datada 30 de março de 1970. A mesma passou por diversas mudanças geográficas, estando, atualmente, situada no Sítio Lagoa dos Cavalos, distrito do município de Senador Elói de Souza-RN.

Partindo em busca de novas informações, iniciamos uma trajetória de visitas as casas das pessoas mais velhas na cidade. Nessa caminhada, em visita a casa de Terezinha Rodrigues do Nascimento, professora aposentada de 82 anos, grande foi a surpresa, visto que a mesma dispunha dos livros de matrículas dos anos de 1935 até 1948.

Foi uma satisfação em rever e ler aquele achado, pois a professora gentilmente prontificou-se em colaborar como informante, disponibilizando os livros de matrículas e recorrendo à sua memória, trazendo para o presente fragmento de seu período de aluna e o cotidiano escolar de sala de aula.

De posse do livro de matrículas, pudemos ter acesso aos nomes dos alunos que tinham mantido contatos com a professora Anália Maciel. Dentre a vasta lista de nomes, identificamos, entre ex-alunos e alunas, Francisca Cassimiro de Farias e Francisca Costa Xavier, que foram alunas monitoras, nos prestando várias e longas entrevistas relatando os fazeres de sala de aula da professora.

Em contato com os familiares da professora Anália Maciel, conversamos com alguns dos seus filhos, sobrinhos e netos que se mostraram muito honrados e solícitos com a pesquisa. Sua sobrinha Lourdes Maciel nos forneceu fotografias de seu arquivo particular, além de relembrar momentos vividos em companhia da “titia Anália”, como ela se reportava. Sobre este aspecto, Silva (2004, p. 30) afirma que “Escutar e documentar as memórias [...] através de gravações e anotações” são procedimentos de coletas que historiadores utilizam para sistematizar as informações quando as mesmas são retratadas de forma oral.

Lopes (1994) afirma que fazer história é um trabalho de escansão, que muitas vezes poderiam ser motivo de desânimo para os que se aventuram enveredar por esse caminho. Prosseguimos na busca de identificar nomes de antigos alunos e outros contemporâneos para nos subsidiar nesta investigação. Ouvir todos era o maior propósito.

Neste propósito, também entrevistamos os ex-diretores do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos para conhecermos o funcionamento cotidiano dentro do estabelecimento de ensino.

Para Almeida (1998, p. 55) “[...] o pesquisador que se utiliza das fontes orais, o importante é ouvir o bom senso e fazer prevalecer o respeito e a atenção [...]”.

Além da identificação dos nomes dos ex-alunos (as), também identificamos os nomes dos Inspectores Escolares. Os nomes dos Inspectores Escolares, a exemplo de Carlos Freitas, Paulo F. Nobre, Otaviano I. da Silva, Murilo Silva, Severino Bezerra, José Saturnino e Francisco Venâncio. (INSPETORES..., 1946).

Os inspetores de ensino tinham o papel de fiscalizar o cumprimento dos deveres dos professores, os horários, os programas e os métodos de ensino. Assim, “[...] após a constatação das suas fiscalizações, eles ministravam aos diretores e professores as instruções necessárias.” (RELATÓRIO..., 1943).

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte (APE/RN), coletamos as Mensagens dos Governadores, bem como registros para a contextualização da educação e da sociedade ressaltada neste estudo.

Seguindo em busca de registros, visitamos o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), onde tivemos acesso aos exemplares dos Jornais “A República” e “Diário de Natal” do período recortado para o estudo, onde fizemos as leituras necessárias.

Como afirma Silva (2010, p. 21), “Os jornais e revistas como fontes de análise histórica permitem revelar o universo das representações sociais e, também, educacionais.” Nestes aspectos, estes impressos gozam de maior prestígio na pesquisa historiográfica conforme as orientações de Lopes e Galvão (2001, p. 84).

Nesta investigação examinamos as Leis e os Decretos do Governo que orientam a educação no período. As Leis de Reforma do Ensino; Regimento Interno de Grupos Escolares, bem como Leis de Ensino, documentações que configuram os ideais da educação no período analisado.

A partir das fontes pudemos obter informações que configuram o funcionamento das escolas públicas, a atuação dos profissionais no seu interior, de forma que os Regimentos

Internos dos Grupos Escolares nos evidenciam como se propagavam as atividades da instituição de ensino.

Durante a pesquisa, pudemos perceber as dificuldades pelas quais passam os historiadores, no que diz respeito aos arquivos. Verificamos que muitos já não estão disponíveis para o manuseio devido à ação do tempo e à constante manipulação.

Nos interiores das escolas, os arquivos são poucos valorizados, às vezes chegam a ser considerados como amontoados de lixo e são destruídos sem nem uma reclamação. Neste caso, nos referimos ao arquivo da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, onde identificamos documento dando conta do litígio.

Relacionar as fontes nas análises dos documentos é uma tarefa difícil, mas enriquecedora. Ao pesquisador cabe, portanto, interpretar os fatos e construir um texto a partir de sua visão de mundo.

Todo historiador se encontra em presença de um conjunto de documentos que deve interpretar fatos que foram conservados e anotados porque pareceram importantes a uma testemunha do passado, mas que a ele cabe reinterpretar para situá-los em uma perspectiva de conjunto que é a sua. (PERELMAN, 1969 apud LOPES, 1994, p. 22).

Pesquisamos também na Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde encontramos livros de historiadores e teóricos em história da educação que nos proporcionaram o respaldo teórico e metodológico do nosso estudo.

Destacamos em Chartier (1990) a ênfase na História Cultural, fazendo interlocução com as diversas áreas do conhecimento, sejam antropológicas, psicológicas e filosóficas. Na leitura de Duby (1993), podemos perceber que o autor aponta para que tracemos o percurso metodológico na investigação desde a definição do objeto, ao tratamento das fontes. Somente assim a pesquisa desponta, contínua e fecunda.

Ainda no intuito de melhor compreendermos a nossa pesquisa, estudamos as produções do Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenada pela professora Dra. Maria Arisnete Câmara de Moraes, bem como toda a obra da pesquisadora.

Nessas produções, destacamos os trabalhos de Hollanda (2001) que faz uma investigação da participação de professoras normalistas na expansão do Ensino no Rio Grande do Norte, no período entre 1910 e 1920. Destacamos também o trabalho de Maria da Conceição Silva (2004) que analisa a educação primária no Rio Grande do Norte por meio das

práticas educativas das professoras Leonor Barbosa de França e Guiomar de Vasconcelos, na década de 1920.

Um destaque, ainda, para a pesquisa de Amélia Cristina Reis e Silva (2005), sobre A Prática Pedagógica da professora Myriam Coeli de Araújo Dantas da Silveira e sua contribuição para a construção da sociedade letrada norte-rio-grandense. Desta forma, estudamos o trabalho que reconstitui o perfil biográfico e as práticas pedagógicas da professora, na Escola Profissionalizante da Rede Federal de Ensino do Rio Grande do Norte, na década de 1960.

Assim, a partir dessas leituras, pudemos retomar o que nos fala Lopes (1994, p. 20) que “[...] tanto as fontes, quanto a própria história são uma reconstrução, uma representação do passado [...]”, é o que pretendemos fazer para darmos resposta aos questionamentos que propomos a responder.

Para compreender a história da referida instituição e a presença da professora Anália Maciel, classificamos as informações e tentamos organizar nossa pesquisa de modo esclarecedor.

Deste modo, observando todas as fontes nas mais diversas formas como elas foram surgindo, pudemos estabelecer as relações entre estas e o contexto social durante os anos de 1936 a 1946.

Nesse sentido, fazer uma análise histórica é possível, “[...] sendo que nenhuma fonte deve ser deixada de lado. Isso porque mesmo os costumes e objetos mais simples são culturalmente construídos, tendo sentido e função na sociedade que os originou, havendo uma relação da parte com o todo.” (HOLLANDA, 2001, p. 31).

O trabalho de reflexão e escrita sobre os dados coletados transforma-se em esquemas e adquire sentidos. Esse conjunto de informações, percebidas em nosso estudo, se relaciona de maneira a quase confundir-se, visto que estão interligadas.

Deste modo, observando todas as fontes nas suas diversas formas, elas suscitaram um intercruzamento, onde pudemos estabelecer a relação entre as mesmas e o contexto histórico em que viveu Anália Maciel, enfatizando a sua presença e atuações, expressas através de suas práticas durante as décadas de 1930 e 1940, relacionando-as com o cotidiano do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, objeto de estudo que propomos investigar neste trabalho.



*Capítulo Três - A Cidade de Senador Elói de Souza*

### *Capítulo Três - A Cidade de Senador Elói de Souza*

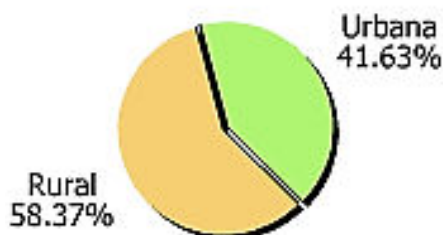
Cientes do que nos diz Nora (1993, p. 7) que “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história”, daremos ênfase às falas que evidenciam os registros dos Eloidesouzense:

Falando aos corações das gerações do porvir, descendentes dos vultos históricos dessa terra, num atestado eloquente de que os fatos marcantes da história do antigo povoado de Caiada serão preservados do esquecimento de seus filhos, que continuarão a reverenciar os seus mortos ilustres e a glorificar o seu passado heróico. (AZEVEDO, 1988, p. 10).

A cidade Senador Elói de Souza está situada a 64 km da Capital Natal, dividida ao meio pelo leito do Rio Jundiáí, cujas águas desembocam no Rio Potengi e se encontram com as do Oceano Atlântico. O município é constituído pela sede, na área urbana, e mais 25 comunidades na área rural. As comunidades são assim denominadas: Canto Grande, Fazenda Barra, Gravatá, Juá, Lagoa dos Novilhos, Lagoa da Ema, Lagoa dos Cavalos, Lagoas da Carnaúba, Lagoa do Salgadinho, Lagoa do Espinho, Lagoa da Jurema, Lagoa do Xavier, Lagoa do Surcavão, Lagoa do Bola, Lagoa do Tanque, Palestina, Pororoca, Riacho do Meio, Riacho dos Macacos, Serra Preta, São Severino, Sítio São Severino, Sítio Passagem do Juazeiro, Umarí e Ubadeira. A área urbana atualmente é formada pelo centro, onde teve sua formação, e os conjuntos: João Lourenço, Alto da Liberdade e José Padre.

Sua população está concentrada entre as zonas rurais e urbanas, ficando 58,37% concentrada na zona rural e 41,63% na zona urbana.

Imagem 1 - Gráfico da divisão da população por zona

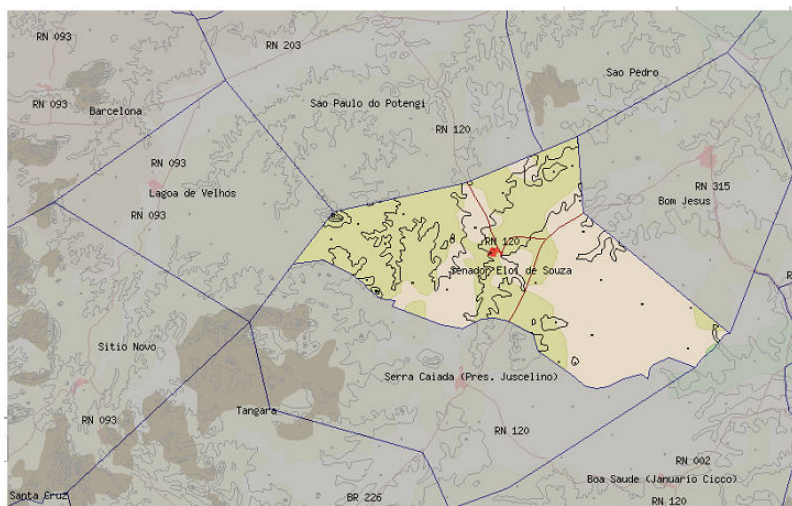


Fonte: CMN (2011)

Localiza-se em uma altitude de 113 metros acima do nível do mar, situando-se numa posição geográfica determinada de 06° 02' 08" de Latitude Sul e de 35° 41' 34" de Longitude Oeste. Limita-se ao norte com os municípios São Paulo do Potengi, e São Pedro; ao Sul, com os municípios de Serra Caiada e Boa Saúde; ao Leste, com o município de Bom Jesus e, a Oeste, com os municípios de Lagoa de Velhos e Serra Caiada. (IDEMA, 2005).

Segundo Azevedo (1988), os primeiros habitantes do lugar foram o Sr. Manoel Rodrigues, conhecido pelo apelido de “cabeça branca”. “Ele veio de Santa Cruz, apossando-se de terras, que deveriam ser devolutas, nas quais edificou a primeira casa do lugar, na década de 1830” (AZEVEDO, 1988, p. 11).

Imagem 2 - Mapa da cidade de Elói de Souza



Fonte: IDEMA (2005).

Às margens do Rio Jundiá nas proximidades de Serra Caiada ou Caiada de Cima, como também era chamada, surgiu um povoado que ficou conhecido pelos seus habitantes como Caiada de Baixo. No começo do século XIX, quando teve início seu povoamento, as suas terras já eram utilizadas para o cultivo da lavoura e a pecuária.

Senador Elói de Souza era um povoado do município de Macaíba, que passou a ser cidade e sede do município em 1958. O município de Macaíba passou a essa denominação pela Lei nº 801 em 27 de outubro de 1877. A antiga povoação de Coité foi desmembrada do município de São Gonçalo. O nome Macaíba surgiu a partir da povoação de Macaíba em relação a uma espécie de palmeira em 1868.

Teria Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1872) plantado no alinhamento do povoado, e não no quintal de sua casa uma macaíba, (*Acrocomiasclerocarpa*), palmeira desconhecida na região sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local (CASCUDO, 1968, p. 205)

Um município que nasceu grande, rico e movimentado que foi representado no Estado por filhos ilustres, conforme nos fala Cascudo (1968, p. 206), “[...] vila e cidade rica, movimentada, festiva, acolhedora, musical e bailarina. Grandes orgulhos norte-rio-grandenses em Macaíba: Augusto Severo, Tavares de Lira, Alberto Maranhão, Auta de Souza e Henrique Casticiano.”

O Rio Grande do Norte, nos anos de 1930, foi caracterizado por intensos conflitos, reflexos da conjuntura nacional. Após a queda do Governador Juvenal Lamartine, uma junta governativa formada por três militares administrou o Estado, inicialmente, em seguida o Estado foi governado por interventores, que se sucederam em número de cinco numa intensa rotatividade até 1935, com a posse do governador Rafael Fernandes.

Machado (2000) relaciona os interventores que governaram o Estado do Rio Grande do Norte no período de 1930 até 1947. São os seguintes interventores federais: Irineu Joffily (12/10/1930 – 28/01/1931); Aluízio de Andrade Moura (28/01/1931 – 31/07/1931); Herculino Cascardo (31/07/1931 – 11/06/1932); Bertino Dutra da Silva (11/06/1932 – 02/08/1933); Mário Leopoldo Pereira da Câmara (02/08/1933 – 27/10/1935); Rafael Fernandes Gurjão (29/10/1935 – 03/07/1943); Antônio Fernandes Dantas (03/07/1943 – 15/08/1945); José Georgino Alves Avelino (15/08/1945 – 07/11/1945); Miguel Seabra Fagundes (07/11/1945 – 13/02/1946); Ubaldo Bezerra de Melo (13/02/1946 – 15/01/1947) e Orestes da Rocha Lima (15/01/1947 – 31/07/1947).

Com o advento da Revolução de 1930, em continuidade aos planos revolucionários, foi designado prefeito de Macaíba o Senhor Alfredo Mesquita Filho (1901-1968), pois como afirma Mariz (1982, p. 105) “[...] o período iniciado em 1930 representa um aumento de grande importância no processo político do país, face à redefinição das forças políticas. O governo recém instaurado necessitava de fortes bases de apoio para consolidar os princípios revolucionários.”

Dentro desse período, Senador Elói de Souza pertencia administrativamente ao município de Macaíba e, por conseguinte, analisaremos os aspectos político-sociais do município para um melhor quadro acerca da cidade objeto de estudo.

Para que possamos compreender como se configurava o município na época, precisamos ir ao encontro de sua origem. Conforme a Revista Cenários Municipais (1955),

Macaíba nos anos de 1930 e 1940 “Apresentava uma área de 1.219 quilômetros quadrados, e limitava-se ao norte com o município de São Gonçalo do Amarante; a leste com o de Natal; ao sul, com o de São José de Mipibu, e, a oeste, com os de Santa Cruz e São Tomé.” (CÂMARA, 1942).

Tavares (2011), em seu manuscrito, relaciona os governos do executivo municipal nesse período, entre os anos de 1930 e 1940.

Em 1937, Alfredo Mesquita foi eleito pelo voto popular e governou até agosto de 1941. Convém destacar que a partir de 10 de novembro de 1937 foi implantado o Estado Novo. As câmaras municipais foram então extintas. Em seguida, nomeado pelo Interventor Federal o major da polícia Genésio Lopes da Silva (1889-1980). O major governou de 1941 a 1944. Por fim, destacaremos o prefeito João Meira (1892-1981), igualmente nomeado pelo Interventor Federal, e que governou de 1945 a 1947. (TAVARES, 2011, p. 26)

O município de Macaíba apresentava seu núcleo populacional a partir de seus povoados e cidades que circundavam seus limites. “Os povoados eram núcleo de população organizados, além das suas cidades e vilas, o municípios tem povoados de Boa Vista, Bom Jesus, Caiada, Cana Brava, Mangabeira, São Pedro e Uruassú.” (CÂMARA, 1942, p. 195).

Segundo estudo feito por Amphilóquio Câmara (1942), o município apresentava “[...] nos anos 1940, uma população de 25.197 habitantes, dos quais 3.652 na cidade, sendo 2.560 na área urbana e 1.092 na suburbana [...] e o restante da população distribuída nas zonas rurais vilas e distritos.”

Nesse período, o município de Macaíba possuía uma situação cultural bem estruturada, os estabelecimentos de ensino primário eram distribuídos em todas as localidades, nos povoados, divididos em Ensino Público e particular.

O ensino primário está sendo dado em 23 estabelecimentos, dos quais 14 mantidos pelo Estado, 3 pelo município e 6 por particulares. Destes 5 gozam de subversão estadual. Os estabelecimentos custeados pelo Estado os seguintes: Grupo Escolar ‘Auta de Souza’ e duas escolas isoladas do tipo ‘operárias’, na cidade: Escolas Reunidas ‘Cel Maurício Freire’, na vila de São Paulo do Potengi, e ‘Dr. Chaves’ no povoado Mangabeira, e mais 9 escolas isoladas, localizadas, respectivamente, na vila serra Caiada, nos povoados Bom Jesus, Caiada, Cana brava, São Pedro e Uruassú e nas localidades Riacho da Cruz, Betania e Jundiaí. As escolas municipais funcionavam uma na cidade e as outras duas nas fazendas ‘Mata Verde’ e ‘Oiticica’. (CÂMARA, 1942, p. 142).

Na distribuição dos estabelecimentos de ensino do município de Macaíba, percebemos que a vila de Serra Caiada tornou-se cidade primeiro que o povoado de Caiada.

Segundo dados publicados na A Revista Brasileira dos Municípios (CIDADES NOVAS DO BRASIL, 1955, p. 91), “[...] cerca de 400 sedes municipais novos surgiram no território nacional desde 1º de janeiro de 1949, data que marcava o início do quinquênio 1949-1953.” Da mesma forma a publicação traz que “do município de Macaíba desagregou-se a nova comuna de Serra Caiada com a sede na ex-vila desse nome, à qual o censo de 1950 atribuiu 707 habitantes.” (CIDADES NOVAS DO BRASIL, 1955, p. 94).

Serra Caiada foi criada em 24 de novembro de 1953, conforme afirma Cascudo (1968, p. 236), “instalada em janeiro de 1954 na vila da Serra Caiada, distrito de Macaíba em 1938, antiga Caiada de Cima, no Rio Jundiá, distinguindo-se de Caiada de Baixo, treze quilômetros de distância, hoje sede municipal de Senador Eloy de Souza.”

Com a criação do município de Serra Caiada, a antiga Caiada de Cima, Caiada de Baixo fica sendo um povoado dentro das demarcações do novo município. No livro “Nomes da Terra” o autor define as etapas para que um lugar se torne um município.

Quando as casas se aglomeram em área limitada, alinhando-se em rua, temos um *ARRRUADO* [...]. Depois, crescendo em volume moradio, *POVOADO*, com possível “*feirinha*”, animando os finais de semana, sacudindo o intercâmbio com os arredores, na sedução da convergência. Cidade, vila, *POVOAÇÃO* possuindo Cemitério, Capela, diz-se normalmente a RUA. (CASCUDO, 1968, p. 42).

Na busca pela sua autonomia política, a povoação de Caiada de Baixo fez parte de vários municípios. Pertenceu, até 1833, a São Gonçalo do Amarante. Nos anos de 1874 fazia parte do município de Macaíba, e em 1953 passou a integrar o município de Serra Caiada. Nestas circunstâncias, no dia 31 de dezembro de 1958, através da Lei nº 2.335, o povoado desmembrou-se de Serra Caiada, com o nome de Senador Elói de Souza, numa homenagem ao líder político, Eloy Castriciano de Souza (1873-1959). Cabe registrar que, no nome da cidade, foi feita a troca do “y” pelo “i” e a palavra adquiriu o acento agudo no “o”.

Eis a íntegra da Lei nº 2.335/58.

O governador do Estado do Rio Grande do Norte

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:  
Art. 1º - Fica criado o município de Caiada, desmembrado do município de Serra Caiada.

Art. 2º - O município de Caiada terá os limites: Com o município de Serra Caiada: a estrada que liga a fazenda “Perobas” à Fazenda “Iguatu”;  
Com o município de São Paulo do Potengi: com a Fazenda “Barra”, na atual linha divisória;

Com o município de São Tomé: na fazenda “Iguatu”, com os limites atuais;

Com o município de Macaíba, nos limites do Distrito de Bom Jesus:

Com o município de Serra Caiada, cujo distrito ficará anexo ao município de Caiada;

Com o município de Januario Cicco: na fazenda “xique-xique”, nos limites atuais;

Art. 3º - fica igualmente criado o Termo Judiciário de Caiada, pertencente à Comarca de São Paulo do Potengi.

Art. 4º - a instalação do novo município dar-se-á a 1] de janeiro de 1959, cabendo a sua administração a um prefeito de livre escolha do Governador do Estado, até serem ali realizadas eleições para esse cargo e os de Vice-Prefeito e Vereadores, conforme a Lei Eleitoral vigente.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrario.

Natal, 31 de dezembro de 1958, 70º da República.

Dinarte de Medeiros Mariz

Anselmo Pegado Cortês. (LEI nº 2.335, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1958).

Eloy Castriciano de Souza, Bacharel em Ciências Jurídicas, foi Delegado de polícia em Macaíba, no governo de Ferreira Chaves, quando Macaíba era, então, a capital política. Exerceu os cargos de Deputado Estadual no período (1895 a 1897), Deputado Federal nos períodos (1897 a 1899; 1900 a 1911; 1912 a 1914 e 1927 a 1930) e de Senador da República nos anos de 1914 a 1921, de 1921 a 1927 e de 1935 a 1937. (BRASIL, 2011). O mesmo firmou-se como uma referência no jornalismo político e era apaixonado pelo Nordeste, dedicando seu cargo de parlamentar e jornalista aos problemas da região, traduzindo-os em discursos e livros.

A identificação com a problemática nordestina foi surgindo paulatinamente uma vasta obra, através de discursos e projetos parlamentares, e também de livros e artigos de jornais, sobretudo os textos produzidos sob o pseudônimo de Jacyntho Canella de Ferro. (CARDOSO, 2000, p. 220)

Destacamos que Eloy de Souza sempre esteve à frente no combate às secas que castigavam a região e, a homenagem do seu nome em nomear o povoado de Caiada de Baixo, foi em vida, visto ter o mesmo falecido no ano de 1959.

Imagem 3 - Centro da Cidade de Senador Elói de Souza – 1940



Fonte: NO TUNEL... (2011)

As primeiras construções “[...] foram casas de taipas, modificadas pelas reformas dos respectivos donos, que apresentam atualmente novos modelos arquitetônicos, situados bem no centro da cidade, na Rua Aprígio Rodrigues” como afirma o Senhor Erociano de Freitas (2010), que foi vice-prefeito do município de Senador Elói de Souza/RN.

Com o passar do tempo e com a estruturação do município, novas casas foram sendo construídas e novas construções foram sendo erguidas. Falando sobre as modificações no antigo povoado, Azevedo (1988, p. 28) relata que “[...] aquela primitiva casa, que era de taipa, hoje não mais existe mais.” As casas construídas no centro da cidade foram para que os moradores pudessem se fixar com seus familiares e, a partir desse momento, reconstruírem seus modos de vida. A moradora e professora Terezinha Rodrigues (2011) nos relata como dispunham as casas da referida época.

A cidade começou pela rua Aprígio Rodrigues, rua que ficou marcada pelo salão do senhor Luiz Padre, no lado de cima, que serviu de prédio para a Escola subvencionada no ano de 1922. Atualmente, a mesma é de propriedade de Madson Lins. Destacavam-se também, neste lado da rua, um quarto na esquina, que era a delegacia de polícia. Uma casa amarela de janelas largas, a casa de José Pereira. A casa de Joaquim Padre, atual casa do

Senhor Carlos Aberto, que foi o prédio da Escola Isolada de Caiada no ano de 1936. Outro prédio que se destacava na rua era o armazém do Senhor Euclides Lins, hoje transformado no mercado público.

No lado de baixo, as construções davam conta de uma casa na esquina, que era onde morava a professora Anália Maciel. Era uma casa de comércio de secos e molhados e um salão vizinho, que foi o prédio da Escola Isolada Desembargador Vicente de Lemos nos anos 1940. Havia também uma casa bem representativa, que tinha no seu interior um sótão, a mesma pertence atualmente a família Lourenço de Moraes.

Essas construções eram as que mais se destacavam na formação do arruado, mas existiam outras casas, que a mesma denominou de “casinha baixa”, que eram casa das pessoas mais humildes. Existiam ainda aquelas casas que tinham as paredes pegadas e outras de paredes separadas. Terezinha Rodrigues (2011) lembra ainda que “essas casas eram um pouco dispersas, e entre delas havia muito mato”. Sobre esses espaços entre as residências, Erociano de Freitas (2010) morador do povoado nos fala que “era longe de uma casa par outra, às vezes dava até preguiça de ir.”

A propósito do desenvolvimento urbano da cidade de Senador Elói de Souza, segundo Azevedo (1988) foi um “[...] desenvolvimento regional lento [...]”. O autor mostra que isso foi devido à “[...] época em que as estradas eram os leitos secos dos nossos rios.”

Nos primeiros anos da década de 1930, o povoado contou com os meios de transporte do município de Macaíba que a ligava a cidade de Santa Cruz no interior do Estado. Assim era o percurso e a respectiva distância.

Macaíba está ligada a esta capital e à cidade de Santa Cruz pela rodovia central do Rio Grande do Norte, nos percursos de 20 e 94 quilômetros, respectivamente, vencíveis por auto em 20 minutos e em uma e meia horas [...]. Em relação as suas duas vilas, as distancias são as seguintes: para Serra Caiada, pela citada rodovia tronco – 52 kms, e para São Paulo do Potengi, parte pela rodovia tronco e parte por estrada carroçável – 52, sendo que, por caminhos dessa natureza, está ligado a todos os seus centros econômicos. (CÂMARA, 1942, p. 195)

O estudo dá conta de que, no início dos anos de 1930, teve início o transporte passageiro na região, “conforme carta endereçada a prefeitura de Santa Cruz em 18 de abril de 1933, pelo dono da Companhia de Tecido Paulista: “tenho grande desejo de inaugurar uma linha de auto-ônibus diários a partir daí para Natal, passando por Cruzeiro, Caiada de Cima, Caiada de Baixo, Panelas e Macaíba, Natal... Ônibus Ford, typo Moderno, 25 passageiros.” (SILVA, 2003, p. 159).

O transporte para o deslocamento a Natal (capital do RN) era feito em caminhão com uma grande cabine (denominado de Misto) porque transportava pessoas e animais:— porcos, cabras, galinhas, perus, e outros..., cujo proprietário era Juvino Guilherme, procedente da cidade de Barcelona/RN, passando na madrugada e voltando à tarde.

Uma outra opção de transporte para Natal (na década de 60) era um ônibus que vinha da cidade de Sítio Novo-RN (cujo proprietário era Crocodilo Fernandes) e também passava às 5:00 horas da manhã e voltava às 17:00 horas, saindo do Alecrim (Natal), ao lado do Mercado Público Municipal, conhecido como Quitandinha. (OTÁVIO GOMES, 2011)

Com possibilidade de ir e vir, o povoado foi crescendo e teve seu marco de modernização nos anos de 1950 com a chegada da iluminação pública. A luz era gerada através de um motor movido a óleo diesel, que segundo o Sr. Otávio Gomes (2011), um dos contemporâneos da época, “[...] funcionava das 06:00 às 10:00 horas da noite, e que dava um sinal quando faltavam 15 minutos para apagar.”

Imagem 4 - Poste da Luz a motor década - 1950



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Esta fotografia mostra um dos postes utilizados na época da instalação da luz no centro do povoado de Caiada, há mais de meio século e que permanece até os dias atuais ao

lado da Praça Nossa Senhora de Lourdes, em frente ao prédio dos correios na Rua Aprígio Rodrigues, no centro.

A ex-diretora do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, Iris Maria Rodrigues da Costa relatou como era o tempo o tempo da luz a motor.

A luz chegou na época de Seu Quido que comprou o motor, que era ligado às seis horas e apagava às dez horas. Por naquela época dez horas já era meia noite. Quem tomava conta do motor era meu compadre João Relâmpago. Para apagar as luzes, ele dava três sinais antes de apagar. Compadre João mexia num negócio e cortava...(primeiro sinal) então dizia: eita! tá perto de apagar a luz...(segundo) ... (terceiro)... pá. (apagou). (IRIS RODRIGUES, 2011).

Depois que era encerrada a luz nos postes, restavam apenas as luzes dos interiores das casas, como a mesma afirma “[...] na casa de papai tinha um lâmpada Aladim, que dava ar para pegar melhor. Era um bujão com vidro e uma tecidinho que chamamos de camisa.” Ela relembra como muita graça as noites que faltava o óleo para o motor, ela conta que, “[...] eu já era quase moça, dos treze para quinze anos, namorando, eu dava graças a Deus quando faltava para ficar no escuro.” (IRIS RODRIGUES, 2011).

O principal bairro da cidade é o centro, onde se localizava a maioria dos estabelecimentos comerciais, o prédio do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, posto de serviços médicos e os prédios dos poderes municipais – Prefeitura, Câmara dos Vereadores e o Cartório.

A administração pública no município teve início no ano de 1959, um ano após sua criação, em 1958, com a nomeação do Governador do Estado Dinarte de Medeiros Mariz (1956-1961), o primeiro prefeito nomeado foi o Sr. José Gomes da Silva (Zé Padre). Ele governou o município de 15 de 02 de 1959, data de sua posse, até 31 de janeiro de 1960, data em que foi empossado o 1º prefeito Constitucional, eleito nas eleições de 04 de 10 de 1959 (AZEVEDO, 1988).

Com a implantação do governo municipal coube ao Prefeito, “[...] a difícil missão de instalar o novo município, em prédio improvisado, dotando-o de um modesto mobiliário [...]”. “Fez também as nomeações dos primeiros funcionários municipais, que passaram a ajudá-lo nas tarefas administrativas.” (AZEVEDO, 1988, p. 35).

Foram os seguintes prefeitos constitucionais do município de Senador Elói de Souza no período de 1959 até os dias atuais. Primeiro foi Vinício Garcia Freire, que teve sua posse no ano de 1960, mas não terminou o mandato, o mesmo foi afastado pela Câmara

Municipal em 18 de abril de 1964. No dia “[...] 02 de maio de 1964, foram realizadas eleições indiretas, pela Câmara Municipal, quando foram eleitos os Srs. Bráulio Rodrigues do Nascimento e Erociano de Freitas, para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito daquele município, que foram empossados no dia 23 do mesmo mês.” (AZEVEDO,1988, p. 36); o segundo, Euclides Lins de Oliveira (1965 a 1969). Esse prefeito iniciou o calçamento da Praça Nossa Senhora de Lourdes, padroeira de cidade.

A praça inicialmente teve suas demarcações feitas por pedras (meio-fio) e chão batido, como podemos verificar na figura abaixo.

Imagem 5 - Praça Nossa Senhora de Lourdes– 1950/60  
Ao fundo a residência da professora Anália Maciel.



Fonte: Adaptado de NO TUNEL... (2011)

Outra ação deste prefeito foi a apresentação do “[...] projeto de Lei nº 18, na Câmara Municipal que solicitava abertura de crédito de NCr\$ 50.000,00 (cinquenta cruzeiros novos) [...] para subscrever ações com Companhia Elétrica do Rio Grande do Norte (COSERN)” (AZEVEDO,1988, p. 37), para eletrificação da cidade.

A prefeita Anália Maurício Maciel de Souza (1970 a 1972), que também foi professora e atuou no Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos; quarto; Euclides Lins de Oliveira (1973 a 1976); quinto, Anália Maciel de Souza (1977 a 1982); sexto, Nancy Fernandes de Lima (1983 a 1988); sétimo, Adilson de Oliveira Pereira (1989 a 1992); oitavo, José Azevedo de Oliveira (Dedé Nicolau) (1993 a 1996); nono e décimo prefeito, Adilson de

Oliveira Pereira (1997 a 2000, 2001 a 2004); décimo primeiro, Ozailton Teodósio de Melo (2005 a 2008) e para a décima segunda gestão municipal foi eleito para prefeito o Sr. Kerginaldo Medeiros de Araújo para exercer o mandato no período de 2009 a 2011.

Imagem 6 - Galeria dos prefeitos de Senador Elói de Souza



Fonte: PREFEITURAMUNICIPAL (1959-2011)

A religiosidade no município teve início quando o seu fundador trouxe um vigário para celebrar a primeira missa no povoado. “Esta missa foi celebrada de baixo de uma latada de palhas, construída na parte da frente da casa do fundador.” (AZEVEDO, 1988, p. 62). Segundo o autor, foi em 1911, que os moradores do lugar resolveram construir uma capela e teve Nossa Senhora de Lourdes como padroeira. Houve uma participação coletiva de toda população para a construção do templo religioso que foi inaugurado em 28 de fevereiro de 1911. A missa foi realizada pelo Cônego Estevão Pascoal, vigário do Macaíba.

O município comemora o dia 11 de fevereiro como o dia de Nossa Senhora de Lourdes como padroeira e o dia 19 de março o de São José. A partir dos anos de 1990, com a vinda do Pároco José Manoel, o município passou a comemorar as festividades religiosas com mais um padroeiro na comunidade. São José foi adicionado como santo que representa o pai de Jesus e o patrono dos agricultores.

No que se refere à educação escolar, as décadas de 1950 e 1980, o município teve administrações municipais voltadas para projeto de construções de escolas. Nos anos 1980, o

município tinha uma rede de ensino estruturada e contava com 17 estabelecimentos de Ensino distribuídos na cidade e nas localidades da zona rural, com um número de 1.059 alunos matriculados, conforme cadastro geral do ensino do 1º e 2º graus do município.

Imagem 7 - Tabela do cadastro geral de ensino do 1º 2º graus – 1987

Nome da Escola:	Endereço:	Entidade Mantenedora	Zona Urbana	Zona Rural	Número de Salas de aula	Séries	Nº de Prof.	Matrícula/1987
Des. Vicente Lemos	R. Dalmério Maurício	E	X	-	5	1-4	8	254
Cenetista do 1º Grau	R. Dalmério Maurício	P	X	-	5	5-8	15	205
Cenetista do 2º Grau	R. Dalmério Maurício	P	X	-	-	1-3	-	42
Pré-Escolar – P. Casulo	R. Dalmério Maurício	M	X	-	1	Pré	2	68
Celestino Lira	Riacho do Meio	M	-	X	1	1-2	1	19
Dinarte Mariz	Serra Preta	M	-	X	1	1-3	1	15
Dionísio Ferreira	Lagoa dos Novilhos	M	-	X	2	1-4	2	71
Prof. Severino Bezerra	Lagoa da Ema	M	-	X	1	1-2	1	33
Cândida Coelho	São Severino	M	-	X	2	1-3	2	65
Francisco Venâncio	Sítio Gravatá	M	-	X	2	1-3	2	38
Euclides Lins	Lagoa dos Cavalos	M	-	X	2	1-4	4	107
Prof. José Saturnino	Riacho dos Macacos	M	-	X	1	1-2	1	21
Prof. José Fabrício	Sítio Carnaúba	M	-	X	2	1-2	2	60
Profª. Anália Maciel	Faz. Palestina	M	-	X	1	1-2	1	24
Dr. José Lins	Canto Grande	M	-	X	1	1-2	1	22
Hist. Câmara Cascudo		M	-	X	1	1-3	1	15
Artur Mangabeira	Sítio Passagem	M	-	X				

Arquivo: Azevedo (1988)

Até a década de 1980, o Curso Ginásial não existia na comunidade. Os alunos que terminavam o primário deslocavam-se para o município vizinho Serra Caiada para cursar o ensino ginásial. No ano 1980, foi fundada a Escola Cenecista Dalmério Maurício, que teve como idealizador o professor Francisco Ernesto Cunha, que acumulou na mesma escola o cargo de diretor. A escola foi inaugurada em 1980, na gestão da Prefeita Anália Maciel de Souza, e recebeu este nome em homenagem a seu filho.

No princípio, a Escola Cenecista Dalmério Maurício oferecia os cursos da 5ª à 8ª Série e Auxiliar de Escritório como modalidade do Segundo Grau. Em 1984, o ensino de 2º Grau passou ao Magistério, em detrimento da Lei nº 5692/71. (TEIXEIRA NETO, 2004).

Nessa época a escola passou a formar professores e professoras, com pessoas da cidade e de municípios vizinhos, pois como lembra Aquino (2007, p. 39) “[...] os cursos de formação de professores (as) saem das cidades centrais do Estado Potiguar para os recônditos mais longínquos norte-rio-grandenses”.

No ano de 1997, através do decreto nº 003 de março de 1997, o Prefeito Municipal incorpora a Escola ao sistema municipal de ensino sob a denominação de Escola de 1º grau Professor Francisco Ernesto Cunha, uma vez que a Escola Cenecista integrava a rede

de Escolas da Campanha Nacional de Escola da Comunidade. (DECRETO Nº 003 DE MARÇO DE 1997).

Desta forma, as mudanças educacionais ocorridas no Brasil refletiram os anseios da sociedade vigente, que lutava por educação escolar como direito de todos, com escolas públicas gratuitas e democráticas, sendo esses preceitos exigidos nas esferas: federal, estadual e municipal.

Imagem 8 –Vista aérea atual da cidade de Senador Elói de Souza – 2008



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL, (2008)

Por fim, configurar, em parte, a cidade de Senador Elói de Souza neste cenário significa também evidenciar a história do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, reconstituindo não somente sua trajetória, mas também o seu dia-a-dia, métodos de ensino, as ações dos profissionais da educação no seu interior, pessoas que vivenciaram esse período e que direta ou indiretamente contribuíram com a educação do Rio Grande do Norte.



*Capítulo Quatro - O Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos*

## *Capítulo Quatro - O Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos*

As instituições escolares são espaços que se configuram como lugares privilegiados na construção do saber, de modo que diversas relações sociais se desenvolvem em seu interior, construindo no dia-a-dia atividades de ensino e aprendizagens.

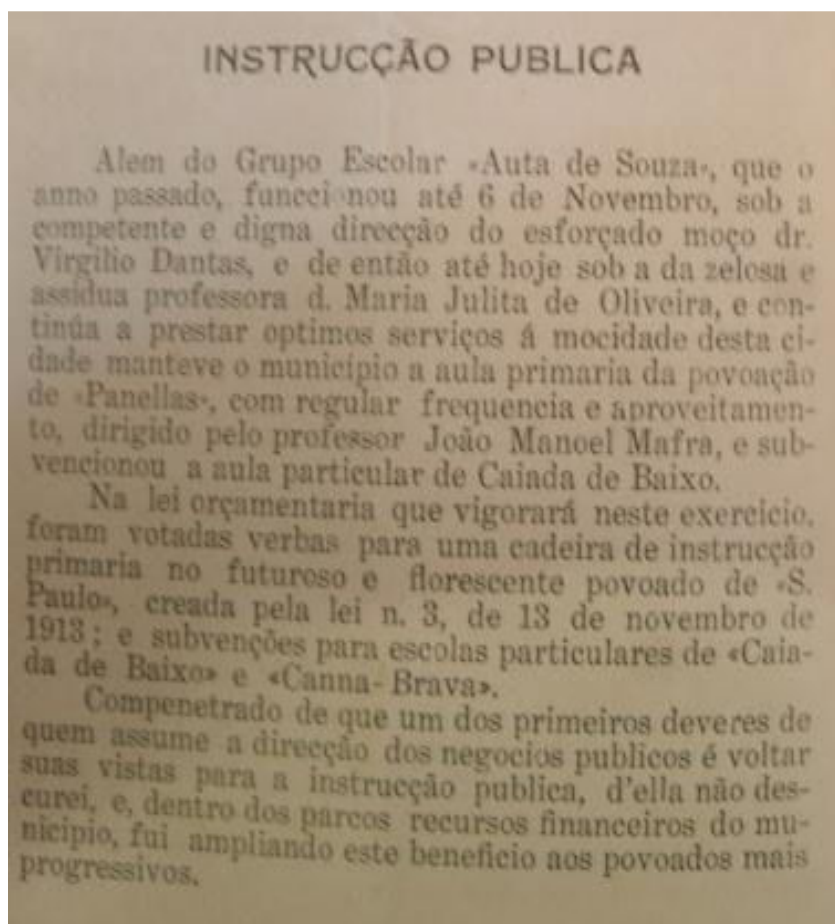
Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p. 64).

Neste sentido, podemos compreender as condições materiais, espaços, tempos, meios didáticos e pedagógicos na representação dos sujeitos junto à instituição. Contudo, o Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos torna-se destaque, uma vez que por ele transcorre nosso objeto de pesquisa.

Assim, ao nos apropriarmos da história da Educação do Rio Grande do Norte, especificamente, reescrever a história de uma instituição educacional, buscamos reconstruir a história do Grupo Escolar Desembargador Vicente Lemos, com o objetivo de recuperar o processo de institucionalização juntamente com a organização da Escola primária no interior do Estado. Para a construção do objeto em questão, detemo-nos também na análise da presença de professoras, tomando como destaque a professora Anália Maciel.

As atividades de instrução surgem no povoado denominado atualmente de Senador Elói de Souza, a partir da década de 1910, onde passou-se a apreender uma organização na instrução pública, com o ensino ministrado através de subvenção advinda de sua sede. Em 1913, o ensino se desenvolvia através de escola subvencionada, pertencente e custeada pelo município de Macaíba/RN, conforme relatório dos negócios da Intendência Municipal sobre a instrução pública, relativo ao exercício de 1913, apresentado pelo presidente Manoel Maurício Freire.

Imagem 9 - Relatório da gestão dos negócios municipal da Intendência do Município de Macaíba, relativo ao exercício de 1913, p. 6.



Fonte: Arquivo particular de TAVARES (2011)

O Grupo Escolar Desembargador Vicente Lemos, situado, atualmente, na Rua Dalmério Maurício, centro, na cidade de Senador Elói de Souza/RN, tem origem a partir da Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919, que determinava o governo a criação escolas rudimentares nos povoados, fazendas ou propriedades.

A criação dessa modalidade de escola em localidades que contasse com mais de 50 analfabetos, como dispõe o artigo 1º, “fica o Governo autorizado a criar nos povoados, fazendas ou propriedades onde se contarem mais de 50 analfabetos, uma escola rudimentar.” (LEI nº 471, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1919).

A referida Instituição Escolar passou por diversas nomenclaturas na sua trajetória de institucionalização do ensino primário. A mesma se apresentava no cenário norte-riograndense, sob suas diversas terminologias. Durante 1919 a 1926, ficou denominada de Escola Rudimentar Mista e Escola rudimentar de Caiada, em conformidade com a Lei da Reforma de Ensino, artigo 70 e a Lei nº 471 de 1919.

Imagem 10 - Escola Rudimentar de Caiada de baixo de 1923-1926



Fonte: Arquivo particular de TAVARES (2011).

Sobre a organização desses estabelecimentos de ensino, dispõe o Regimento Interno no seu primeiro e segundo artigos.

Art. 1 – O ensino primário rudimentar será ministrado em todo território do Rio Grande do Norte, com programmas reduzidos e material escolar e pedagógico diminutos, nas escolas rudimentares, que poderão ser fixas, ambulantes ou nocturnas.

Art. 2 – As escolas rudimentares fixas ou ambulantes, serão creadas nos bairros, povoados, ou fazendas que contarem mais de cinquenta analfabetos. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS RUMENTARES, 1925, p. 5).

O estabelecimento foi denominado de Escola Rudimentar e Escola Isolada, nos anos de 1927 a 1930, pelo Decreto nº 574, de 13 de janeiro de 1934. Após esta data recebeu a denominação de Escola Isolada de Caiada entre a década 1930 e 1940 e Escola Isolada Desembargador Vicente de Lemos, entre a década de 1941 a 1950. Denominação dada pelo Decreto nº 1.042 de 24 de abril de 1942.

Sobre essa nova modalidade de ensino, os estabelecimentos de ensino primário eram criados da mesma forma que os grupos escolares. Estas escolas eram criadas em locais que atingissem um determinado número de alunos.

Imagem 11 - Fachada atual da Escola Isolada de Caiada – 1930 - 1940



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Neste período, entre a década de 1930 e 1940, foi quando se estabeleceu a atuação da professora Anália Maciel, no povoado, iniciando em 1936.

Conforme o regulamento das Escolas Isoladas, a Escola Isolada de Caiada se classificava como de segunda classe, pois a professora Anália Maciel tinha a formação de acordo com as diretrizes do Regime Interno, critério indispensável para a ocupação da cadeira.

Esta classificação fosse para os grupos escolares, escolas isoladas ou outras modalidades de ensino, servia para estabelecer as normas de distribuição dos docentes diplomados pelas escolas. Os diplomados eram preferidos para ocupar as escolas de 1ª classe, ou seja, os grupos escolares e as escolas isoladas da capital; seguindo a preferência para as escolas de 2ª classe, que compreendiam os grupos escolares e as escolas isoladas das cidades do interior. (SILVA, 2004, p. 55).

O modelo educacional para as escolas isoladas baseava-se na desenvoltura das atividades necessárias para a aprendizagem dos alunos, segundo a metodologia contida nas disciplinas fundamentais. Conforme dispõe o artigo nº 8 do Regimento Interno.

O ensino isolado compreenderá, como disciplinas fundamentais, leitura, escrita, língua materna e aritmética, e como disciplina acessórias, desenho, geografia e história pátria, lição de coisas, moral, civismo, morfologia geométrica, cânticos e exercícios físicos. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS RUDIMENTARES, 1925, p. 6).

O regimento Interno das Escolas Isoladas apresenta nos seus primeiros artigos.

Art. 1 – Escola Isolada é o estabelecimento de ensino primário, criado pelo Governo do Estado, da mesma forma que os grupos escolares, porém, sem dependência de outras.

Art. 2 – Nas localidades, cuja população escolar não atingir ao máximo de 120 matriculados, mas o recenseamento atestar a existência de quarenta crianças em idade escolar, o Governo poderá criar escolas isoladas, mixtas, e si o total da população escolar não exceder de quarenta, e uma para cada sexo, quando tal número exceder de sessenta. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, p. 5).

Estas escolas ao serem criadas nas localidades, cidades, povoados ou fazendas, eram classificadas por categorias; “as escolas isoladas serão de primeira, segunda, terceira e quarta categorias, como os grupos escolares, e darão direito aos mesmos vencimentos destes, conforme forem situadas na capital, cidades, vilas ou povoações.” (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925).

Como proposta educativa, as escolas isoladas desenvolviam suas atividades e conteúdos disciplinares de acordo com seu Programa de Ensino. O mesmo dispõe de seções infantis e elementares.

## PROGRAMA DE ENSINO DAS ESCOLAS ISOLADAS

### *Seções infantis*

CANTO – cânticos aprendidos por simples audição, letra e música para iniciar os trabalhos, para acompanhar as marchas (hinos patrióticos) e para encerrar as aulas.

LEITURA E ESCRITA – conhecimento das sentenças, composição das sentenças, leitura de textos, escrita simultânea no quadro negro ou no papel, leitura de frases e palavras e exercício de caligrafia.

LINGUA MATERNA – formada por via escrita e via oral.

ARITIMÉTICA – problemas de operação, tabuada das quatro operações e leitura e escrita simultânea dos algarismos arábicos.

LIÇÕES DE COISAS – exercícios para cultivar os sentidos sobre a denominação, reconhecimento dos objetos e seus aspectos gerais e distinção de suas peculiaridades.

GEOGRAFIA – observação dos acontecimentos geográficos existentes perto da escola: conhecimento dos acidentes semelhantes através dos mapas de iniciação juntamente com atividades.

HISTÓRIA PÁTRIA – relato de fatos históricos da pátria destacando os seus heróis.

MORAL E CIVISMO – palestras que ajudem a moral e civil de cada um.

MORFOLOGIA GEOMÉTRICA – exercício recreativo sobre linhas, ângulos, triângulos, quadriláteros, círculos e circunferência.

DESENHO – exercícios preparatórios dos desenhos naturais.

EXERCÍCIO FÍSICO – exercício de conjunto em classe: alinhamento, posições, movimentos preparatórios e fundamentais segundo o plano gradual.

*Seções Elementares*

LEITURA E ESCRITA – leitura corrente e expressiva de trechos morais e instrutivos em livro recomendado: interpretação e comentário das frases e palavras do texto, significado, pronúncia e substituição das palavras.

LÍNGUA MATERNA – parte escrita e parte oral.

ARITMÉTICA – operações fundamentais.

GEOGRAFIA – as cartas geográficas e a sua interpretação.

LIÇÕES DE COISAS – exercícios de observação sobre animais, conhecidos no meio, sua distinção em vertebrados e invertebrados.

MORFOLOGIA GEOMÉTRICA – formas: noções práticas de linhas, ângulos, triângulos, quadriláteros, círculo e circunferência.

DESENHO – desenho do natural e à mão livre de objetos de uso comum quer isolados quer em grupos.

EXERCÍCIOS FÍSICOS – exercícios de alinhamentos, posições, movimentos preparatórios e fundamentais com energia e complexidade. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, 33-50)

O ensino dessas escolas era, sobretudo, prático e concreto, baseado nos programas que despertassem o interesse infantil, devendo os professores encaminharem as lições de modo a iniciar as faculdades mentais dos alunos para o desenvolvimento gradual e harmônico, principalmente na observação exercida por meio ou processo intuitivo.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelas tentativas de organização do Ensino Primário no Rio Grande do Norte. Esta nova organização se deu no Estado, através do Decreto nº 574 de janeiro de 1934, que fez modificações e acréscimo a Lei Orgânica do Ensino Primário, determinando que “o ensino público primário será ministrado em grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas.” (ART. 1º - DECRETO Nº 574 DE JANEIRO DE 1934).

No ano de 1947, a organização do ensino se fez pelo Decreto-lei nº 683, de 10 de fevereiro de 1947, que expede a Lei Orgânica de Ensino e, designa e especifica no seu Artigo 25, os tipos de estabelecimentos de ensino público primário, mantidos pelos poderes públicos.

I - Escola Isolada (E. I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente;

II – escolas reunidas (E. R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores;

III – Grupo Escolar (G. E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes. (DECRETO-LEI nº 683 DE 10 DE FEVEREIRO, 1947).

Nesta estruturação do Ensino para o Estado, seja na capital como no interior, a escola Isolada de Caiada também passa por modificação em sua organização estrutural. Esta mudança acontece com o advento da Lei nº 535, de dezembro de 1951, que converte em Escolas Reunidas as Escolas Isoladas, como dispõe a Lei nos seus artigos;

Art. 1º - ficam convertidas em Escolas Reunidas as Escolas Isoladas das povoações de Caiada, município de Macaíba, das povoações de Passagem e serrinha e Vila de Brejinho, do município de Santo Antonio, da povoação de Torto do município de Nísia Floresta, do sítio Logradouro, município de Caicó, da vila de Maxaranguape, município de Touros, e das Escolas do Educandário Oswaldo Cruz do município de Natal.

*Parágrafo único* – As Escolas Reunidas a que se refere este artigo conservarão os nomes adotados anteriormente para as respectivas Escolas isoladas. (LEI nº 535, DE DEZEMBRO DE 1951, p. 1).

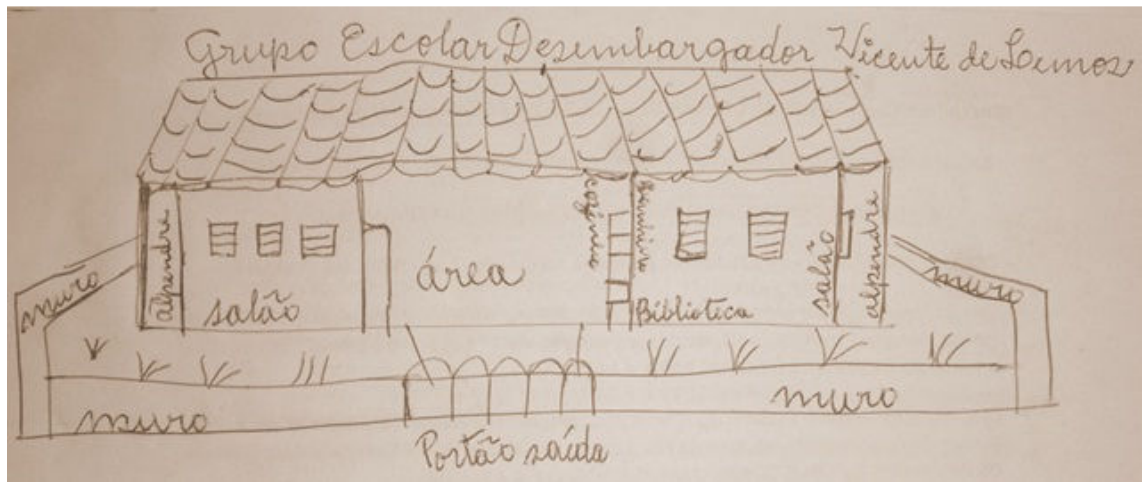
Desta forma, como dispõe o parágrafo único da Lei, a Escola passou a denominação de Escola Reunida Desembargador Vicente de Lemos. No ano de 1956, de acordo com as normas estabelecidas pelo Decreto-lei Federal nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946, em seu artigo 27, eleva à categoria de Grupo Escolar à Escola Reunida desembargador Vicente de Lemos, ficando assim denominado.

Com essa denominação o Grupo Escolar desembargador Vicente de Lemos se configura num novo modelo de organização da educação primária, pois como afirma Silva (2004, p. 55), “esta instituição surge em um contexto no qual inovação, tradição, continuidades, permanências são facetas da modernização.”

Esta modernização se caracteriza na forma que o ensino antes ministrado em casas cedidas ou em prédios alugados, passa a ter prédio próprio com organização, tanto na parte física quanto na parte pedagógica.

Cabe aqui uma análise mais detalhada, para que possamos configurar o modelo de escola do início do século XIX para o Brasil no período da República.

Imagem 12 - Desenho da Fachada do Grupo Escola Desembargador Vicente de Lemos feito pela professora Terezinha Rodrigues do Nascimento no ano de 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Podemos verificar que a nova estrutura traz uma arquitetura própria, moderna, com padrão de Grupos Escolares. Esses modelos de Grupos Escolares faziam parte da campanha para a ampliação e melhoria da rede escolar no interior do Estado.

Esta nova estrutura se configurava nas novas políticas de construção de uma nova identidade nacional, na educação, visto que “[...] para a construção da nação mediante a busca incessante de uma identidade nacional – foi se reconfigurando a cada novo momento da história do Brasil”. (PINHEIRO, 2002, p. 196).

A implantação dos Grupos Escolares tiveram decorrências significativas na história da educação do Brasil. Segundo Souza (1998), repercutiu em uma série de modificações e inovações na instrução primária, auxiliou na produção de uma nova cultura escolar, interferiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano. Além disso, introduziram no âmbito do ensino público, muitas práticas escolares e a universalização e transformação social, antes restringidas a grupos sociais restritos.

A moderna organização da escola primária tornou-se um modelo cultural em circulação adotado por vários países, resguardadas as peculiaridades locais. A generalização desse modelo foi rápida e sua universalização situa a escola elementar no centro dos processos de transformação social e cultural que atingiram a todo o Ocidente nos séculos XIX e XX. (SOUZA, 1998, p. 36-37).

Nesta organização, surge a necessidade de um espaço escolar a partir desse novo modelo educacional, no qual diferenciava do modelo anterior, as Escolas Isoladas, onde se

“colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor.” (SOUZA, 2006, p. 114).

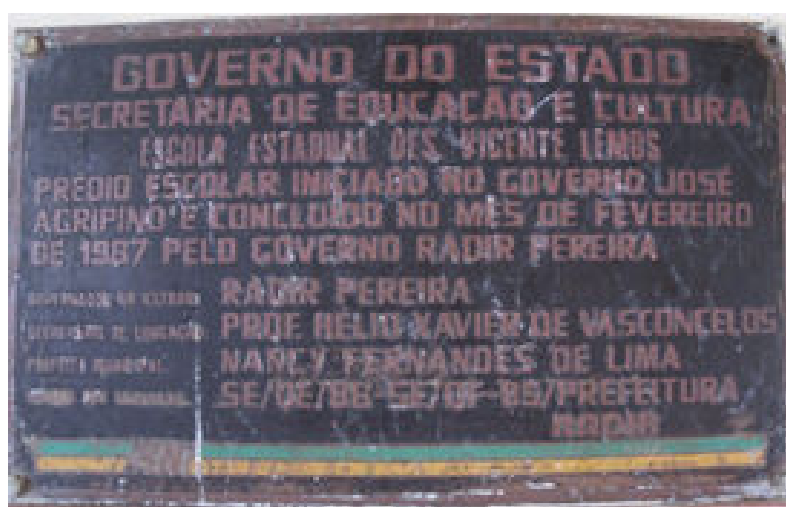
Segundo estudo realizado por Silva (2010), no Brasil, os grupos escolares surgiram no Estado de São Paulo em 1894, criados pelo Decreto nº. 248, de 26 de julho do mesmo ano, durante a segunda fase da Reforma da Instrução Pública.

Nestes estabelecimentos, o ensino se volta para a construção dos indivíduos numa sociedade de pensamento republicano. Os mesmos foram instalados em diversos Estados do Brasil com caráter moral e cívico, “[...] nos Estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922).” (SILVA, 2010, p. 31).

Assim, esse modelo de estabelecimento de ensino, os Grupos Escolares, foram criados em contraposição a forma de organização do ensino no Período Imperial, as Escolas Isoladas, as quais não precisavam estar juntas a outras escolas para seu funcionamento.

Esta estrutura de Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos permaneceu até a década de 1980, quando foi criada a atual Escola Estadual Desembargador Vicente Lemos, pelo Decreto nº 9.765 de 06 de março de 1987, iniciado no governo de José Agripino Maia e concluído no governo do então Governador Radir Pereira. Nesta criação, o decreto especificava que o ensino a ser ministrado era o de 1º Grau.

Imagem 13 – Placa de Inauguração da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos – 1987



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2011)

Em 2001, através do Decreto nº 15.449 de 18 de maio, no governo de Garibaldi Alves Filho, transforma o Estabelecimento em Ensino Fundamental e Médio, “fica transformada em estabelecimento de Ensino fundamental e Média, a Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos.” (DECRETO nº 15.449 DE MAIO DE 2001).

Imagem 14 - Fachada atual da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos - 2011



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

O quadro-resumo adiante condensa os enunciados registrados nos textos enfocados e que circularam na institucionalização do Grupo escolar desembargador Vicente de Lemos,

Quadro 1- Nomenclaturas do Grupo Escolar a partir das legislações:

Anos	Nomenclaturas	Legislação
1919 a 1922	Escola Rudimentar Mista	Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919
1923 a 1926	Escola Rudimentar de Caiada	Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919
1927 a 1929	Escola Particular subvencionada	Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919
1930 a 1940	Escola Isolada de Caiada	Decreto nº 1.042 de 24 de abril de 1942
1941 a 1951	Escola Isolada Des. Vicente de Lemos Escola Reunida Des. Vicente de Lemos	Decreto-lei Federal nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946 Lei nº 535, de dezembro de 1951
1952	Grupo Escola Des. Vicente de Lemos	Decreto Federal nº 8.529 de 2 de janeiro 1946
1985	Escola Estadual Des. Vicente Lemos	Decreto nº 9.765 de 06 de março de 1987

Fonte: LEGISLAÇÃO..., (1919-1985)

#### 4.1 – Os Diretores

O Grupo Escolar, atualmente, Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, teve como primeira diretora a professora Anália Maciel de Souza, por acúmulo de cargo, entre os anos 1951 a 1965, pois, como afirma Terezinha Rodrigues (2011), “[...] a professora Anália Maciel acumulou os cargos de professora, diretora e dirigente, onde diretora significava mandar em todos os funcionários e exercia o cargo de dirigente como coordenadora.”

Podemos identificar que a Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, desde sua origem nos anos de 1922, teve vários diretores. Podemos verificar esse percurso até os dias atuais: tivemos frente à direção 06 (seis) mulheres e 02 (dois) homens.

Morais (2006, p. 63) utiliza a expressão “de professora à primeira Diretora”, ao referir-se à professora Chicuta Nolasco Fernandes. Foi o que aconteceu também com a professora Anália Maciel de Souza pois “[...] naquele tempo as pessoas alcançavam o magistério por três caminhos: a: tempo útil de serviço público; b: mérito provado no magistério; c: um bom pistolão.” (MORAIS, 2006, p. 63). A professora Anália Maciel, segundo as entrevistas, tinha tempo útil de serviço e mérito provado no magistério.

O Diário Oficial de 30 de dezembro de 1955 traz o ato de nomeação de Anália Maciel de Souza, conforme de decreto-lei de 22 de fevereiro de 1956, para função gratificada de Diretora do Grupo Escola Desembargador Vicente de Lemos, tornando-se a primeira diretora do estabelecimento de ensino.

Pela ordem de sucessão, foram diretores da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, antigo Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, desde sua criação em 1956 até 2011, sendo que desses oito, apenas dois são homens. Ocorria a feminização do magistério em curso.

Conforme o livro de registro, a sequência de diretores é a seguinte:

*Primeiro*, Anália Maciel de Souza no período de 1956 a 1965; *segundo*, Iris Maria Rodrigues da Costa Aquino, no período de 1966 a 1975; *terceiro*, Maria Lêda Teixeira Vanderllei, no período de 1976 a 1985, *quarto*, Maria do Socorro Pinheiro de Araújo no período de 1986 a 1991; *quinto*, Maria Margarida Gomes Cunha, no período de 1991 a 1994; *sexto*, José Mota Neto no período de 1995 a 2002; *sétimo*, Elda Gomes da Fonseca, no período de 2003 a 2007 e o *oitavo*, Marcio Gley Cunha no período 2008 a 2011. (LIVRO DE REGISTRO..., 1956-2011).

Souza (2006), ao analisar o “Perfil da Gestão Escolar no Brasil”, informa que “um dos primeiros trabalhos produzidos no Brasil sobre a administração escolar é de autoria de Antônio Carneiro Leão, de 1939” e nos mostra que,

A concepção de diretor como defensor da política educacional corresponde à idéia, hegemônica à época, de que o dirigente escolar é antes de tudo, antes mesmo de suas funções de educador, um representante oficial do Estado, através do seu papel de chefe de uma repartição oficial, que é a escola pública (SOUZA, 2006, p. 28).

Diante do que nos fala o autor, vale registrar o percurso dos representantes no cargo de direção durante a trajetória da Escola Desembargador Vicente de Lemos.

No Rio Grande do Norte, a figura do diretor surge com a criação dos grupos escolares no período Republicano, desconhecida nas escolas primárias, durante os anos do período imperial. O primeiro documento que trata dessa nova função é o Regimento de 1908 do primeiro grupo escolar, o Augusto Severo. Segundo Araújo (1982, p. 137) “[...] foram difíceis no início, pois não havia preparação especial para as novas funções.” Para exercer esse cargo, os governos escolheriam o diretor dentre os professores em exercício, concedendo-lhe uma gratificação de 15%. Eram as seguintes as primeiras obrigações de um diretor:

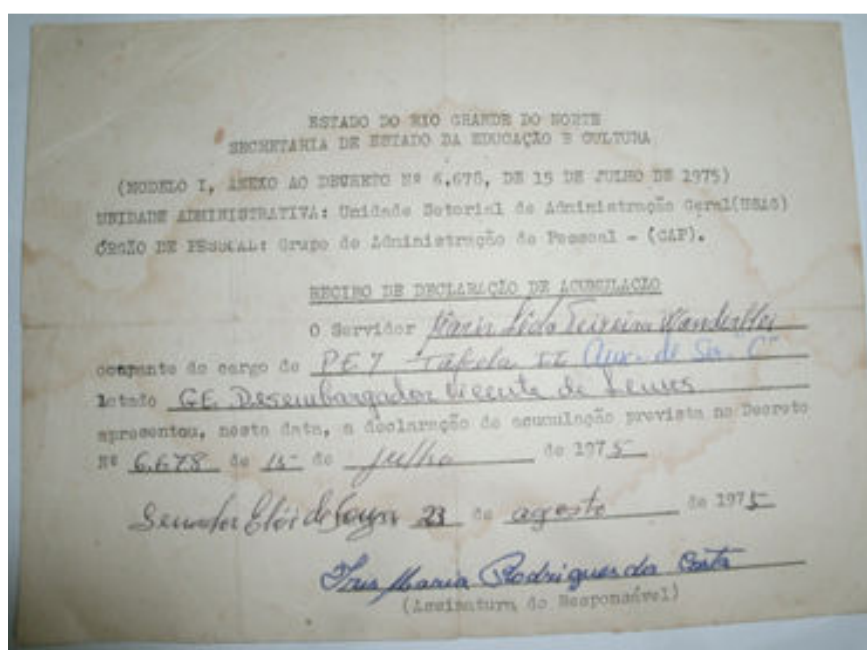
Representar o estabelecimento nas relações externas; fiscalizar as classes para o seu regular funcionamento; propor ao Diretor Geral a criação e supressão dos lugares de adjuntos; representar contra os funcionários em falta; velar pela boa conservação e asseio do edifício, dependências e utensílios; requisitar À Diretoria da Instrução o fornecimento de material de expediente; organizar livro de ponto, folha de pagamento e enviá-la ao Diretor Geral; enviar à Diretoria Geral um relatório dos trabalhos dando conta do movimento das aulas; cumprir fielmente as instruções da Diretoria Geral (ARAÚJO, 1982, p. 137)

Em 1966, em virtudes de problemas pessoais, a professora Anália Maciel solicitou à Secretaria de Educação do Estado que nomeasse uma sucessora para o cargo de diretora para o Grupo Escolar Desembargador Vicente Lemos. O governador do Estado, então Aluizio Alves, nomeou Iris Rodrigues para exercer a direção do Grupo Escolar, no Diário Oficial, pelo decreto- lei nº 154 de 14 de julho de 1966, para a função gratificada de Diretora do Grupo pelo período de nove anos, de 1966 até 1975.

Como afirma dona Iris Rodrigues (2011), “[...] era tudo muito difícil, não tinha quase nada, tínhamos que pedir as coisas para os pais dos alunos para poder realizar as coisas na escola nos dias de festas.”

A segunda diretora do Grupo Escolar solicitou novos funcionários, implantou novos turnos de aula, devido à demanda de alunos que aumentou, criando um turno intermediário, que funcionava na área do grupo. A mesma exercia suas atividades tanto burocráticas como pedagógicas, como se evidencia nos seus despachos.

Imagem 15 - Documento assinado pela Diretora Iris Rodrigues -1975

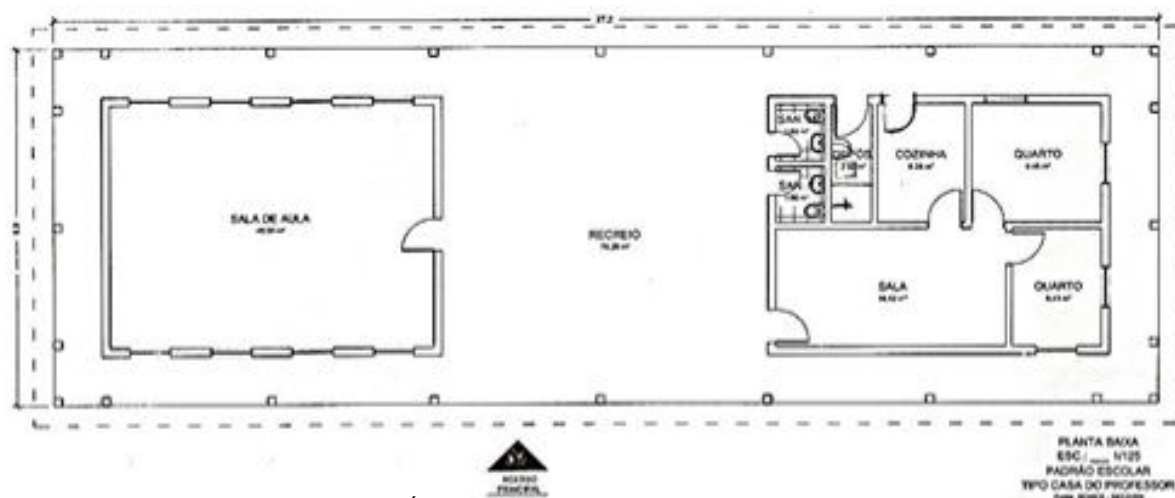


Fonte: Arquivo pessoal MARIA LÊDA TEIXEIRA (2011).

Para esta diretora, as condições físicas do estabelecimento de ensino eram precárias. Ela nos falou “[...] não tinha sala, então coloquei os alunos na área, mas quando chovia molhava eles.” (IRIS RODRIGUES, 2011).

Nesta época, o Grupo Escolar tinha a configuração de Casa de professor, mas dona Iris Rodrigues (2011) afirma que “[...] como dona Anália tinha casado e tinha casa não precisava da casa e, quem morou na casa foi um sargento por nome Miguel Leite nos anos 1960.”

Imagem 16 - Planta Baixa do Grupo Escola Desembargador Vicente de Lemos -1956



Fonte: Acervo pessoal de ANA ZÉLIA MARIA MOREIRA

Esta é a planta baixa dos modelos de Grupos Escolar construído no Estado do Rio Grande do Norte na década de 1950. Segundo Lenilson Neves (2011), responsável pelo setor de arquitetura da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, ele relata que,

Esse foi o modelo de construção que foi implantado em todo estado, e, que até o ano de 2010, ainda existia dois desses grupos em funcionamento no interior do estado: um na cidade de Lajes – Escola Estadual Açude de Lajes e a outra em Caicó- Escola Estadual Maniçoba, essas os professores maravam até o ano passado (2010). (LENILSON NEVES, 2011).

A terceira diretora do Grupo Escolar, Maria Lêda Teixeira, entrou para o grupo como funcionária pública para exercer a função de auxiliar de Serviços Gerais, mas como sabia ler corretamente, foi designada para fazer os serviços da secretaria do Grupo Escolar. Com a saída de Íris Rodrigues, foi publicada no Diário Oficial do Estado a função de diretora, permanecendo até os anos de 1985. Como atesta documentos por ela assinados.

Imagem 17 - Ata de resultado finais – 1976

nome do aluno	Disciplinas					Resultado Final
	Português	Matemática	História	Geografia	Francês	
Francisca Ribeiro de Oliveira	83	74	78	79	78	Aprovado
Francisca Gomes da Silva	-	-	-	-	-	Exatado
Julia Maria Ferreira	83	74	80	80	80	Aprovado
Helena Pereira de Souza	-	-	-	-	-	Exatado
Maria José Alves Bezerra	90	79	94	85	84	Aprovado
Marta Albino da Silva	78	77	84	78	84	Aprovado
Maria de Graças Ribeiro	89	68	84	79	84	Aprovado
Martina Ferreira da Silva	-	-	-	-	-	Exatado
Maria de Fátima Augusto da Silva	72	65	75	71	72	Aprovado
Maria José Manoel de Souza	75	60	72	84	68	Aprovado
Maria Tilda de Araújo	78	66	90	80	90	Aprovado
Marminda Pereira Oliveira	87	81	89	83	89	Aprovado
Solte Golete da Silva	-	-	-	-	-	Exatado
Telma Maria Gomes	83	63	80	73	80	Aprovado
Silvia Luiza Albino da Silva	87	72	80	75	80	Aprovado

O para Contador em João Pessoa P/Braço da Silva  
 Secretária lavrou a presente ata que foi por  
 mim assinada e pelo Diretor deste estabelecimen-  
 to de ensino.  
 Data - 30-12-76  
 João Pessoa P/Braço da Silva Maria Lúcia Wanderley  
 Secretária Diretora

Fonte: ATA DE RESULTADO..., (1976)

Na sucessão da diretora Maria Lêda Teixeira, assume a sua vice-diretora Maria do Socorro Pinheiro, como função gratificada no Diário Oficial de 1986, nomeada pelo governador José Agripino no seu primeiro mandato. Segundo Maria do Socorro Pinheiro, ela assumiu o cargo devido à sua experiência nos serviços da secretaria da escola.

Em relato sobre sua contribuição frente à direção da Escola Estadual, ela relatou que “[...] através da Secretaria de Educação do Estado, adquiri material, como mobília, material de expediente e, dessa forma a escola teve condições de funcionamento dentro dos padrões normais.” (MARIA DO SOCORRO PINHEIRO, 2011).

A mesma lembra ainda que “[...] para superar as dificuldades existentes, havia interesses significativos, a frequência, a vontade de aprender, as participações nos eventos, os compromissos dos pais com a escola. Tudo isso melhorava o aprendizado dos alunos e o empenho dos professores.” Maria do Socorro Pinheiro esteve no cargo no período de 1986 até 1991.

A partir dos anos 1991, continuando com o sexo feminino à frente da direção da Escola, assume como diretora da escola a professora Maria Margarida Gomes para um período entre maio de 1991 até março de 1994. A professora relata como foi seu período

frente à direção da escola: “Foi uma experiência boa, com grandes dificuldades financeiras e materiais para o funcionamento da escola, mas sabemos que o ensino público é bastante difícil, mas fazemos o que está ao nosso alcance” (MARIA MAGARIDA GOMES, 2011).

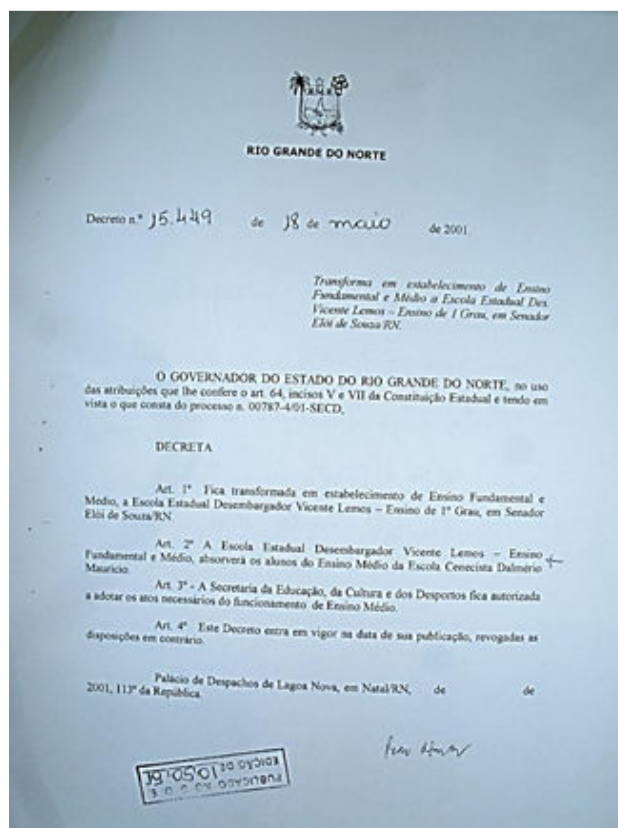
No governo do Governador Garibaldi Alves Filho (1995-1999), é nomeado o primeiro homem para a direção da Escola estadual. No ano de 1995, nomeia o servidor José Mota Neto, para função gratificada de diretor de escola através de Portaria de Autorização nº 293 do Diário Oficial nº 8.469, de 04 de março de 1995, para exercer o cargo.

Em relato sobre sua estada no comando da direção da escola, o diretor faz um relato sobre suas ações enquanto chefe imediato da escola. “Consegui bebedouro elétrico, tirando o balde da sala de aula. Consegui fazer o muro da escola (cercar), a primeira reforma, geladeira, freezer, retroprojeter, aparelho de televisão, armários para os professores e a cobertura da quadra.” (JOSÉ MOTA NETO, 2011).

Nesse ano, houve as transformações elencadas pelo diretor, o Diário Oficial de 19 de maio de 2001, publica o decreto nº 15.449 de 18 de maio de 2001, transforma em Estabelecimento de Ensino Fundamental e Médio a Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos – Ensino de 1º Grau, em Senador Elói de Souza/RN.

O decreto dispõe da seguinte redação:

Imagem 18 - Decreto Governamental – 2001



Fonte: DECRETO nº 15.449 DE 18 DE MAIO DE

Mesmo com a Lei 9.394/96 em seu artigo 3º, inciso VIII, definir que os estabelecimentos de ensino devessem ter uma gestão democrática, na forma Lei e da Legislação dos sistemas de ensino, no ano de 2003, a professora Elda Gomes foi nomeada no Diário Oficial de 10 de janeiro de 2003 para a função gratificada de diretora da Escola pela governadora do Estado Vilma Maria de Faria.

A professora Elda Gomes (2011) relata que “Administrar uma escola não fazia parte dos meus sonhos profissionais, quando pensava na possibilidade de ser ocupante deste cargo, dizia consigo mesma, que só queria quando tivesse uma graduação e, de preferência, fosse em pedagogia.”

E assim, ela fora nomeada no terceiro período do curso de pedagogia. A professora conta que “Algo interessante aconteceu, quando me dei conta que fui aluna da escola, e estava agora como diretora, então lembrei o que sempre ouvi dos meus professores: estudem! Vocês serão os futuros professores, os futuros diretores, os futuros vereadores.” (ELDA GOMES, 2011).

No ano de 2005, o Governo do Estado publica no Diário Oficial do Estado nº 10.924, de 17 de fevereiro de 2005 a Lei Complementar nº 290 de 16 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte.

A Lei Complementar traz em seu caput a seguinte redação nos seus primeiros artigos.

Art. 1º A gestão democrática das escolas da rede pública estadual de ensino se regerá à luz dos princípios inscritos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, na presente Lei Complementar e nas demais Leis aplicáveis à espécie.

Art. 2º Constitui objetivo da gestão democrática a construção de uma cultura de participação da comunidade escolar, promovendo a confiança na escola pública, de modo a favorecer a formação plena do estudante.

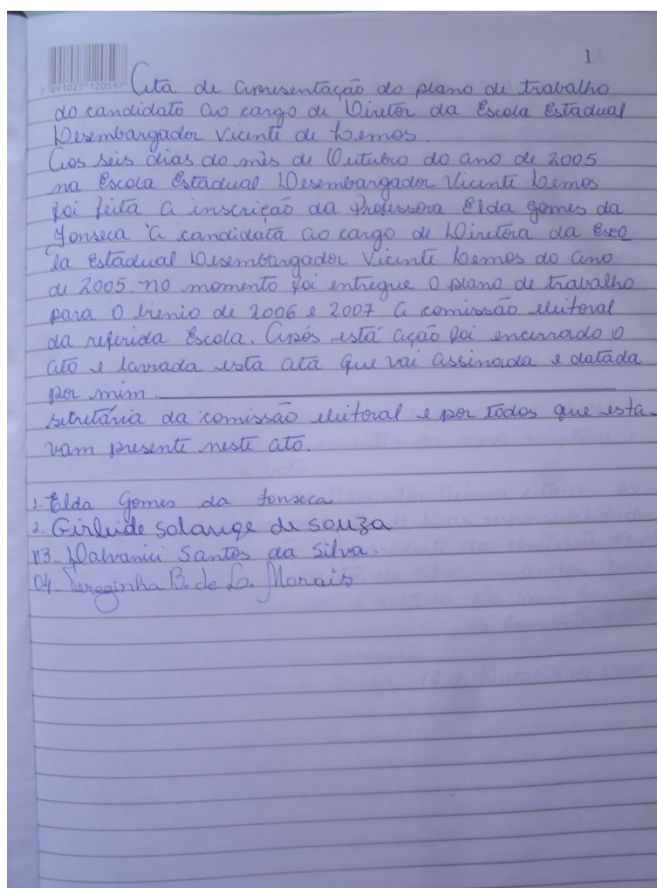
Art. 3º A gestão democrática nas escolas da rede pública estadual de ensino dar-se-á mediante a participação da comunidade escolar, com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- VI - valorização do profissional da educação escolar;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - valorização da experiência extra-escolar;
- IX - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- X - organização do currículo enfatizando aspectos da história, da cultura e da economia potiguar;
- XI - orientação de prioridades pela comunidade escolar;
- XII - transparência da gestão e na garantia da fiscalização e controle das instituições escolares; e
- XIII - descentralização financeira, na forma do estatuído pela Lei Estadual n.º 8.398, de 17 de outubro de 2003, e pela legislação federal aplicável. (LEI COMPLEMENTAR nº 290 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2005 p. 1).

Nesta nova propositura, a diretora Elda Gomes, em exercício na direção, é eleita em eleição direta para a direção da escola, conforme o Diário Oficial nº 11.137 de 28 de dezembro de 2005 e como consta a ata de eleição.

Imagem 19 - Ata de eleição de diretor (2005)



Fonte: LIVRO DE REGISTO DA GESTÃO..., (2005).

Desta forma, a diretora Elda Gomes da Fonseca permaneceu no cargo por cinco anos, sendo três por nomeação e dois por eleição direta na Escola. Os pleitos são organizados pelas Diretorias Regionais de Educação (DIRED).

Diante das eleições diretas nas Escolas Estaduais, a diretora Elda Gomes da Fonseca passa o cargo para o segundo homem na história da direção, o professor Marcio Gley Cunha, que se elegeu para o primeiro mandato no biênio de 2008 e 2009, e se reelegeu para seu segundo biênio 2010 e 2011, estando atualmente à frente da direção da Escola Estadual.

Desse modo, a gestão de diretora iniciada pela professora e diretora Anália Maciel de Souza, na década de 1950, vem passando por muitos outros professores, que, de uma forma ou de outra, levam o projeto de melhorias ao antigo Grupo Escolar e atual Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos.

O corpo docente da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos é formado em duas etapas. Na primeira, quando Grupo Escolar, era composto pelos seguintes docentes: a) Anália Maciel de Souza; b) Terezinha Rodrigues do Nascimento; c) Iris Maria da Costa Aquino; d) Izolete Campos; e) Nanci Relâmpago; f) Ivete da Silva; g) Maria Izolete da Silva; h) Inizete Mauricio Pontes; i) Nanci Fernandes j) Maria Margarida Gomes; l) Maria Magnólia Gomes e Maria Lêda Teixeira Wanderlei, que iniciou com Assistente de Serviços Gerais e depois foi nomeada diretor. O corpo de funcionários se manteve no Grupo Escolar até 1987 data da inauguração da atual Escola Estadual. A partir dos anos de 1988, o quadro de funcionários foi acrescido.



Condensando os textos que enunciam sobre os diretores e os períodos frente ao comando do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, criamos o quadro-resumo a seguir.

Quadro-resumo 2- Diretores da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos a partir dos livros de Registro.

<b>Diretores</b>	<b>Período</b>
Anália Maciel de Souza	1956 a 1965
Iris Maria Rodrigues da Costa Aquino	1966 a 1975
Maria Lêda Teixeira Vanderllei	1976 a 1985
Maria do Socorro Pinheiro de Araújo	1986 a 1991
Maria Margarida Gomes Cunha	1991 a 1994
José Mota Neto	1995 a 2002
Elda Gomes da Fonseca	2003 a 2007
Marcio Gley Cunha	2008 a 2011

Fonte: LIVRO DE REGISTRO..., (1956-2011)

#### **4.2 – As disciplinas Escolares**

Entendemos disciplina escolar como um conjunto de conhecimentos, elaborado por especialistas, identificado e dotado de organização própria para o estudo. Esse conhecimento, ao vincular-se à escola, estabelece novas relações de saber a partir das atividades de seus agentes principais, ou seja, de professores e alunos.

O artigo ‘História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa’, mostra que, até o final do século XIX, o termo disciplina e a expressão “disciplina escolar”, ele nos orienta que “a disciplina é aquilo que se ensina e ponto final.” (CHERVEL, 1990, p. 177).

Desta forma, o currículo do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos fora organizado com as seguintes matérias e os anos em que foram lecionadas.

Quadro 3 – Disciplinas a partir dos mapas finais nos livros de Registro da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos

DISCIPLINAS LECCIONADAS EM SEUS RESPECTIVOS ANOS	
ANO	MATÉRIAS
1956	Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais.
1967	Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais.
1968	Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais.
1969	Linguagem; Matemática e Estudos Sociais Ciências Naturais.
1970	Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais.
1971	Linguagem; Mat.; Estudos. Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1972	Linguagem; Mat.; Estudos, Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1973	Linguagem; Mat.; Estudos Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1974	Linguagem; Mat.; Estudos Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1975	Linguagem; Mat.; Estudos Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1976	Linguagem; Mat.; Estudos Sociais; Ciências, Naturais, Educação Moral Cívica e Educação Física.
1977	Comunicação e Expressão; Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1978	Comunicação e Expressão; Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1979	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1980	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1981	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1982	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1983	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1991	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1993	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.
1995	Comunicação e Expressão, Matemática, Ciências e Estudos. Sociais.

Fonte: LIVRO DE REGISTRO..., (1956-2011)

A organização do currículo, que concerne à distribuição das disciplinas para os níveis Fundamental e Médio.

Com uma legislação voltada para o ensino no país e nos Estados, foram criadas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 e a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que organizam as disciplinas para que sejam ministradas no currículo. Para a Lei 4.024/61, o currículo deve ser organizado de forma como dispõe seu Artigo 35, parágrafo primeiro.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino. (LEI nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, p. 4).

A Lei nº. 5.692/71 organiza as disciplinas de forma que “Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte

diversificada [...], conforme as necessidades e possibilidades concretas, [...] e às diferenças individuais dos alunos.” (LEI nº 5.692 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1971, Art. 4º, p. 1).

A referida Lei torna obrigatória a “inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica e Educação Física”, conforme seu Artigo nº 7, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969.

A Lei 9.394/96 redefiniu o currículo em duas partes. Uma denominada como núcleo comum e a parte diversificada.

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte [...].

§ 3º. A educação física [...].

§ 4º. O ensino da História do Brasil [...].

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. (LEI nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, p. 11).

No período posterior à Lei 9.394/96, coube às escolas a elaboração do Projeto Político Pedagógico e esta elaboração teve como diretriz os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados e editados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Para os PCN's (1997), as disciplinas nos currículos ficam assim dispostas; Língua Portuguesa; Artes; Ciências Naturais; Educação Física; Ética; Geografia; História; Matemática; Orientação Sexual Pluralidade Cultural; Educação para a Saúde e os Temas Transversais.

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (CHERVEL, 1990, p. 207)

Atualmente, em 2011, a Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos tem um total de 483 (quatrocentos e oitenta e dois) alunos matriculados, sendo 138 alunos no

Ensino Fundamental e 345 alunos no Ensino Médio. Os alunos são divididos por níveis de ensino distribuídos em três turnos: Matutino - Ensino Fundamental I e Ensino Médio nos turnos vespertino e noturno, com um corpo docente com mais de 90 por cento de professores formados e especialistas.

Tem sua estrutura física de 2.970 m<sup>2</sup>, composta de sete salas, sendo, cinco de aulas presenciais ativas, uma sendo laboratório de química inativo e outra sendo laboratório de informática. A mesma dispõe de uma cozinha, quatro banheiros, dois dos alunos e dois dos professores e dois depósitos, sendo um de comidas e outro de material de higiene. A Escola ainda conta com uma secretaria, uma diretoria, uma biblioteca, uma sala de reuniões, sala dos professores e uma quadra poliesportiva.



*Capítulo Cinco- O encontro com Anália Maciel*

## *Capítulo Cinco - O encontro com Anália Maciel*

Imagem 21 - A professora Anália Maciel – 1933



Fonte: Arquivo pessoal do Autor

A professora Anália Maciel de Souza nasceu no dia 24 de fevereiro de 1915, na cidade do Natal. Filha de Manoel Targino de Souza, natural de Pernambuco, e de Emília Maciel de Souza, natural de Natal, no Rio Grande do Norte. Sua residência localizava-se na Antiga Avenida Onze, atual Manoel Miranda - Alecrim, onde seu pai mantinha um comércio varejista.

Era a terceira mulher dos cinco filhos do casal Manoel Targino e Emília Maciel. Assim, chamavam-se seus irmãos: Manoel Targino de Souza Filho, que era chamado

carinhosamente de Neco; Ulisses Maciel de Souza; Irací Maciel de Souza, conhecida como Sila, e Nair Maciel de Souza.

A formação profissional da professora Anália Maciel de Souza inicia quando a mesma se formou na 24ª turma da Escola Normal de Natal, no ano de 1933. Aprovada e habilitada para assumir o magistério, a professora tem seu nome registrado na relação do Livro dos Formados da Escola Normal de Natal (fundada em 1908), atualmente Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). Na página 7 do referido livro, consta a listagem dos alunos da 24ª turma diplomados no ano de 1933.

Imagem 22 - Livro dos Diplomados da Escola Normal de Natal – 1933, 24ª turma.

1932 - 23ª Turma	
1	Corredora do Rosário
2	Maria Lucrecia Rocha
3	Maria Tereza de Albuquerque
4	Lucinda da Costa
5	Maria Sabela Teixeira
6	Myriete Moura de Sá
7	Conceição Mendes
8	Fora Regina da Costa
9	Ediçya Pereira Costa
1933 - 24ª Turma	
1	Antônio Juvenal Guerra
2	Nair Adornes
3	Maria Eulália da Silva
4	Nair Espíndola de Moraes
5	Maria Guisimar de Albuquerque
6	Fora Regina da Costa
7	Myriete Moura de Sá
8	Tracema Lopes Brandão
9	Alida Barbosa da Silva
10	Clotilde Cabral de Macato
11	Lyrisilda Pinheiro Borges
12	Leonor de Medeiros Costa
13	Nair da Glória Maia
14	Myriete Moura de Sá
15	Antônia Guerra de Sá
16	Anália Maciel de Souza
17	Elisabete Santana
1934 - 25ª Turma	
1	Edite Rodrigues de Sá

Fonte: LIVRO DE PROFESSORES DIPLOMADOS..., (1910-1962)

Nesta turma formaram-se um total de 18 alunos, sendo 15 do sexo feminino e 03 do sexo masculino. Foram os seguintes os diplomados: *Antônio Juvenal Guerra* (o orador da

*turma), Nair Amorim, Maria Eulalia da Silva, Nair Trindade de Moraes, Maria Guiomar de Albuquerque, José Bezerra Cavalcante, Alaíde Alves Fernandes, Iracema Lopes Brandão, Alda Barbosa da Silva, Clotilde Cabral de Macedo, Rosilda Pinheiro Borges, Leonor de Medeiros Pinto, Nair de Azevedo Maia, Dezilda Maciel da Silva, Antônia Guerra Jales, Anália Maciel de Souza, Elisidilino Santana e Odete Rodrigues.*

Imagem 23 – Diploma dos formados – 1933.



Fonte: Diploma (1933)

Moraes e Silva (2009, p. 272) afirmam que “Após a diplomação, os professores estavam habilitados a lecionar nos cursos primários público e privado.” Nessas condições muitas Normalistas ao abraçar o magistério teriam de ir para longe de Natal, para exercerem suas atividades no ensino primário em cidades, vilas e povoados.

Neste ano, o corpo docente da Escola era formado por: Etelvina Emerenciano, professora do primeiro ano; Dr. Francisco Ivo, professor do segundo ano; Belém Câmara, professora do terceiro ano, e o professor Oscar Wanderley do quarto ano. Na representação do

Diretor, o Professor Antônio Fagundes, e, como Paraninfo da Turma, o Dr. Manoel Varela de Albuquerque.

Imagem 24 – Detalhe do Diploma da Escola Normal de Natal –  
Professores da turma de formados – 1933.



Fonte: Diploma (1933)

Para homenagear a turma dos formandos, o paraninfo, professor Dr. Manoel Varela de Albuquerque, escreve a seguinte mensagem:

Pensamos que somente a educação terá o poder mágico de preparar melhores dias para a humanidade que vê em sua dolorosa trajetória uma figura esfingética que a ameaça de destruir, si a obra educacional não enveredar pelo verdadeiro caminho das realidades. (DIPLOMA, 1933).

Esta maneira expressa a forma pela qual a Professora Anália Maciel fora educada, com um ideal de boa moça, boa educadora, “[...] visto que esta educação era permeada pelos novos valores sociais pretendidos e, por isso, nos Grupos Escolares se tinha educação moral e cívica, tendo em vista a formação social do educando, a de cidadão.” (SILVA, 2007, p. 33-34).

Intelectual atuante, Anália Maciel exercia várias funções no campo educacional. Em 1934, foi nomeada professora interina para substituir uma professora efetiva da Escola Isolada Gonçalves Lêdo, no Alecrim, que se encontrava licenciada (NOMEAÇÃO... 1934b).

Assumiu como membro o quadro social do Conselho Diretor da Associação dos Professores de Natal, que tinha como finalidade regular o funcionamento de seus estabelecimentos escolares. O mesmo tinha como presidente o professor Antônio Fagundes e como secretário o professor Acrísio Freire, orador: José Saturnino; como tesoureira: Alba Brandão e como adjunta de secretário: Lindalva Teixeira, como dispõe a ata da reunião, que não hesito em transcrevê-la:

Com o comparecimento de elevado número de sócios, esteve reunido, domingo último, o Conselho Diretor da Associação de Professores.

Depois de inteirados dos assuntos de ordem social, passou o conselho a tomar várias deliberações concernentes à falta finalidade da associação e ao regular funcionalmente de seus estabelecimentos escolares, cujo movimento foi relatado pela consorcia Theonila Salles, Diretora do grupo Escolar Antônio de Souza.

Para o preenchimento de algumas vagas existentes no conselho, umas por renúncia, outras por mudança de residência dessa capital de seus ocupantes, procederam-se as respectivas eleições, por escrutínio secreto, tendo sido eleitos presidentes, 2 secretários, orador, tesoureira e adjunta de secretário, respectivamente, os consocio professores Antônio Fagundes, Acrísio Freire, José Saturnino, Alba Brandão, Beatriz Lima e Lindalva Teixeira, que foram logo empossado em seus cargos.

O Conselho Diretor reconduziu nos lugares de professores “Antônio de Souza” as consocia Theonila Salles, Beatriz Lima e Dovalina Emereciana, nos cursos primários e as senhoritas Conceição Morais no curso profissional Feminino e Dulce Wanderley no de música e nomeou a professora Alba Brandão para o primeiro ano primário na vaga aberta da consocia Merice Fernandes que transferiu a sua residência para o Rio de Janeiro. Para tomada de conta, da ex-tesoureira, foi pelo presidente nomeada uma comissão composta dos professores Joaquim Noronha, Annita Freire e Adaléria Teixeira, para o quadro social foram propostas as professoras Alba Brandão, Adaleia Teixeira e Anália Maciel de Souza. (ATA DE REUNIÃO, 1935)

Atentando para a sua atuação profissional, a professora Anália Maciel regia uma escola particular subvencionada - sistema de financiamento compartilhado, onde o Estado entra com os programas de ensino e os pais com parte do subsídio. Para seguir o caminho no magistério, foi nomeada para a Escola Isolada de Caiada, em 23 de fevereiro de 1934, de acordo com o despacho no expediente do Diretor Geral, “[...] onde a Escola seria reaberta com seu comparecimento.” (NOMEAÇÃO..., 1934a).

Destacamos que a professora Anália Maciel, para atuar no magistério no interior do Estado, solicita ao Secretário Geral, em 21 de maio de 1935, permissão para passar sua

regência da Escola Subvencionada para irmã Nair Maciel de Souza, conforme ofício expedido:

Ao Sr. Secretário Geral do estado.

[...] Solicito autorizar a entrega aos diretores dos estabelecimentos de ensino oficiais, nesta capital, de verbos para pequenas despesas: [...]

[...] Evidando requerimento dos professores Olga Maciel Rodrigues, solicitando licença e Anália Maciel, solicitando permissão para passar a regência de sua escola particular subvencionada à complementarista Nair de Souza. [...] (OFÍCIOS EXPEDIDOS..., 1935, p. 01).

O Governador do Estado, Antônio José de Melo e Souza (1907-1908/1920-1924), no seu expediente, criava as escolas rudimentares mistas, que, até então, não tinham chegado ao povoado.

O Decreto da Lei 471/1919 tinha a seguinte redação:

Art. 1º - É criada uma escola rudimentar mista, em cada uma das seguintes povoações: 'Tibau', no município de Goianinha; '*Caiada*', *município de Macaíba*, 'Utinga', no de São Gonçalo; 'brejinho', no de Santo Antônio; 'Vera Cruz' no de São José de Mipibu; 'Vitória', no de Pau dos Ferros; 'Extremoz', no de Ceará Mirim e 'Ponta Negra' no de Natal.

Art. 2º - Essas escolas serão providas, de acordo com o art. 70, § 2º da Lei do Ensino, desde que as intencências dos respectivos municípios forneçam, nos termos da mesma lei, a casa e mobiliários indispensáveis para que possam funcionar (LEI nº 471 DE DEZEMBRO DE 1919, p. 66).

As Escolas Rudimentares, dispostas no artigo 1º, poderiam ser fixas ou ambulantes e serem criadas em várias localidades como determina o artigo 2º do seu Regimento Interno (1925, p. 5).

De acordo com o artigo segundo desta Lei, as comunidades, para terem uma Escola Pública, teriam que doar as casas para que pudesse funcionar, como esclarece o Governador do Estado em mensagem lida no dia 1º de novembro de 1923, no Congresso Legislativo,

[...] Como sabeis Como sabeis, a lei de ensino exige que as municipalidades ou os particulares forneçam o prédio e os móveis indispensáveis para ser criada a escola, até porque seria difícil ao Estado mandar a cada localidade um emissário, que, provesse a essa necessidade. [...] Em várias comunidades era a população quem solicitava a escola e até fornecia a casa precisa. (MENSAGEM DOS GOVERNADORES, 1923).

Sobre o Regimento Interno das Escolas Rudimentares (1925, p. 7), nos afirma no artigo 6º, que “os governos municipais, associações ou particulares, que forem interessados pela escola, darão a casa, com o respectivo material escolar pedagógico, fornecerão o material de expedientes e se encarregarão do asseio e conservação do prédio.”

Com o apelo da população e as solicitações atendidas, o prédio foi arranjado e iniciou-se o desenvolvimento educacional no povoado. A Escola instalada no povoado passou pelas seguintes nomenclaturas:

Quadro 4 – Denominações do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos

ANOS	NOMES
1919 a 1922	Escola Rudimentar Mista
1923 a 1926	Escola Rudimentar de Caiada
1927 a 1929	Escola Particular subvencionada
1930 a 1940	Escola Isolada de Caiada
1941 a 1950	Escola Isolada Desembargador Vicente de Lemos

Fonte: LIVRO DE REGISTRO..., (1956-2011)

Foi a partir dos anos de 1930 que o estabelecimento de ensino passou a ser considerado Escola Isolada, data que iniciou a atuação da professora Anália Maciel. Em 1936, formada na Escola Normal de Natal, à luz do Programa de Reconstrução Nacional do Governo Interventor Mário Câmara (1933 a 1935) e do Governador Rafael Fernandes (1935 a 1937)<sup>1</sup>, a professora começou a trabalhar no povoado da antiga Caiada, pois, como afirma HOLLANDA (2001; p. 65): “muitas professoras formadas pela Escola Normal foram lecionar no interior, porque era onde o ensino apresentava uma maior necessidade de profissionais da educação devido ao aumento no número de Grupos Escolares e Escolas Isoladas fundadas entre 1908 e 1920.”

A professora hospedou-se na casa do Sr. Luiz Gomes da Silva, conhecido com Luiz Padre. Lecionou no prédio localizado, hoje, na Rua Aprígio Rodrigues, s/n, Centro, Senador Elói de Souza/RN. No ano de 1937, casou-se com o Sr. Francisco Maurício de Souza, em 22 de dezembro do corrente ano. Desse enlace matrimonial, constituíram quatro filhos. Os filhos do casal foram: Dalmira Mauricio de Souza; Dário Maurício de Souza;

<sup>1</sup>Os Governos do Interventor Mário Câmara (1933 a 1935) e do Governador Rafael Fernandes (1935 a 1937), Governo Provisório de Getúlio Vargas, investiu na ampliação das oportunidades educacionais através da construção, higienização, ampliação e manutenção de escolas em todas as cidades, vilas e fazendas, como estratégia de dar visibilidade às populações locais da sua política educacional.

Dalmério Maurício de Souza e Dalvino Maurício de Souza. Destes, apenas Dário Maurício de Souza se encontra vivo.

O Senhor Francisco Maurício de Souza era o sexto filho do casal Vicente Maurício de Souza e Francisca Maurício Pontes, naturais de Pirpirituba – Paraíba. “O Sr. Vicente Maurício chegou a Senador Elói de Souza em 15 de julho de 1916, comprou a propriedade Ubaeira, onde se estabeleceu com sua numerosa família”, como relata Azevedo (1988, p. 20). Esse exercia a atividade de mascate, percorrendo toda a região e, após quatro anos, abriu uma casa comercial de tecidos e de secos e molhados, no povoado de Caiada.

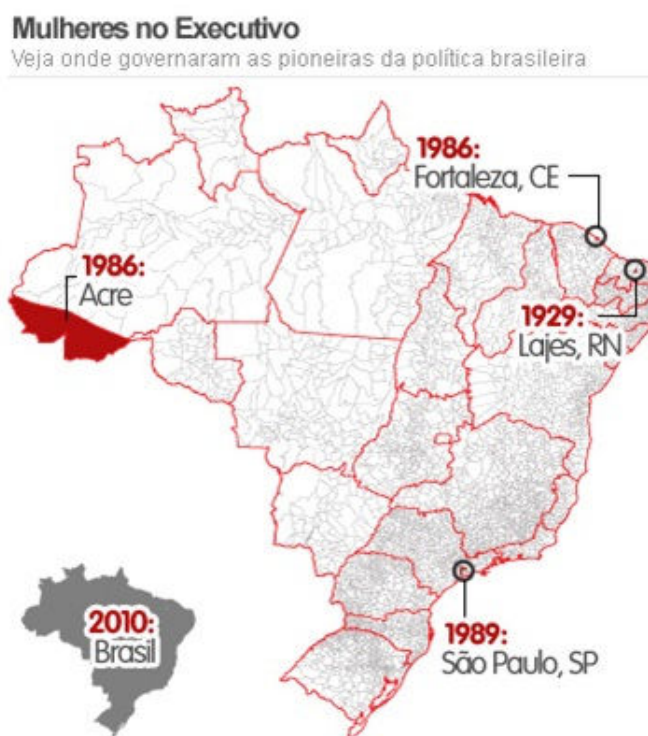
Com uma jornada de trabalho dupla, a professora Anália Maciel se dividia na tarefa de ensinar e também do controle da casa comercial, juntamente com seu esposo. Conforme nos relata sua ex-aluna Terezinha Rodrigues (2010), “A mercearia ficava vizinho a escola, que às vezes dava pra ver as pessoas quando vinham fazer suas compras.” A professora fazia todas essas atividades com muito gosto, pois “[...] ela gostava de servir o povo, que além de vender as mercadorias oferecia café aos mais velhos e doces aos seus filhos [...]” acrescenta Terezinha.

Para tanto, a trajetória de ser professora nesses anos era também conquistar uma posição de destaque na sociedade. A professora Anália Maciel, além de professora, passa a atuar no mundo público, e ter acesso às estruturas do poder. Müller (1999, p. 177) afirma que “houve um esforço concentrado por parte do pensamento educacional e das políticas dirigidas ao magistério primário para colocar as professoras no papel de líderes sociais, construtoras e civilizadoras da nação.”

Com a possibilidade criada pelo governador para que as mulheres pudessem ingressar na política, a professora Anália Maciel de Souza candidatou-se ao cargo do executivo municipal. Mesmo não tendo nenhuma experiência política anterior, se torna a primeira mulher Prefeita no município, eleita pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para o primeiro mandato (1970-1973) e, eleita pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para o segundo mandato (1977-1983).

Sobre esse aspecto, Rocha Neto (2002, p. 28-29) apresenta este pioneirismo da mulher no poder municipal com Alzira Soriano que fora eleita para o comando da prefeitura de Lajes, no Rio Grande do Norte, em 1928/29, como mostra o mapa a seguir:

Imagem 25 – Mulheres no executivo - 2010



Fonte: JUSTE (2010)

Desta forma, a professora Anália Maciel, assim como Alzira Soriano, faz parte das primeiras pessoas do sexo feminino a se constituírem na atividade política do Rio Grande do Norte. Os mandatos se instituem nas décadas de 1970 e 1980.

Em exercício do seu poder, a professora Anália Maciel eleita Prefeita, para o seu primeiro mandato, teve como companheiro de chapa o Vice-Prefeito Hortêncio Ribeiro da Costa. O pleito ocorreu em 30 de novembro de 1969, sendo a mesma empossada no dia 31 de janeiro de 1970. Esta eleição fora para eleger o terceiro prefeito constitucional do município.

O governo da prefeita Anália Maciel tinha por objetivo sistematizar e coordenar os serviços e obras para a melhoria da comunidade local e as localidades distantes. Construiu em todos os setores, abaixo relacionados, para que a população se sentisse protegida e atendida, como dispõe as obras listadas dos seus dois mandatos por Azevedo (1988, p. 37-38):

#### Realizações administrativas no primeiro mandato (1970)

- Construção de poço tubular, no Sítio Gravatá; Início do calçamento da Rua Miguel Costa (principal rua na época);
- Instalação da energia, advinda da Hidrelétrica Paulo Afonso, na cidade;
- Construção do prédio da Escola Municipal Professora Anália Maciel, na Fazenda Pelestina;
- Aquisição de

uma propriedade, localizada nas imediações da cidade para a expansão da mesma; - Jardim de Infância Branca de Neve; - Colaborou na construção da Escola Estadual Desembargador Vicente Lemos; - Centro Comunitário Bernadina Campos; - Prédio da biblioteca Pública Municipal; - Agencia do Correios.

#### Realizações administrativas no segundo mandato (1977)

- Construção do prédio da Escola Prof. José Fabrício, no sítio Lagoa da Carnaúba; - Construção do prédio da Escola Prof. Severtino Bezerra, no Sítio Lagoa da Ema; - Construção do Prédio da Escola Prof. José Saturnino, no Sítio Riacho dos Macacos; - Construção do Matadouro Público; - Calçamentos de ruas (Rua Dalmério Maurício - rua que levava o nome de seu saudoso filho); - Criação da Escola de 1º e 2º Graus, administrada pela Companhia Nacional de Escola da Comunidade – CNEC, onde eram repassados 10% do fundo de Participação do Município -FPM; - Instalação de Postos de saúde, nas localidades de Riacho do Meio e Lagoa dos Cavalos; -Construção do prédio para a instalação do posto de serviço da Telecomunicações do Rio Grande do Norte- TELERN, ativada no município em 18 de outubro de 1978.

Para o ex-aluno e contemporâneo da administração da prefeita, o professor Josué Campos (2010) “A administração da Professora Anália Maurício Maciel de Souza (nas 02 gestões) conseguiu alguns avanços, considerando as péssimas condições encontradas para administrar o município.”

Bosi (1994, p. 48) afirma que “o passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente.” Esse passado que representamos sobre a personalidade da professora Anália Maciel fica evidenciado quando buscamos suas ações, tanto em sala de aula como na pessoa pública.

Considerando a personalidade da professora, de uma forma ou de outra, muitos manifestam o respeito e gratidão para com a velha mestra. Essas manifestações aparecem de várias formas. Uns preferem falar e exaltar o tempo de professora, afirmando que, na época, alunos não desobedeciam, “[...] que só precisava levantar o dedo, e todos ficavam sentados e calados [...]” como afirma a ex-aluna Francisca Costa (2010).

No ano de 2008, na homenagem feita a um ex-aluno, Dinarte da Costa Lira, que para exaltar valor do homem honesto e trabalhador, sua família contrata o poeta José Acaci para lhe render felicitações em forma de versos, escrevendo uma literatura de cordel sobre sua trajetória de vida, iniciada a partir dos ensinamentos dedicados da sua eterna professora Anália Maciel.

Os versos do poeta traçam o perfil do homenageado. Os mesmos exaltam que suas virtudes se deram a partir dos preceitos adquiridos com a sua primeira e única professora. Assim descreve o poeta Acaci,

Por conseqüência da vida  
 não teve como estudar,  
 fez só a primeira série,  
 mas sempre soube chegar  
 nos lugares com respeito,  
 e assim arranjava um jeito  
 de sua vida levar.

Dona Anália de Souza,  
 Professora respeitada  
 Foi quem ensinou a Dinarte  
 A leitura soletrada,  
 E usou a palmatória  
 Pra ele botar na memória  
 As contas da tabuada.  
 (ACACI, 2008, p. 2)

Como podemos perceber, os alunos da professora não só aprendiam ler e escrever, aprendiam também os conceitos de cidadania que os tornavam pessoas bem vistas na sociedade e que suas lições eram levadas por toda vida por aqueles que ela ensinava.

Nestes versos, percebemos que o autor usa o recurso da rima nas palavras palmatória para demonstrar a aprendizagem do homenageado e as rimas nos versos, mas que a professora não a usava como instrumento de castigo, “[...] apenas mandava os alunos ficar de pé ao lado da carteira ou em frente ao quadro negro [...]”, conforme relata a ex-aluna Francisca Cassimiro (2010).

Em julho de 2007, 11 anos após sua morte e 24 anos depois de seu último mandato, o informativo denominado *Jornal da Comunidade* prestou uma homenagem a sua atuação enquanto prefeita.

O informativo trazia uma pesquisa feita via internet, às vésperas de uma campanha eleitoral no município, onde perguntava: *Quem você considera que foi o melhor prefeito de Elói de Souza?* As pessoas responderam, na sua maioria: “[...] foi Dona Anália, porque foi muito boa para o povo, teve humildade, deu terrenos para quem quisessem fazer casas, e nunca abandonou o município” (ESCOLHA DO MELHOR..., 2007, p. 2).

A Professora e Ex-Prefeita Anália Maciel de Souza trabalhou até o fim dos anos 1960, após 33 anos de dedicação ao ensino, quando se aposentou por tempo de serviço no magistério, conforme Diário Oficial de 19 de junho de 1969.

Mesmo aposentada do magistério, continuou exercendo outras funções no município. Exerceu o cargo de Supervisora de Ensino na década de 1970, assumiu a tesouraria da prefeitura municipal nos anos 1980 e trabalhou como agente administrativo entre os anos 1989 e 1992. Sua dedicação ao trabalho teve uma pausa quando novamente se aposenta por idade, aos 78 anos, no ano de 1993. Uma “aposentadoria por velhice”, conforme dispõe a Carteira de Trabalho, página 72, registro de prestações em 30 de 07 de 1993.

A professora Anália Maciel faleceu em 04 de maio de 1996, às 10:00 horas, em Senador Elói de Souza/RN, aos 81 anos. A Certidão de Óbito, folhas 172, livro “C” nº 01, sob nº 255, atestou causa da morte ignorada. Com o falecimento da mestra querida, muitos foram os sentimentos e homenagens feitas, mesmo não sendo natural do povoado que ajudou a transformar em cidade, fez daquele lugar seu leito para construir sua vida, casar e criar seus filhos.

Em 04 de junho de 1996, ao completar um mês sem sua presença, a ex-aluna Terezinha Rodrigues lhe presta uma homenagem. Transcreverei, a seguir, suas descrições:

Madrinha Anália nasceu no dia 24 de fevereiro de 1915. Era filha natural de Natal/RN, filha de uma ilustre e conhecida, a família Manso Maciel.

Estudou em Natal, na Escola Normal de Natal, fez curso para o magistério e formou-se em Normalista, pois era muito aperfeiçoada com muito prazer de ser professora.

[...] ela veio solteira ficou hospedada na casa de do Sr. Luiz Gomes da Silva conhecido como Luiz Padre. Madrinha Anália chegou aqui em 1936.

Quando ela veio ensinar aqui foi em um prédio doado por seu Aprígio Rodrigues. Com pouco tempo casou-se com o Sr. Francisco Maurício de Souza, onde teve seus filhos: Dalmira, Dário, Dalmério e Dalvino.

Ela tinha um bom comercio de tecidos, secos e molhados. [...] Ela sempre dizia que tinha orgulho de ser professora, mesmo sendo uma missão muito espinhosa.

Madrinha Anália ensinava muito bem, tinha muito amor pelo estudo, ajudava a todos alunos mais humilde dando farda, sapatos, livros e cadernos, tudo do dinheiro dela, gostava muito de ajudar os pobres. [...] Os alunos todos gostavam dela.

Madrinha Anália fazia belos passeios escolares nas datas comemorativas como: no dia 7 de setembro levando-nos as cidades vizinhas, como Serra Caiada e Macaíba, tirando em 1º lugar nos desfiles, muitos organizados combelas poesias.

Madrinha Anália comemorava o 31 de maio, à noite da escola. Todos os alunos saiam em fila da escola para a igreja com uma velinha acesa na mão cantando e, rezáva-mos uma linda novena.

Ela incentivava muito os alunos pelo bom estudo e muitos se formaram no tempo que ela ensinou. Em nome de todos os colegas e as colegas, agradecemos muito por tudo que ela nos ensinou.

Eu tinha muita atenção a ela como se fosse uma mãe, toda vez que eu tomava a benção ela beijava a minha mão e eu beijava mão dela, como símbolo de muito respeito.

Madrinha Anália não deixarei de em minhas preces rezar um pai nosso pela sua alma, e que a cadeira que aqui na terra sentou-se para nos educar a tenha no reino do Céu.

Da mesma forma, no mesmo ano de 1996, sobre as comemorações do dia 7 de setembro, o *Informativo* da Coligação *União&Progresso*, dos partidos políticos PTB e PMN, que lançava a candidatura de um velho amigo de Anália Maciel ao poder executivo municipal, trouxe em sua matéria de capa os sentimentos e saudades da professora, em referência aos festejos cívicos que a mesma fazia.

Com o título “Um ano sem dona Anália” o *Informativo*, ano I, nº 2, de 1996, dava ênfase ao primeiro desfile sem a sua presença.

Este é o primeiro 7 de setembro que comemoramos sem a presença de Dona Anália Maurício Maciel de Souza, velha querida professora de Senador Elói de Souza. Todos os anos, por esta época, ela arregimentava a cidade, promovendo grandes festas cívicas que continuarão a ser lembradas enquanto restar sobre a terra um conterrâneo nosso. [...] Vocacionada para o magistério, ao qual dedicou o melhor de seu esforço. (UM ANO..., 1996)

Neste estudo, identificamos muitos que estudaram ou trabalharam com a professora. Também identificamos modos peculiares com que alguns se referem à figura da pessoa de Anália Maciel. “Madrinha Anália”, “velha Anália”, “grande Mestra” e “a professora Anália”, aparecem de forma mais acentuada. Isso também fica evidente nas referências que fazemos durante o percurso de escrita, pois “[...] quando sentimos necessidade de guardar os traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram.” (BOSI, 1994, p. 411).

Nas lembranças, emergem sempre a postura da professora e educadora, qualidade que Anália Maciel sempre manifestou em ser lembrada. Francisca Tertulino (2010) lembra que “[...] ela queria ser sempre lembrada e chamada de professora, e não prefeita de Senador Elói de Souza.” Entre os aspectos, ‘ser professora’, e ‘ser prefeita’, o que se sobressaía e o que mais ela prezava era de ser professora, pois a mesma considerava que “[...] a prefeitura era uma passagem na vida, e professora era uma dádiva de Deus.”



*Capítulo Seis - A educadora Anália Maciel*

## Capítulo Seis - A educadora Anália Maciel

Com a finalidade de conhecer aspectos da prática educativa da professora Anália Maciel, procuramos conhecer o contexto e os objetivos propostos pelo ensino primário no qual ministrava suas aulas. Através das suas ações junto as atividades nas disciplinas, analisamos como se desenvolvia o cotidiano escolar e que conteúdos eram trabalhados. Ao buscar vestígios nos documentos referentes à época, partimos para uma busca no arquivo da Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, onde localizamos um livro denominado *Livro de Ata de Incineração*. A Ata de 14 de março de 1985 discriminava os documentos incinerados: Diários de Classe, Ofícios Circulares, Portarias, Relatórios de Atividades e Fichas do Banco do livro.

Entre os Diários de Classe incinerados, vinte e cinco deles eram referentes aos anos de 1939 a 1961, período em que a professora Anália Maciel lecionou no estabelecimento e ao recorte temporal da nossa pesquisa.

Imagem 26 – Ata de incineração – 1985

Ata de Incineração

Ata 14 de março de 1985 na presença do Diretor Escolar, José Edson de Souza e do Diretor de Ensino, José Carlos de Souza, para a incineração dos seguintes documentos pertencentes à Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos, em 14 de março de 1985.

Nº	Descrição do Documento	Quantidade	Ano	Tipo de Documento	Observações
01	Diários de Classe	25	1939-1961	Diário	Incinerados
	Diários de Classe	93	1939-1961	Diário	Incinerados
		-	-	-	Incinerados
		-	-	-	Incinerados
02	Ofícios Circulares	15	1939-1961	Diário	
03	Portarias	11	1939-1961	Diário	
04	Relatórios de Atividades	06	1939-1961	Diário	
05	Fichas do Banco do Livro	18	1939-1961	Diário	

Para constatar, foi lavrada a presente ata assinada por mim, Secretário e pelo Diretor da Escola.

Sonada 06h de 14 de março de 1985

José Edson de Souza - Diretor  
José Carlos de Souza - Secretário

Fonte: LIVRO DE ATA... (1985)

Cabe lembrar, que a diretora Maria Lêda Teixeira (2011) afirmou que “[...] não fui eu que tive a idéia de queimar os documentos, foi Socorro, porque ela trabalhava na secretaria e precisava organizar as pastas [...] – eu só assinei a ata.”

Diante do fato, o que fazer para que pudéssemos vivenciar as atividades desenvolvidas pela professora? Em contato com uma ex-aluna e também professora Terezinha Rodrigues do Nascimento, a mesma nos informou que na “época do fogo” ela ia passando e em meio à fumaça, com ajuda de um pedaço de pau, ela conseguiu retirar das chamas o livro de matrículas usado pela professora Anália Maciel entre os anos de 1936 a 1946.

A partir da identificação dos alunos, partimos em busca dos relatos de cada um, para tecermos os procedimentos didáticos metodológicos da professora, pois como nos afirma Le Goff (1992, p. 9) “[...] a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, senti’.”

Almeida (1998), no trabalho de investigação sobre a presença e atuação da mulher na educação, busca, além das fontes escritas, as fontes orais de professores que passaram pelo processo histórico, para reconstruir a trajetória da mulher no campo da educação. Assim, “A memória revivida faz ressoar silêncios e omissões, levantando véus daquilo que foi calado e sufocado.” (ALMEIDA, 1998, p. 12).

A partir de depoimentos dos ex-alunos, foi possível reconstruir alguns aspectos relacionados às atividades em sala de aula, referentes às matrículas, período letivo, matérias lecionadas, os métodos de ensino, festas e recreações escolares ministrados pela professora.

As representações que construímos acerca da atuação da professora foi resultado de uma escolha consciente, imposta por falta dos registros destruídos, onde nos mostra outras possibilidades de interpretação, cujo “[...] o discurso oral se transforma em escrita, distanciada da entonação da voz e do olhar, surge com muita nitidez aquilo que esteve oculto no momento dos depoimentos.” (ALMEIDA, 1998, p. 162).

A professora ensinava a alunos de ambos os sexos, dentro da faixa etária de sete aos treze anos, em turmas que variavam de 30 a 80 alunos, divididas por ano.

Segundo a Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916, que reorganiza o ensino no Estado do Rio Grande do Norte, no seu Artigo 82, define que as matrículas nos estabelecimentos de ensino primário serão efetuadas dentro do período de oito dias anteriores ao início do ano letivo. No que se refere às matrículas nas escolas isoladas, a Lei observa o seguinte:

§ 1º Nas Escolas Isoladas

- a) Os professores procederão à matrícula dos alunos novos e daqueles que tiverem frequentado a escola no ano anterior, segundo a ordem em que concorrerem à inscrição, devendo declarar, a respeito destes, o tempo de ensino em suas escolas e o estado de adiantamento de cada um;
- b) O número mínimo de matrículas será de vinte alunos e o máximo de quarenta, ficando porém, ao prudente arbítrio do professor a admissão de maior número, uma vez que não seja prejudicados o ensino e a disciplina com aglomeração de alunos. (LEI nº 405 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1916, p. 61).

Desta forma, o número de alunos na sala da professora Anália Maciel era bem significativo, haja vista que ela atendia a todos aqueles que procuravam o estabelecimento de ensino. Para o controle da professora, havia o livro de matrícula, no qual segundo o Artigo 87, deveria constar todas as informações dos alunos a serem matriculados.

O Artigo da lei dispõe da seguinte redação,

Art. 8º - A matrícula será feita no livro para esse fim destinado, o qual conterá os seguintes esclarecimentos:

- a) número de ordem;
- b) nome do aluno;
- c) dia, mês e ano do nascimento;
- d) filiação, mencionando-se além do nome do pai, o tutor ou representante, se o aluno estiver confiado aos cuidados deste;
- e) naturalidade e nacionalidade;
- f) data da matrícula no ano;
- g) data da matrícula primitiva;
- h) residência do aluno na localidade, com a designação da rua e número da casa. (LEI nº 405 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1916, p. 63).

A professora registrava os alunos conforme era especificado na orientação da Lei, conforme seu registro nas páginas do livro de matrícula.

Imagem 27 – Folha do Livro de Matrícula – 1937.

MÁTRICULA NO				ANNO DE 1937					
N.	Nomes	IDADE			Filiação	Natalidade	Residência	Data da matrícula	OBSERVAÇÕES
		DIA	MEZ	ANNO					
1	Valdina Leite	15	6	1925	Manoel Patrício Leite	Rio G. do Norte, Natividade		25-1-1937	
2	Maria Joazeiro da Silva				Pedro Joazeiro da Silva	"		25-1-1937	
3	Francisca Assunção de Sousa	18	7	1926	Julia Calisto de Sousa	"		25-1-1937	
4	Maria Assunção de Sousa	38	2	1928	"	"		25-1-1937	
5	Maria Luíza de Souza	16	6	1928	José Calisto de Souza	"		25-1-1937	
6	Therese do Nascimento	5	3	1925	José Thomaz do Nascimento	"		25-1-1937	Entra - 23-1-1937
7	Maria Borges	28	1	1924	João Borges	"		25-1-1937	
8	Antônia Valdemar Gomes	10	7	1927	Manoel V. Gomes	"		25-1-1937	
9	José Gomes da Silva	10	2	1926	João Gomes da Silva	"		25-1-1937	
10	Bela Pereira	10	3	1927	Francisco P. Pereira	"		25-1-1937	
11	Cláudia Santa Pereira	27	5	1926	Antônio Santa Pereira	"		25-1-1937	
12	Maria de Souza	3	5	1927	Manoel Joaquim de Souza	"		25-1-1937	
13	Maria de Lourdes de Souza	8	2	1928	"	"		25-1-1937	
14	Maria Lúcia de Souza				"	"		25-1-1937	
15	Francisco da Silva	20	3	1926	José Leão da Silva	"		25-1-1937	
16	Rita da Silva	5	11	1928	"	"		25-1-1937	
17	Mary Costa	13	8	1929	Francisco Costa	"		25-1-1937	
18	Maria de Lourdes	22	2	1920	Leandro Machado Cabral	"		25-1-1937	
19	João Rodrigues do Nascimento	17	8	1928	Leopoldo R. do Nascimento	"		25-1-1937	
20	Guineia Rodrigues do Nascimento	15	2	1928	"	"		25-1-1937	
21	Jonis Rodrigues do Nascimento	37	12	1908	"	"		25-1-1937	
22	Francisco Costa Filho	13	6	1924	Francisco Costa	"		25-1-1937	
23	Jonis Rodrigues do Nascimento	24	1	1924	Leopoldo R. do Nascimento	"		25-1-1937	
24	Maria Virginia R. do Nascimento	7	12	1922	"	"		25-1-1937	
25	Pedro Silveira Reis	23	6	1924	João Pedro	"		25-1-1937	
26	Roberta de Oliveira Rodrigues	2	9	1929	Jonny de Oliveira	"		25-1-1937	
27	Maria Jéda de Rodrigues	23	8		"	"		25-1-1937	

Fonte: LIVRO DE MATRÍCULA..., (1933-1949)

Para que pudessem ser aceitos na escola e terem suas matrículas confirmadas, os alunos ou seus representantes passavam por questionamentos para saber se os mesmos eram maiores de sete anos e menores de dezesseis anos, se não sofriam de moléstias contagiosas ou repugnantes, que não fossem imbecis e que não tivessem defeitos orgânicos, bem como houvesse sido vacinado como orientava o Regimento Interno das Escolas Isoladas (1925).

O horário de funcionamento da escola conforme entrevista do Senhor Demétrio Constantino (2002) nos informou que “[...] chegávamos às 7 horas do dia, largávamos a 1 da tarde o recreio de 9:30.” Este horário era estabelecido no Regimento Interno e no artigo 98 da Lei 405/16. A escola iniciava suas aulas sempre em 2 de fevereiro e encerrava o ano letivo sempre no mês de novembro, conforme o registro da professora.

Imagem 28 – Detalhe da folha do livro de matrícula – 1939  
Encerramento do ano letivo

Encerrada  
Gaiada, 3 de Novembro de 1939.  
Anália Maciel de Souza.  
Professora efetiva.

Fonte: LIVRO DE MATRÍCULA..., (1933-1949)

As atividades desenvolvidas pela professora Anália Maciel se davam a partir das disciplinas de canto, leitura e escrita, língua materna, aritmética, lições de coisas, geografia, história da pátria, moral e civismo, desenho natural, trabalhos manuais e exercícios físicos, como preconizava a legislação de ensino, (LEI N. 405 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1916).

Na tentativa de construir o ensino, busquei informações nas fontes orais e nos documentos que orientavam as práticas educativas da escola que a professora Anália Maciel ensinava. Erociano de Freitas (2010) informa que a aula começava com todos na sala e com a presença da professora.

A gente chegava, a professora já estava sentada no birô [...] pedia licença e ela consentia. Quando chegava todo mundo, ela fazia a revista dos alunos. Os alunos colocava a mão sobre a carteira [...] Olhava se as unhas estavam limpas [...] era o primeiro ato que a professora fazia antes de iniciar as aulas. Terminando isso, todo mundo ficava de pé para cantar o hino nacional, todos os dias. Quando terminava o hino nacional, a gente sentava e começava as aulas. (EROCIANO DE FREITAS, 2010).

Este procedimento utilizado pela professora em sala de aula estava previsto no Regimento Interno da Escola. Conforme seu artigo 36, que “Antes do início dos trabalhos de cada dia, haverá ‘revista de asseio’ não só do corpo como das roupas, devendo o professor providenciar para que seja sanada qualquer falta que for encontrada, sem expô-la ao ridículo (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, p. 15).

Após os atos iniciais de canto do Hino Nacional, a professora também cantava outras músicas. Dona Francisca Cassimiro (2010) lembra, ainda, desta música:

Deixemos os brinquedos, vamos estudar,  
O mestre é nosso amigo, a escola o novo lar,  
Atenda, pois nós somos dos mestres as lições,  
Que ilustra nossa mente, que nos torna bons.  
O estudo não fadiga a quem amor lhe tem,  
No dia na existência nos aponta o bem,  
Colegas estudemos nesta quadra infantil,  
Para sermos, no futuro, a glória do Brasil.  
(FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

A professora Anália Maciel usava os recursos os que lhes eram permitidos: o quadro negro, o giz, o tinteiro, a pena e folhas de papel pautado. As atividades sempre iniciavam com uma revisão dos conteúdos do dia anterior. Ela distribuía as atividades de acordo com a série, pois a sala admitia turmas do 1º ao 5º ano. Conforme observamos a seguir:

Depois da revista e os cantos, [são as primeiras tarefas de cada ano que eu vou dizer], ela determinava o que a gente ia fazer. Ela dizia: vai ler a carta do ABC, leitura para o 1º ano; 2º ano é aritmética, caligrafia lexical; 3º ano era cópia, que era tirar do livro um texto, uma história qualquer do livro. Leitura, ela determinava, 4º e 5º ano, leitura e ia fazer de um a um. Quando ela terminava de mandar fazer verbalmente, uma fila, ela passava para outra e aquele ficava esperando para fazer. Se ela não controlasse como fazer, todo mundo fazia numa hora só. E tinha discipção, descrição era uma coleção de história que ela tinha guardado lá que vinha do ministério de educação. Aquele quadro. Por exemplo: era uma paisagem em uma fazenda, numa outra folha eram uns bichos e várias histórias. (EROCIANO DE FREITAS, 2010)

As disciplinas eram organizadas pelo Departamento de Educação levando em consideração as recomendações do Conselho Nacional de Educação. Estas disciplinas estão assim dispostas: “[...] leitura e escrita, língua materna e aritmética, [...], desenho, geografia e história pátria, lições de coisas, moral, civismo, morfologia geométrica, cânticos e exercícios físicos” (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, Art. 8, p. 6).

Desta forma, descreveremos os modos como se davam as atividades desenvolvidas pela professora durante suas aulas. Separamos por matérias para que possamos entender como ela trabalhava os conteúdos, conforme os relatos dos alunos.

Para o ensino de Português as atividades seguiam desta forma

No português mesmo, tinha o ditado, ela fazia o ditado; no ditado ela ia ditando aquela história e nós íamos escrevendo. Depois ia conferir para ver se a gente tinha escrito direito o que ela estava dizendo ou se estava errado. (EROCIANO DE FREITAS, 2010).

Tinha também a leitura feita por cada um dos alunos da seguinte maneira: ela abria o livro e dizia: a leitura hoje é a vontade, então você quem escolhia a história que você ia ler. Quando estava bom ela dizia: pare, continue neste ponto, para ver se o outro estava acompanhando [...] e assim era o sistema dela. (EROCIANO DE FREITAS, 2010).

Fazia uma cópia da leitura ou de outra leitura qualquer. Tinha o vocabulário oral, fazia ditados de palavras, exercícios com separação de palavras, bilhetes e cartas para colegas da classe. Caligrafia: exemplo: - O Brasil é nossa Pátria. - Mamãe é a fada da família. - A criança é o futuro do Brasil, etc, etc. (TEREZINHA RODRIGUES, 2010).

No ensino da Matemática

Sabia o que ensinava a todo mundo até terminar o primário? era conta, somar, subtrair, multiplicar e dividir. Aí começava fração decimal, ela ensinava a segunda por fração ordinária, que é caracterizada por um traço

denominado traço de fração, ainda me lembro disso. (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

Ela ensinava matemática – soma – diminuir de 04 – 05 – 06 parcelas com provas tiradas, diminuir com minuendo, subtraindo com provas tiradas; Multiplicar, multiplicando com multiplicador e produto total. Dividir o dividendo – o divisor com 05 com 06 números. Ela ensinava todas as matérias. (TEREZINHA RODRIGUES, 2010).

Para o ensino de Ciências

Ciências, negócio de ciências ela ensinava fazendo perguntas. A gente estudava, ela fazendo perguntas. Ela dizia que devemos ter as unhas limpas; as mãos limpas para comer os alimentos sólidos. É isso! (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

Ela fazia diariamente na aula. Devemos tomar banho todos os dias. Ela colocava até na caligrafia. Era para a gente tomar banho todos os dias, escovar os dentes. Fazer as unhas, cortar as unhas. (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010)

Para Estudos Sociais as atividades eram divididas em História e Geografia

Ela ensinava História do Brasil e Geografia. As partes de cada Estado; ensinava os nomes dos Estados, tinha um mapa e a geografia da mesma maneira [...] Era muito bom, e que ainda hoje eu gosto de geografia (EROCIANO DE FREITAS, 2010).

Ela ensinava assim, nós não precisávamos escrever. Ela explicava assim: quem descobriu o Brasil? qual foi o primeiro padre a celebrar a missa? Cabral descobriu o Brasil em 1500. Ela ensinava muitas coisas. Ensinava sobre os presidentes do Brasil. Quando eu comecei a estudar era o presidente Getúlio Vargas. (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

História do Brasil estava incluído na leitura [...] as vezes na caligrafia já estava tudo incluído, na leitura e tinha textos. (DEMÉTRIO CONSTANTINO, 2002).

Para as aulas de desenhos transcorriam da seguinte forma

Aí começava as aulas. Primeiro a gente fazia os desenhos quando chegava dos quarto ano para lá. Gostava muito de desenhar. Tinha o caderno de desenho. Parece que hoje não tem mais caderno de desenho. Desenhavam hoje no caderno mesmo de escrever. A gente desenhava desenhos muito bonitos, uns quadros, desenhava frutas, desenhava desenhos de modelos: uma poncheira, um bule. Ela mandava buscar objetos na casa dos ricos, um bule e a poncheira. (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

A organização das matérias e os conteúdos ministrados eram sugeridos pelo Programa de Ensino das Escolas Isoladas. Eram distribuídos da seguinte forma: Canto, Leitura e Escrita, Língua Materna, Aritmética, Lições de Coisas, Geografia, História Pátria, Moral e Civismo, Geometria, Desenho Exercícios Físicos. Também eram recomendados os

livros para serem trabalhados nessas Escolas. Havia uma lista de recomendação de livros para os alunos e uma outra para os professores, conforme Regimento Interno das Escolas isoladas (1925).

#### Para os alunos

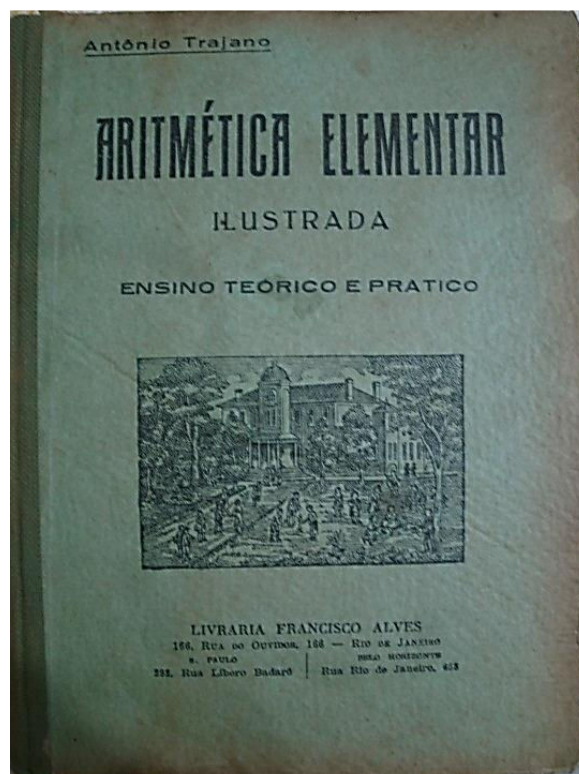
Ensino Rápido, Cartilha analytico- syntética, de Marianno de Oliveira; - Páginas Infantis, de Marianno de Oliveira, - Leitura preparatória de Francisco Vianna; - Historiêta, de J. Pinto e Silva; - 1º, 2º, 3º, 4º livros, de Francisco Vianna; - 1º, 2º, 3º, 4º livros João Köpke; Minha Pátria (2º e 3º anos) J. Pinto e Silva; - Leituras Moraes, de Arnaldo Barreto; - Nossa Pátria, de Rocha Pombo e Saudade, de Thales de Andrade.

#### Para os professores

Exercícios de Língua materna (curso elementar), livro do discípulo e do mestre por um professor; - Língua Pátria, de A. Juviano; - Língua Materna, de Xavier Junior; - arithmetica (elementar e progressiva), de A. Trajano; - Aritmetica elementar, de J. A. Büchler e Geometria Prática, de Olavo Freire.

Dentre os livros relacionados, encontramos *Aritmética Elementar: ensino teórico e prático* de Antônio Trajano.

Imagem 29 - Capa do Livro Aritmética Elementar – 1945.



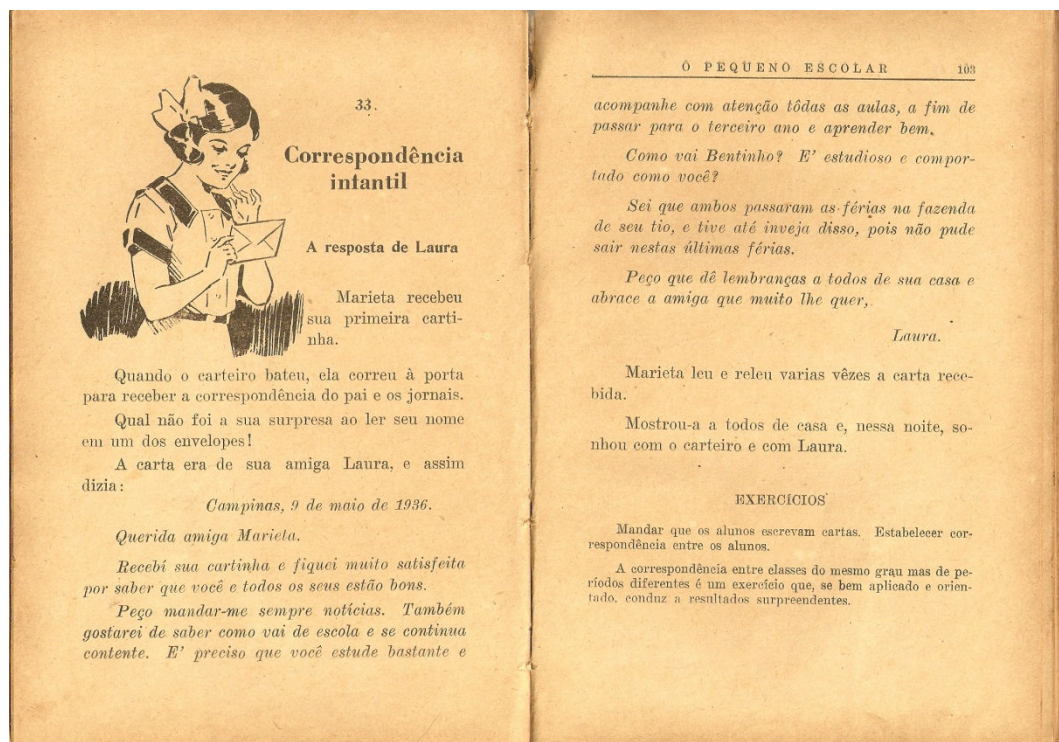
Fonte: TRAJANO (1945)

Este livro faz parte da 119ª edição e foi aprovado e adotado pelo Conselho Superior de Instrução da Capital Federal para o uso dos alunos das escolas primárias. A proposta do livro era o aperfeiçoamento metódico do estudo e a longa prática de ensino para os alunos no manejo dos números e da arte de calcular.

A professora Anália Maciel utilizava esse livro de Antônio Trajano para desenvolver as atividades de ensino das operações matemáticas: somar, diminuir, multiplicar e dividir.

Nas atividades de leitura, a professora utilizava o livro *O Pequeno Escolar*, Série Moura Santos. Identificamos a edição de 1942, pertencente 63ª edição. O livro é organizado por fábulas e de leituras trechos simples, histórias recomendadas pela boa pedagogia, as quais trazem fábulas de princípios de vida prática, útil tanto para a criança como para o adulto.

Imagem 30 - Lição 33: Correspondência Infantil - *O pequeno Escolar* – 1942



Fonte: SANTOS (1942)

A partir da utilização destas leituras, a professora Anália Maciel trabalhava os conteúdos necessários para o desenvolvimento dos alunos destacando pontos vistos no texto: formar sentenças com as palavras do vocabulário; desenvolver nos alunos a prática da escrita,

através de elaboração de cartas e estabelecer correspondência entre alunos (O PEQUENO ESCOLAR, 1942, p. 103).

Em outros aspectos, os Regimentos das Escolas Isoladas orientavam os professores quanto ao procedimento nos registros das notas.

As notas de comportamento e aproveitamento diário dos alunos terão a significação numérica seguinte nos termos do artigo 94 da Lei 405: 1 significa ótima, 2 - boa, 3 – sofrível, 4 – má e 5 – péssima. Para os efeitos das médias mensais e de notas de classificação final do ano, consideram-se: 1 a 1,50 – ótima, 1,51 a 2,25 – boa e 2,26 a 3 sofrível, correspondentes a distinção, plenamente e simplesmente. A média de 3 reprova ou inabilita (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, p. 17)

Os passeios escolares faziam parte dos atos normativos dos Regimentos das Escolas Isoladas, conforme seu artigo 37, os passeios escolares deveriam acontecer nas seguintes condições.

Os passeios ou excursões escolares dirigir-se-ão de preferência aos campos de cultura, fábricas, fazendas e outros estabelecimentos. Quando as excursões forem destinadas a campos de demonstração e fazendas agrícolas, os professores deverão entender-se previamente com os chefes desses estabelecimentos para que, por ocasião da visita, funcionem as máquinas agrícolas. (REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS ISOLADAS, 1925, p. 15).

O regimento ainda orienta que os professores deveriam comunicar ao Departamento de Educação os passeios mensais, os destinos, as lições expostas e informações sobre o número de alunos que compareceram.

Os passeios escolares e as festas cívicas eram as atividades que mais se destacaram nas falas dos nossos entrevistados. Os ex-alunos da professora Anália Maciel falam sobre como aconteciam essas práticas.

Os passeios eram de carro quando era longe, nas cidades como Macaíba, Serra Caiada, Fazenda Macacos, Bom Jesus. Quando era perto iam a pé, como Novilhos, Barra, Riacho dos Macacos na Fazenda do Sr. Manoel Constantino. Em carro na fazenda Iguatú do Sr. Nezinho Fernandes. Todos iam de uniforme. Quando o passeio era perto todos levavam a merenda numa sacola. Quando era nas cidades, os prefeitos davam a merenda. Quando os alunos chegavam saíam marchando e cantando, desfilando nas principais ruas até aos colégios. (TERESINHA RODRIGUES, 2010).

Francisca Cassimiro (2010) relata que era muito bonito, havia declamações de poesias e cantavam o tempo todo, na ida e na volta. Ela relembra com muita saudade os hinos entoados durante a viagem.

Justa face esperança faceira,  
 Branca nuvem de um róseo por vir,  
 No futuro levais a bandeira, hasteada na frente a sorrir.  
 Mocidade avante, avante, que o Brasil sobre vós ergue a fé.  
 Residente formoso gigante, trabalhar como guerreiro de fé.  
 (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010)

Maria Lêda Teixeira (2011) relembra as vozes alegres no caminho com o Hino Avante Camaradas:

Avante camaradas,  
 Ao tremular do nosso pendão,  
 Vençamos as invernadas,  
 Com fé suprema no coração (bis)  
 Avante, sem receio.  
 Que em todos nós, a Pátria confia,  
 Marcharemos com alegria, avante!  
 Marcharemos sem receio.

Aqui não há quem nos detenha  
 E nem quem turbe a nossa galhardia  
 Quem nobre missão desempenha  
 Temer não pode a tirania, a tirania  
 E nunca seremos vencidos  
 Por que marchamos sob a luz da crença!  
 Marchemos sempre convencidos  
 Não há denodo que nos vença

[...]

Havemos sempre audazes,  
 Afrontar o perigo  
 E seremos perspicazes  
 Ante o mais férreo inimigo.  
 Por isso não tememos  
 Sempre forte, sobranceiros,  
 E com bravura, lutaremos!  
 Brasileiros nós somos  
 Nós somos Brasileiros.

Nas festas cívicas, eram comemorados o Dia das Árvores, Dia da Bandeira e a Festa da Pátria. Sobre estas festividades, Francisca Cassimiro (2007) afirma que “[...] era tudo

muito bonito, principalmente no dia 03 de maio, quando recitávamos a poesia sobre as árvores e soltávamos um passarinho (um pombo branco).”

Estas festas eram instituídas no Regimento das Escolas Isoladas, onde no artigo 38, eram “instituídas obrigatoriamente as festas escolares: de 3 de maio - [festa das árvores], 7 de setembro – [festa da pátria] e 19 de novembro – [Dia da Bandeira].”

Sobre a comemoração do Dia da Árvore, a aluna e professora rememora as poesias que eram declamadas, como nos relata Terezinha Rodrigues (2010), entoando os versos apresentados.

#### As árvores

Cerquêmo-las de amparo e de carinho  
 porque elas vivem para o nosso bem,  
 Que flores, de frutos e de ninhos  
 Os nossos olhos em seus ramos vêem!

Dão sombra e dão saúde; os passarinhos  
 Um doce abrigo em suas frondes têm.  
 Se algumas delas são cheias de espinhos,  
 Todas têm almas, como nós, também...

A Festa da Bandeira era um motivo de satisfação para todos. Os alunos, pais e moradores do povoado, pois havia muitas comemorações e eram também recitadas muitas poesias. Francisca Cassimiro (2010) nos relatou que nesse dia a professora Anália Maciel lhe ordenava para que recitasse a poesia *Meu Brasil* em frente à bandeira hasteada.

#### O Meu Brasil

Minha bandeira desfraldada ao vento. Tremula para o rio é fazer gesto. E eu sinto palpitar em suas cores num áureo de luzes e esplendores o vulto do Brasil. Ela balança a luz do sol ardente. Que brilha na amplitude que nos seus feitos grandiosos invocando. São nossos hinos claro retumbado a voz de uma nação. Muitas vezes levada em braços fortes. Tirando os derrubou destemida afrontando mil perigos muitas vezes em campos inimigos heróica triunfou. Estandarte sublima que se agita e que ao sol treme luz não há quem em seus feitos na terra a sombra [...] quisera que as forças impetuosas luz do bom de um cordel [...] para poder erguer ainda mais alto do que as estrelas do céu. E se a guerra existir em nossa tribu [...] unido ao grande povo brasileiro há de mostrar sorrindo ao mundo inteiro que [...] já guardamos na história heróica [...] de um passado horroroso. Filipe Camarão, Henrique Dias. O puro poderoso Duque de Caxias e a sombra de hoje o Brasil procura no trabalho um verdadeiro acesso. A Europa no combate alucinado faz do europeu um maluco alucinado. E é aquilo que é um progresso? - Brasil, Brasil, Brasil. (FRANCISCA CASSIMIRO, 2010).

Dentre todas as datas festivas comemoradas pela professora, a que mais é lembrada é o dia 7 de setembro. A professora Anália Maciel levava os seus alunos para desfilarem nas cidades vizinhas como: Serra Caiada, Bom Jesus e Macaíba.

Esses desfiles foram acontecimentos coletivos bastantes especiais, uma vez que “As festas patrocinadas pelas escolas primárias produziam nos alunos e na população a construção de um espírito patriótico, de um sentimento de pertencimento nacional e da formação de uma identidade brasileira.” (SILVA, 2004, p. 99).

Em entrevista ao Sr. Demétrio Constantino (2002), perguntamos quais eram as atividades do dia 7 de setembro. Ele nos respondeu:

Primeiro era comer. Depois as atividades era cantar o hino da bandeira, cantar o hino nacional, cantar o hino da independência, depois, recitativo, depois a despedida. Depois pegava o transporte e vinha pra casa. Quando não tinha mais nada. Íamos pra essas cidades cantar e desfilar. Tinha farda! a calça era azul e camisinha era branca com cinco botões.

As festas cívicas, os desfiles escolares, comemorados pelo Grupo Escolar e pela professora Anália Maciel, percorriam o povoado de ruas pequenas, de chão batido, como mostram as imagens abaixo.

Imagem 31 - Alunos da Professora Anália Maciel - Desfile da Independência–1940a



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Imagem 32 - Alunos da Professora Anália Maciel - Desfile da Independência-1940b



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Os desfiles organizados pela professora Anália Maciel ficaram marcados, porque transformavam as ações cívicas em festas de construção social, em espaços de significações e representações, transformando as atividades em tempo de aprender.

Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender (SOUZA, 1999, p. 134).

Essa era a professora Anália Maciel, suas práticas pedagógicas, desempenhadas sobre as orientações dos Regimentos Escolares, deixaram suas marcas em cada ex-aluno, que serve de parâmetro para designar um perfil de educadora, fragmentos que nos permitiram escrever sobre sua prática e sua história.



*Algumas considerações*

## *Algumas considerações*

Realizar uma pesquisa no campo da História da Educação por meio das práticas de ensino de Anália Maciel foi um desafio de grande valia. No decorrer da investigação, pude perceber que, para entender como se deu o processo educativo num determinado período, temos que adentrar em novos caminhos que não foram trilhados.

Nessa busca, em meio às dificuldades e desafios a mim impostos, construí mais uma nova etapa de reconhecimento para com as práticas desempenhadas pela professora Anália Maciel, cujo desejo era que todos caminhassem em mútua comunhão.

Nas décadas de 1930 a 1940, Anália Maciel trouxe uma visão diferente para o município de Senador Elói de Souza, levando uma nova formação. Seu objetivo era construir o novo saber, por meio das mais variáveis formas de conhecimento.

Esta pesquisa, tendo seu embasamento nas fontes orais e escritas, traz como objetivo as informações sobre os métodos e meios de comunicação entre a professora para com o aluno na Escola Isolada e Grupo Escolar presente na época. A Pesquisa é testemunhada por ex-alunos que se orgulham em falar como aprenderam, além da sua metodologia de ensino e as ações pedagógicas e pessoais da professora.

Deve-se lembrar, ainda, que esta pesquisa deu-se por meio da reconstrução de fragmentos soltos pelo tempo, e que, a cada dia, fomos juntando e construindo suas partes juntamente com os seus ex-alunos.

A criação do Grupo Escolar Desembargador Vicente Lemos foi o começo das transformações educativas na cidade, onde as suas práticas eram colocadas pelos Regimentos, conforme as Leis, fazendo, assim, uma válida formação.

Situar a professora no contexto é também trazer à luz os processos pelo quais as transformações passaram na educação. Assim, fazer o levantamento das informações sobre a professora, o grupo escolar e a cidade significou viver em tempos não vividos. Certeau (1982) nos fala que a busca na história no presente encontra o vivido, exumado, graças a um conhecimento do passado.

A criação do Grupo Escolar, em 1922 foi o início das mudanças educacionais na comunidade, que se concretizaram nos anos de 1940 com o seu funcionamento, dando oportunidade aos filhos da terra de ingressarem na escola, com o acesso para todos, propiciando progressos na escolarização da população.

Assim, foi possível fazer uma trajetória da escola primária no Estado do Rio Grande do Norte no período pesquisado. Desse modo, escrever sobre este estabelecimento de ensino é revivermos as práticas estabelecidas.

Diante dos contatos, podemos perceber como foi constituído o referido estabelecimento, seus nomes, seus professores, seus diretores, as festividades que aconteciam no seu interior. As brincadeiras, as poesias, os cânticos, tudo faz parte de um passado que veio aflorar no presente. Momentos revividos por cada um daqueles que fizeram parte da construção, não só da educação, mas do município como um todo.

Cabe lembrar que, no período da instalação do ensino a cidade era ainda povoado e pertencia à cidade de Macaíba, e que, juntamente com a evolução na educação, tornou-se município.

Desse modo, o trabalho que ora escolhemos um ponto para pararmos, nos remete ao contexto construído pela nossa subjetividade no trabalho da pesquisa, onde, juntamente com minha orientadora, que foi muito importante na condução deste percurso, pudemos avançar nos objetivos.

Durante a nossa trajetória acadêmica, percebemos que fazer um estudo historiográfico não é muito fácil, pois vários fatores interferem nesse processo. Nos damos conta de que algumas coisas são verdadeiramente importantes, entre elas cito que o amor, a paciência e querer bem aos outros nos faz caminhar para frente. Essa sempre foi a visão da minha orientadora.

Portanto, nas buscas, nos achados, procurávamos a história do Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos, e, em paralelo, a presença da professora Anália Maciel e a cidade de Senador Elói Souza/RN.

No entanto, foram muitas narrativas contadas por várias pessoas que vivenciaram esse período, assim como também há produções de autores locais que historiam fatos do município e da região, enfocando um pouco da história, visto que o Grupo Escolar é considerado uma das mais importantes Escolas da cidade.

Todavia, ainda há um extenso campo a ser investigado-refletido sobre a professora Anália Maciel e o Grupo Escolar, e é nesse espaço que se abrem novas possibilidades para novos questionamentos, desvendando aspectos que ainda não tenham sido vistos e lembrados, para que possamos apreender todo o processo histórico do percurso da Professora no Grupo Escolar retratando a história da educação no município de Senador Elói de Souza.

Assim, ressaltamos que a pesquisa ora concluída não tem o desejo e a pretensão de finalizar o tema, pois entendemos que, em se tratando de História da Educação, sempre haverá novos questionamentos e pontos de vistas a serem formulados.



*Referências*

## *Referências*

ACACI, José. **Dinarte da Costa Lira**: setenta anos de glória. Cordel. Natal (RN), 2008.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

AQUINO, Luciene Chaves de. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965)**: configurações, limites e possibilidades da formação docente. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - da colônia à primeira república**. 1982. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação na Área de Administração e Supervisão Educacional) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1982.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ATA DE REUNIÃO. Associação dos Professores. **A República**, Natal, 21 maio 1935.

ATA DE RESULTADOS FINAIS. Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar). Senador Elói de Souza/RN, 1976. (manuscrito).

ATHAYDE, João Martins de. **Os sofrimentos de Alzira**. Literatura de Cordel. Juazeiro do Norte, CE: [s.n.], 1973.

AZEVEDO, Aluizio. **História de Senador Eloy de Souza-RN**. Natal, Nossa Editora, 1988.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro, 22 Abr.1824. Disponível em: <[http://www.soleis.adv.br/constituicao Federal 1824](http://www.soleis.adv.br/constituicao%20Federal%201824)>. Acesso em: 04 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J.pdf>. Acesso em 12 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Senado Federal: 12 set. 1969. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=178916>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm)>. Acesso em: 23 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição República Federativa do Brasil - 1988**: Brasília – DF, Senado Federal, 2004, 438 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental – SEF- Brasília-DF, MEC, 1998.

BRASIL, Senado Federal. **Biografias**: Eloy Castriciano de Souza. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1595&li=37&lcab=1934-1937&lf=37](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1595&li=37&lcab=1934-1937&lf=37)>. Acesso em: 13 ago.2011.

BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. **A escola dos Annales. 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. Tradução por Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

CÂMARA, Anfilóquio Carlos Soares, **Revistas Cenários Municipais**. Departamento Estadual de Estatística. RN, 1942.

\_\_\_\_\_. **Povoados do Rio Grande do Norte**, em 1943 e Populações Urbanas Rurais. Departamento Estadual de Estatística, RN, 1944.

CAMARGO, Maria Rosa. Rodrigues M. de. Cartas adolescentes: uma leitura e modos de ser. In: MIGNOT, Ana Crhystina Venâncio. (Org.). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 203-228.

CAMBI, Franco, **História da Pedagogia**. Editora UNESP: São Paulo, 1999.

CARDOSO, Rejane. **400 nomes de Natal**. Coordenação Editorial. Natal/RN, 2000. p. 832.

CARVALHO, Isabel Cristine Machado de. **Palmira Wanderley e a educação da mulher no cenário norte-rio-grandense (1914-1920)**. Natal, RN, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Governo do Rio Grande do Norte**. Natal: Livraria Cosmopolita, 1939.

\_\_\_\_\_. **Nomes da terra**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CIDADES NOVAS DO BRASIL. **Revista Brasileira dos Municípios**. Nº 30, Ano VIII. Abril/junho. 1955.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n.2, 1990, p.117-229.

CNM, Confederação Nacional dos Municípios. Gráfico da população de Senador Elói de Souza. 2011. Disponível em: <[http://www.cnm.org.br/dado\\_geral/mumain.asp](http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp)>. Acesso em 05 jun. 2011.

DEMÉTRIO CONSTANTINO. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 05 maio 2002.

DER, Departamento Estradas e Rodagem. **Histórias das rodovias**. Natal/RN. Disponível em: <<http://www.der.rn.gov.br/> acesso em agosto/2011>. Acesso em: 26 nov. 2011.

DIPLOMA DA ESCOLA NORMAL NATAL. **Professores (1933)**. Natal, 1933.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELDA GOMES. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 20 ago. 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Junomann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

EROCIANO DE FREITAS. **Entrevista**. Serra Caiada (RN), 15 maio 2010.

ESCOLHA DO MELHOR PREFEITO. **Jornal da Comunidade**. Senador Elói de Souza. Ano II. 4. ed. 2007. p. 2.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In. **Revista Brasileira de Educação**. Maio,/junho/agosto. 2000; p. 19-34.

FELISMINA BEZERRA. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 20 jul. 2001; 27 jan. 2003.

FRANCISCA CASSIMIRO. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 10 abr. 2010.

FRANCISCA COSTA. **Entrevista**. Bom Jesus (RN), 26 mar. 2011.

FRANCISCA TERTULINO. **Entrevista**. Natal (RN), 23 ago. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**. 46. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em história da educação. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 99-118, jul/dez, 1996.

HOLLANDA, Valkley Xavier Teixeira de. **A expansão do ensino no Rio Grande do Norte**. 2001. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2001.

IDEMA, **Perfil do Seu Município**: Senador Elói de Souza, v.06. Natal (RN), 2005. p.1-21. Disponível em:

<[http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio\\_economicos/enviados/perfil\\_s.asp](http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/enviados/perfil_s.asp)>. Acesso em: 20 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil do Seu Município**: Senador Elói de Souza. Mapa - Vegetação e Acesso, Natal (RN), 2011. Disponível em:

<http://200.149.240.140:8080/i3geo/aplicmap/geral.htm?9024348284a5944d517ab4d9f1a47b1b>>. Acesso em: 30 jun. 2011

INSPETORES DE ENSINO. **A República**, Natal, 12 ago. 1946. p. 3.

LIVRO DE PROFESSORES DIPLOMADOS. Escola Normal de Natal. (Documento escolar). Natal, 1910-1962. (manuscrito).

IRIS RODRIGUES. **Entrevista**. Natal (RN), 15 ag. 2011.

JOSÉ MOTA NETO. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 22 ago. 2011.

JOSUÉ CAMPOS. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 07 mar. 2010.

JUSTE, Marília. **82 anos antes de Dilma, Alzira Soriano abriu espaço feminino no Executivo**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/11/80-anos-antes-de-dilma-alzira-soriano-abriu-espaco-feminino-no-executivo.html>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1992.

LENILSON NEVES. **Entrevista**. Departamento de Arquitetura do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 08 set. 2011.

LIMA, Silvino Piraruá de. **História de Zezinho e Mariquinha**. Literatura de Cordel. São Paulo: Luzeiro Editora Limitada. 1974. (Coleção Luzeiro).

LIVRO DE ATA DE INCINERAÇÃO. Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar) Senador Elói de Souza, 1985. (manuscrito).

LIVRO DE MATRÍCULA. Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar). Senador Elói de Souza/RN, 1933-1949. (manuscrito).

LIVRO DE PONTO. Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar). Senador Elói de Souza/RN, 1987. (manuscrito).

LIVRO DE REGISTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA. Ata de eleição de diretor. Grupo Escolar Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar). Senador Elói de Souza/RN, 2005. (manuscrito).

LIVROS DE REGISTRO FINAIS. Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos. (Documento escolar). Senador Elói de Souza, (1956-2011). (manuscrito).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em História da Educação e Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n.11, p. 19-29. nov. 1994.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Fontes e História da Educação. In: **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal (RN): Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino. (Org.) **Para a História do Ensino Liceal em Portugal**: actas dos colóquios do I centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho. 1999. p 63-77.

MARIA DO SOCORRO PINHEIRO. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 10 ago. 2011.

MARIA LÊDA TEIXEIRA. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 12 maio 2011.

MARIA MARGARIDA GOMES. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 21 ago. 2011.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte. 1930-1934**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1982.

MORAIS, Maria Arisnete de. Leitura femininas no século XIX. In: **Seminário Educação e Leitura**, 1; 1995, Natal. Anais... Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1996.

\_\_\_\_\_. Maneiras de ler no Brasil do século XIX. In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. ARAÚJO, Marta Maria de. (Org.). **História da Educação**. Natal: EDUFRRN, 1997. (Coleção EPENN, v. 1) p. 9-23.

\_\_\_\_\_. A leitura de romances no século XIX. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Histórias de mulheres e práticas de leitura**. Cadernos CEDES. Campinas/São Paulo, 1998. nº 45. p. 71- 85.

\_\_\_\_\_. Vida íntima das moças de ontem: um encontro com Sophia Lyra. In: CUNHA, Maria Teresa Santos; BASTOS, Maria Helena Câmara; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. 2000. p. 109-122

\_\_\_\_\_. **A Mulher em Nove Versões**. Natal: EDUFRRN, 2001.

\_\_\_\_\_. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma senha chamada desejo. In.: **Carrossel de Leituras: ensaios de vida João Pessoa**: ed. Universitária/UFPB, 2003. p. 09-11.

\_\_\_\_\_. **Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito**. Natal: Editorial a República, 2006. (Série Educação e educadoras do Rio Grande do Norte. v. II).

\_\_\_\_\_. **Gênero, Representações e Práticas de Leitura**. (PVE066-07) 2007. Disponível em: < <http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Francinaide de Lima. História da Profissão docente em Natal/RN (1908 - 1920). In: **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. v. 9, n. 27, p. 267 – 268, maio/ago. 2009a.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de; SILVA, Francinaide de Lima. Práticas de leitura e escrita nos grupos escolares do Rio Grande do Norte (1908-1920). In. **Revista Educação em Questão**. Natal: EDUFRRN, p. 114-138. Set/dez. 2009b. v. 36, n.22.

MOTA NETO, José. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN) 22 ago. 2011.

MÜLLER, Lúcia. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República. Niterói: Intertexto, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

NO TUNEL do tempo. personagens de uma saudosa senador Elói de Souza. 2011. Disponível em: <<http://ozailtonmelo.blogspot.com/2011/07/no-tunel-do-tempo-personagens-de-uma.html>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

NOMEAÇÃO DA PROFESSORA ANÁLIA MACIEL. Professora da Escola Isolada de Caiada. **A República**, Natal, 23 fev. 1934a. p. 3.

NOMEAÇÃO DA PROFESSORA ANÁLIA MACIEL. Professora interina da Escola Isolada Gonçalves Lêdo. **A República**, Natal, 26 out. 1934b. p. 4.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OTÁVIO GOMES. **Entrevista**. Senador Elói de Souza (RN), 09 set. 2011.

OFÍCIOS EXPEDIDOS. **A República**, Natal, 21 maio 1935.

OLIVEIRA, Ótom Anselmo de. Probásica: o grande Campus. **Tribuna do Norte**. Natal, 05 set. 2001.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo. Loyola. 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. . 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Souza. **História da educação das mulheres em Natal (1889-1899)**, 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. Sinhazinha Wanderley: a poesia na prática escolar. In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira; ARAÚJO, Marta Maria de (Org). **Encontro de pesquisa Educacional do Nordeste**: história da educação. Natal, EDUFRN, 1997. v. 01 (Coleção EPEN).

PREFEITURAMUNICIPAL. Foto aérea atual da cidade. Senador Elói de Souza (RN), 2008.

PREFEITURAMUNICIPAL. Galeria dos prefeitos. Senador Elói de Souza (RN), 1959-2011.

RELATÓRIO da Instrução Pública. **A República**, Natal, 1943.

RESENDE, José Camelo de Melo. **Coco verde e Melancia**. Literatura de Cordel. 1972. (Coleção: Cordéis Raríssimos). Disponível em:  
<<http://www.ablc.com.br/popups/cordeldavez/cordeldavez024.htm>.> Acesso em 16 ago. 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 801 em 27 de outubro de 1877**. Criação do município de Macaíba. Actos Legislativos e Decretos do Governo Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República, 1877.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916**. Actos Legislativos e Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República. 1916.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 471 de 3 de dezembro de 1919.** Autoriza o Governo criar nos povoados, fazendas ou propriedades, uma escola rudimentar. Actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Tipografia da A República, 1919. p. 20.

\_\_\_\_\_. **Mensagem dos governadores.** Natal: Tipografia da República, Natal, 1 nov. 1923.  
Lei nº 471, de 3 de dezembro de 1919

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 574 de 13 de janeiro de 1934.** Faz modificações e acréscimos à Lei Orgânica do Ensino. Actos Legislativos e Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República. 1934.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.042 de 24 de abril de 1942.** Denominação Escola Isolada Desembargador Vicente de Lemos. Actos Legislativos e Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República. 1942.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 683 de 10 de fevereiro de 1947.** Organização do Ensino. Actos Legislativos e Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República, 1947.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 535, de dezembro de 1951.** Converte em Escolas Reunidas as Escolas Isoladas. Decretos do Governo do Rio Grande do Norte. Natal; Tipografia da A República. 1951.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.335, de 31 de dezembro de 1958.** Cria o município de Caiada (Senador Elói de Souza). Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. Tipografia da A República, 1958.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 154 de 14 de julho de 1966.** Decreto de nomeação de Diretor de Escola. Actos Legislativos e Decretos do Governo de 1966. Natal; Tipografia da A República. 1966.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 293 de 04 de março de 1995.** Nomeação para função Gratificada de Diretor de Escola. Natal: Diário Oficial, 1995.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 15.449, de 18 de maio de 2001.** Transforma em estabelecimento de Ensino fundamental e Médio a Escola Estadual Desembargador Vicente de Lemos. Natal: Diário Oficial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 290 de 16 de fevereiro de 2005.** Dispõe da Democratização Gestão Escolar. Natal: Diário Oficial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial nº 11.137 de 28 de dezembro de 2005.** Publicação da ata de resultado da eleição da Direção de Escola. Natal: Diário Oficial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno das Escolas Rudimentares.** Natal: Tipografia da República, 1925.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno das Escolas Isoladas.** Natal: Tipografia da República, 1925.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares.** Natal: Tipografia da República, 1925.

ROCHA NETO, Manoel Pereira da. **A educação da mulher norte-rio-grandense segundo Júlia Medeiros (1920-1930)**, 120f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2005.

SANTOS, Máximo de Moura. **O pequeno escolar** – segundo livro, 63, ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1942. (Série Moura Santos).

SILVA, Amélia Cristina Reis e. **A Prática Pedagógica da professora Myriam Coeli de Araújo Dantas da Silveira na década 1960.** 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, Francinaide de Lima. **O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928):** vinte anos de formação de professores. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Josiel Bezerra da. **Santa Cruz a gente não esquece:** a história de um povo contada por pessoas apaixonadas por sua terra. KMP Gráfica e Editora: Santa Cruz - RN, 2003.

SILVA, Maria da Conceição. **Reconstruindo práticas**: significações do trabalho de professoras na década de 1920. 000 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal, RN, 2004.

SILVA, José Bernardo de. **O valor da mulher**. Literatura de Cordel. Juazeiro do Norte, CE: [s.n.], 1974.

\_\_\_\_\_. **A força do Amor**: Alonso e Maria. Literatura de Cordel. Juazeiro do Norte, CE: [s.n.], 1975.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. 302f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Tereza. **O Legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores e Associados, 2006. p.111-161.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de infância, tempos de escola**: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). Educação Pesquisa.[online]. 1999, vol.25, n.2, p.. 127-143. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97021999000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010)>.

Acesso em: 08 jul. 2011.

TAVARES, Francisco Anderson. **Introdução a história de Macaíba (1614-1950)**. Natal: 2011. (Manuscrito)

TEIXEIRA, Anísio. Padrões brasileiros de educação e cultura. In: **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1999.

TEIXEIRA NETO, Euclides. (Org.). **A Escola Francisco Ernesto e sua História**. Senador Elói de Souza/RN, 2004. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_ **Re-construção da História da Educação de Senador Elói de Souza: do início até os dias atuais – 2001.** Senador Elói de Souza/RN, 2001.(manuscrito).

TEREZINHA RODRIGUES. **Entrevista.** Senador Elói de Souza (RN), 12 set. 2009; 15 maio 2010; 18 jun. 2011.

TRAJANO, Antônio. **Aritmética elementar:** ensino teórico e prático. 119. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1945.

UM ANO SEM DONA ANÁLIA. **Informativo:** Coligação União&Progresso - partidos PTB e PMN. Senador Elói de Souza, Ano I, nº 2, 1996.